

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O COMÉRCIO INFORMAL DE ALIMENTOS: Causas e evidências na área urbana de
Rondonópolis - MT**

Cláudio Adão Teodoro

Orientadora: Antônia Marília Medeiros Nardes

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis – MT: Julho/2019



**MINISTÉRIO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado.ppgeo.cur@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Comércio Informal de Alimentos: Causas e Evidências na Área Urbana de Rondonópolis - MT"

AUTOR: Mestrando Cláudio Adão Teodoro

Dissertação defendida e aprovada em 09/07/2019.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora	Doutora	Antônia Marília Medeiros Nardes
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor	RONEI COELHO DE LIMA
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Externo	Pós-Doutor	Roberto de Souza Santos
Instituição:	Universidade Federal do Tocantins	
Examinador Suplente	Pós-Doutor	JULIO CESAR SUZUKI
Instituição:	USP	
Examinador Suplente	Doutor	José Adolfo Iriam Sturza
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

RONDONÓPOLIS, 15/07/2019.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

T314c Teodoro, Cláudio Adão.
O COMÉRCIO INFORMAL DE ALIMENTOS Causas e evidências na área urbana de Rondonópolis – MT: Causas e evidências na área urbana de Rondonópolis – MT / Cláudio Adão Teodoro. -- 2019
124 f.: il. color.; 30 cm.

Orientadora: Antônia Marília Medeiros Nardes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Trabalhadores informais. 2. Economia. 3. Verdura. 4. Circuito. 5. Alimento. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo autor.

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

Dedico este trabalho as pessoas mais importantes que estão sempre ao meu lado, minha esposa e filho, por estarem sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado inspiração e força para chegar onde estou;

A Instituição Universidade Federal de Rondonópolis. Aos professores, pela dedicação, comprometimento e compreensão para transferir conhecimento;

À minha orientadora, Dra. Antônia Marília Nardes, pela dedicação, orientação para que a pesquisa tivesse coerência, e por ter confiado em nossa pesquisa;

Aos meus alunos, pela compreensão sobre a importância desta etapa da minha vida.

Aos meus colegas de trabalho da Escola 7 de Setembro, pela solidariedade, principalmente nos meus momentos de dificuldades;

À equipe gestora da Escola 7 de Setembro, Kamila Tavares, Hélio Domingues e Neuzeli de Lira, por entenderem minhas necessidades em relação à disponibilidade de tempo para me dedicar a esse estudo;

Aos meus colegas de curso 2017/2018, pelo companheirismo, pelas viagens de campo, seminários, trabalhos, os esforços realizados, aos bons momentos que vivenciamos juntos;

Aos Informais, por toda a contribuição para a plena realização da pesquisa.

Aos meus pais Adão (*in memoriam*) e Aparecida de Fátima: pelo dom da minha vida, minha educação, pelos ensinamentos em relação a respeitar o próximo e por me oportunizar a educação escolar;

Aos membros da banca examinadora, por apreciar nossa pesquisa e contribuir para com o enriquecimento da mesma;

Aos meus irmãos Catiane e Carlos, aos meus cunhados, pela presença, apoio e incentivo em todas as minhas realizações;

Ao amigo Gustavo Benedito pela ajuda na elaboração dos mapas e dicas importantes para conclusão da pesquisa.

À minha amiga Márcia Cristina, por me incentivar e auxiliar na organização da pesquisa;

À minha querida esposa Silvana e meu amado filho Felipe Gabriel: são o alicerce de tudo isto, trouxeram brilho à minha vida, me apoiando e incentivando a vencer os obstáculos. Pela paciência e amor verdadeiro que fazem de mim uma pessoa melhor;

A todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para que este sonho se realizasse.

RESUMO

Esta pesquisa é resultado das investigações sobre a realidade dos Trabalhadores Informais no Ramo Alimentício na cidade de Rondonópolis - MT, que acontece nas principais vias de fluxo de pessoas, principalmente na área central da cidade, cuja concentração é maior. Eles são responsáveis por ter uma parcela da economia na cidade; os produtos comercializados estão no gosto dos munícipes. Trata-se de produtos que não precisam de preparo para o consumo, como as frutas, e outros que são levados para preparar em casa, como as verduras. Um dos principais motivadores para realizarem suas atividades pelas ruas é a falta de trabalho formal na cidade. A informalidade vem crescendo muito devido a situação econômica que o país atravessa. E a forma de manter-se na ativa é o trabalho informal. Mesmo com as dificuldades, constatou-se durante a pesquisa que esses trabalhadores têm um potencial muito grande: a vontade para vencer e ter seu próprio negócio. A pesquisa teve por objetivo analisar as características do comércio informal de alimentos: causas e evidências na área urbana de Rondonópolis-MT, buscando identificar suas potencialidades para o circuito econômico da cidade e suas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia. Os resultados foram obtidos através da aplicação de questionários aos trabalhadores informais, pessoas ligadas à administração da cidade, e aos registros iconográficos que foram realizados comprovando a pesquisa.

Palavras Chaves: trabalhadores informais; economia; verdura; alimento; circuito.

ABSTRACT

This research is the result of investigations into the reality of Informal Workers in the Food Sector in the city of Rondonópolis - MT, which happens in the main flow routes of people, mainly in the central area of the city, whose concentration is greater. They are responsible for having a portion of the economy in the city; the products marketed are in the taste of the residents. These are edible products at the time, such as fruits, and others that are taken to prepare at home, such as vegetables. One of the main motivators for carrying out their activities on the streets is the lack of formal work in the city. Informality has been growing a lot due to the economic situation that the country is experiencing. And the way to stay active is informal work. Even with the difficulties, it was found during the research that these workers have a very great potential: the will to win and to have their own business. The research aimed to analyze the characteristics of the informal food trade: causes and evidence in the urban area of Rondonópolis - MT, seeking to identify its potentialities for the economic circuit of the city and its difficulties faced in the day-to-day. The results were obtained through the application of questionnaires to the informal actors, people connected to the city administration, and to the iconographic records that were carried out verifying the research.

Keywords: workers informal; economy; vegetables; food; circuit.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	viii
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	4
2.1 Pesquisa Bibliográfica	5
2.2 Delimitação da Área de Estudo	5
2.3 Pesquisa de Campo	7
2.3.1 Observações <i>in loco</i>	7
2.3.2 Entrevista estruturada	8
2.4 Tabulação, Representação e Análise dos Dados	8
2.4.1 Elaboração dos Mapas Temáticos	8
2.4.2 Território Geográfico	9
3. REFERENCIAL TEORICO	11
3.1 Políticas Públicas Voltadas para a Informalidade	14
3.1.1 Conhecendo a história da Informalidade	19
3.2 Centro-Oeste, um Olhar para Mato Grosso	27
3.2.1 Economia Informal: um viés econômico para sustentação da estabilidade econômica	28
3.2.2 Informalidade em Rondonópolis em uma econômica ascensão	31
3.3 Categorias Geográficas	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1. Identificar o lugar do comércio informal da área urbana de Rondonópolis	40
4.2 Levantamento dos tipos de alimentos comercializados pelo mercado informalidade	51
4.3 Fatores que contribuíram para o trabalho informal	58
CONCLUSÃO	96
REFERENCIAS	100
ANEXOS	108

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIR	Associação Comercial Industrial de Rondonópolis
ADMPIB	Archer Daniels Midland Company
ALL	América Latina Logística
CDL	Câmara de Dirigentes Logísticas
CLT	Consolidação das Leis Trabalhista
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAO	Food and Agriculture Organization
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	Resolução Da Diretoria Colegiada
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SINE	Sistema Nacional de Emprego

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Alimentos comercializados pelos trabalhadores informais na cidade	51
Gráfico 2. Motivos que levaram a realizar esta atividade	60
Gráfico 3- Trabalhou em outra atividade?.....	63
Gráfico 4- Grau de Escolaridade	66
Gráfico 5- Origem dos Produtos.....	73
Gráfico 6- Quantidade de pessoas que trabalham em um ou mais pontos	78
Gráfico 7- Idade dos Trabalhadores informais	79
Gráfico 9. Curso profissionalizante	83
Gráfico 10- Renda mensal da comercialização desses alimentos.....	84
Gráfico 11- Onde exerce essa atividade	86
Gráfico 12- Critérios adotados para escolher o ponto	87
Gráfico 13- Transporte para deslocamento da mercadoria.....	89
Gráfico 14. Período que exerce a atividade	91
Gráfico 15. Sair da atividade informal para atividade formal	92
Gráfico 16. Tempo de Informalidade	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Rondonópolis.....	6
Figura 2. Taxa de Urbanização Brasileira	25
Figura 3- Localização Distrito Industrial da cidade I.....	34
Figura 4. Localização Distrito Industrial da cidade II.....	35
Figura 5. Localização das Ruas e Avenidas da Informalidade.....	42
Figura 6. Ponto de informalidade na Av. Bandeirantes.....	44
Figura 7. Pontos de Informalidade frente ao Atacadão: comercialização de produtos.	45
Figura 8. Ponto de Informalidade: camionete onde ocorre venda de frutas e verduras – Praça da Saudade.....	46
Figura 9. Av. Governador Júlio Campos, com duas pistas de rolamentos	48
Figura 10. Av. Fernando Correa da Costa Centro com uma pista de rolamento.....	49
Figura 11. Uso das calçadas pelo comércio formal no centro da cidade Avenida Amazonas .	50
Figura 12. Comércio Formal usando calçada para expor suas mercadorias na Avenida Marechal Rondon	50
Figura 13. Variedades de frutas expostas na área urbana da cidade.....	52
Figura 14. Ponto de Informalidade localizado na periferia da cidade.....	53
Figura 15. Cuidado com manejo da cana	54
Figura 16. Organização e cuidado com os alimentos já embalados	55
Figura 17. Comercialização de salgado na periferia da cidade	57
Figura 18. Trabalhadores no cultivo Hortaliças – Serra de São Vicente.....	58
Figura 19. Ponto de informalidade na área urbana da cidade.....	68
Figura 20. Máquina de Moer Cana – Periferia da Cidade – Distrito Industrial	70
Figura 21. Plantio de Hortaliças Serra de São Vicente.....	72
Figura 22. Cultivo de Hortaliças (em destaque cebolinha - folha) Serra de São Vicente	73
Figura 23. Diversificação de Produtos	74
Figura 24. Cultivo de cana – Região da Galileia.....	75
Figura 25. Pequena produção na área rural do município de Rondonópolis/MT	75
Figura 26. Plantio de Mandioca – Região da Galileia.....	76
Figura 27. Cultivo de Alface Hidropônica na Zona Rural, Serra de São Vicente.....	77
Figura 28. Transporte utilizado para transporte da produção.....	90
Figura 29 Armazenamento da produção de hortaliças na Serra de São de Vicente	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quadro 1 : Admissões e demissões em Rondonópolis no período de 2011-2015 ..	36
Quadro 2- Localização das Ruas, Avenidas e Praças da área urbana da cidade.	41
Quadro 3- Geração de Emprego	62

1. INTRODUÇÃO

O trabalho informal é um fenômeno social que se encontra em praticamente todo o mundo capitalista. No entanto, assume dimensões de maior proporção nos chamados países de capitalismo periférico, como o Brasil (LEIBANTE, 2018). O crescente contingente de trabalhadores que atuam em atividades informais, registrado periodicamente nas estatísticas oficiais, é tomado como termômetro do nível de emprego e das consequências decorrentes, além de constituir constante ameaça de redução da base de financiamento da seguridade social. O total de trabalhadores informais em 2017 representou 40,8% (37,3 milhões) de toda a população ocupada (que exerce alguma atividade remunerada) no país, de acordo com o IBGE (2017).

Desse modo o aumento do trabalho informal no país tem sido um desafio para governos interessados em fomentar políticas públicas que intensifiquem a oportunidade de emprego formal, ainda mais com qualidade, ou seja, com condições satisfatórias de bem-estar oferecidas aos trabalhadores, de forma a propiciar-lhes dignidade (LIMA; COSTA, 2015). Não abdicando dessas mudanças, o objetivo desta pesquisa é Compreender as características do comércio informal de alimentos na área urbana de Rondonópolis - MT.

A pesquisa se passa no município de Rondonópolis, cidade que detém um potencial econômico bastante solidificado na agricultura, indústria e serviços. Com base nestes setores da economia a cidade vem conseguindo superar as dificuldades da crise econômica motivada também pelas situações da política que se instalou no país nos últimos anos. O município tem maior polo de esmagamento, refino e envase de óleo de soja do Brasil, maior polo misturador de fertilizante do interior brasileiro, maior produção estadual de ração e suplementos animais, frigoríficos com padrões internacionais e está se preparando para ser um dos principais polos têxteis do Centro Oeste, através do investimento a indústria (prefeitura municipal 2019). Segundo dados do IBGE (2016), o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de R\$43.024,92 ocupando o *ranking* na micro região de 3º/8º no estado 35º/141 e no país 462º/5570.

Analisando essas potencialidades econômicas, observou-se uma situação adversa entre a classe trabalhadora, uma vez que nesse período houve um aumento da informalidade na cidade de Rondonópolis. Esta situação demonstra-se, pois como que uma cidade tem estes fatores a seu favor vem aumentando, atraindo mais e mais gente, nesta perspectiva levantamos alguns questionamentos para entender melhor este circuito econômico da nossa cidade. Por estes motivos o local é propício certas atividades econômicas para prática de atividades

informais, desempenhadas por trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, que, para garantir o sustento da família, vivenciam esta prática.

Observando esta prática dos trabalhadores, surgiram alguns questionamentos: O que esses trabalhadores informais ganham é suficiente para suprir suas necessidades básicas? De onde vem a matéria prima para a comercialização? Qual o envolvimento da família neste ramo de atividade? Existe outra renda complementar? Qual o perfil socioeconômico dessas pessoas?

Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa foi analisar o comércio informal de alimentos: causas e evidências na área urbana de Rondonópolis - MT. A amostra, constituída de 45 (quarenta e cinco) pontos informais, que foram marcados com Sistema de Posicionamento Global (GPS) Garmin, consistindo no aferimento dos locais observados, aplicando o questionário nos locais de atuação desses trabalhadores.

Buscou-se identificar cada lugar de comércio informal da área urbana de Rondonópolis, identificando-se um total de 45 pontos. Foi importante fazer o levantamento sobre o lugar do comércio dados aos fatores como a identificação com lugar, o porquê de usar aquele espaço, quais os aspectos ligados a este fator. São esses fatores que nos levam a compreender como os trabalhadores informais observam o lugar onde implementarão sua fonte de renda.

Buscou-se realizar um levantamento acerca dos alimentos comercializados pela informalidade. O alcance objetivo é importante, pois a ligação com outros setores da economia - também informal, tratando – entre a zona rural e urbana do município, um ciclo no qual há conexão e mantém a economia da zona rural; pequenos produtores não têm condição de formalizar sua produção e acaba vendendo para o ator informal. Observar o tipo de produto comercializado é relevante, pois se trata de algo que permite ao trabalhador informal, manter-se no mercado e dele sustentar-se.

A análise mostrou resultados quanto o perfil socioeconômico, com atuação de pessoas com a idade inferior a 18 (dezoito) anos ou superior a 50 (cinquenta) anos, possuindo ensino fundamental incompleto ou completo, além de curso superior e com renda acima de um salário mínimo. Descobriu-se uma expressiva participação da família no mercado informal, principalmente quando os filhos ainda são pequenos e sem chance de buscar um emprego por causa da idade. Outros pontos importantes dentro deste objetivo: fatores para estarem nessa atividade, opção pessoal, terem pouco conhecimento. E ainda, a questão do desemprego que vem aumentando e muito na nossa cidade. Os pontos de informalidade são uma prova visível desta situação social.

Pacheco (1995) considera que a economia informal está retratada na acumulação de capital, sem a devida representação desse capital nos dados da Receita Federal, sem comprovação de renda, não consta como dados estatísticos, e uma parcela desta sociedade informal não quer dizer que são pobres, apenas não divulgam em nenhuma receita, não pagam impostos. Às vezes até por falta de orientação, permanecem na informalidade, por considerarem suas necessidades de obter uma renda e ainda promovem a distribuição desta mesmo que instável. O que demonstrou o desejo por essa atividade e o ponto de vista para um futuro “muito rápido”, em termos de propostas, objetivos e alvos para a sobrevivência dessas famílias inseridas em um sistema econômico que cresce a todo o momento sem estrutura e rígido com eles mesmos.

As ponderações balizam o problema a ser pesquisado, com poucas informações sobre a informalidade do comércio de alimentos em Rondonópolis - MT é visto como uma importante ferramenta para novas políticas públicas para melhoria das condições de vida dos trabalhadores informais, da própria economia do município que tende a lucrar mais, ressaltando que em nossa cidade os trabalhadores informais são chamados de ambulantes.

Ante essas considerações, a pesquisa foi realizada com o intuito de colaborar para as próximas pesquisas conhecimento total ou parcial capaz de subsidiar políticas públicas e outras formas de garantia de melhorias para todos. Desta forma, espera-se mostrar a importância que o mercado informal tem para a cidade de Rondonópolis - MT, conforme suas possibilidades, atendendo as necessidades e usufruindo de um reconhecimento para possíveis estabilidades e vantagens na economia formal.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento de qualquer pesquisa científica é necessário um método. O método em si, não é uma ciência, porém não existe ciência sem a utilização de um método. Sendo assim, Marconi e Lakatos (2009, p. 83) explica qual é a finalidade do método científico:

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e econômica, permite alcançar o objeto – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando caminhos a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Demo (1985, p. 19) explica que: “Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente.”. Baseamo-nos na metodologia de Karl Popper, autor da obra “A lógica das Ciências Sociais” e outros estudos importantes para as ciências sociais e naturais. Popper é defensor da metafísica: explicação do racional pela realidade do dia-a-dia, um conhecimento que busca explicar a essência das coisas. Além de acreditar que “não existe nenhum problema sem conhecimento”, chama atenção para ignorância do homem diante de suas observações da realidade humana.

Destaca-se que a pesquisa da informalidade de alimentos na área urbana de Rondonópolis é um problema de ordem social, política e econômica, onde para resolvê-lo é necessário adquirir conhecimento do assunto. E quanto suprirem esses problemas, outros surgirão, ou seja, não tem um limite para o conhecimento do homem e seus problemas. Ante a teoria de Popper, entende-se que nosso estudo pode fazer reconhecer proposições sobre o comércio informal a partir da realidade estudada, posto que, não se pode generalizar o que a realidade vivida no nosso município, com a realidade de outros municípios. Cada experiência é única e explicada por si mesma.

Popper (2004, p. 14) diz que as Ciências Sociais e Ciências Naturais: “(...) consistem em experimentar possíveis soluções para certos problemas; os problemas com os quais se iniciam nossas investigações e aqueles que surgem durante a investigação.”. Nesse pensamento metodológico a pesquisa não é diferente, quantos problemas apareceram durante as investigações e tivemos que ter todo conhecimento para direcionar a melhor resposta para se obter o conhecimento científico. Segundo Barreto (2001, p. 11) Popper considera que “(...) devem ser observadas para que se defina se os problemas de pesquisa são relevantes ou significativos e se as investigações entabuladas resultam em trabalho científico.”.

2.1 Pesquisa Bibliográfica

Consideramos a importância de consultas a pesquisas precedentes para compreender a dinâmica do trabalho informal nos espaços das cidades. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, teses, dissertações, monografias, artigos científicos e páginas eletrônicas que serviram como referencial teórico e metodológico do estudo em questão. Através de uma investigação exploratória (Cienciométrica), realizando pesquisas em artigos e/ou trabalhos científicos publicados em periódicos relevantes, disponíveis para consulta na base de dados, do Scopus - uma das maiores bases de dados de resumos e citações e literatura revisada por pares, com ferramentas bibliográficas para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa.

Criamos o banco de dados com as informações obtidas na plataforma. Os termos de busca adotados foram conjunto de palavras: “trabalho” *and* “informal” *and* “Brasil” *and* “Rondonópolis” *and* “employment” *and* “England” *and* “unemployment” *and* “industry” *and* “revolution” *and* “Mato Grosso” *and* “region”. Foram analisados publicações sem escala temporal para os termos conjugados na pesquisa. Desse modo, este estudo se caracteriza como uma investigação exploratória em que sua construção traz mais conhecimento sobre o tema elencado que para Gil (1991, p. 45):

Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento e ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A pesquisa bibliográfica serviu de sustentação teórica e metodológica para o estudo em questão. Essas fontes secundárias atingiram aos livros, dissertações, teses, publicações avulsas, jornais e até meios de comunicação orais. Referenciais bibliográficos “são os mais seguros para quem já tenha uma ideia clara do tema que pretende trabalhar [...] é essencial como complemento da pesquisa” Eco (1995, p. 43).

2.2 Delimitação da Área de Estudo

O município de Rondonópolis está localizado na porção sudeste do Estado de Mato Grosso, ocupando uma área de 4.179 quilômetros quadrados com uma população aproximada de 228.857 pessoas (IBGE, 2018). A partir da década de 1970, apresentou progressivo

A pesquisa foi estabelecida de acordo com os objetivos de investigação traçados na área urbana de Rondonópolis, com a finalidade de compreensão da informalidade do setor de alimentos em pontos escolhidos estrategicamente pelo pesquisador. A escolha destes pontos se deu observando algumas características dos lugares, como: o fluxo de pessoas, a centralidade econômica, a localização do comércio. Por estes motivos os locais são propícios a certas atividades econômicas para prática de atividades informais, desempenhadas por trabalhadores que foram excluídos do mercado de trabalho, e para garantir o sustento da família vivencia esta prática. De acordo com Andrade (2007, p. 132):

Como é praticamente impossível estudar uma população inteira, ou todo o universo dos elementos, escolhe-se determinada quantidade dos elementos de uma classe para o objeto de estudo. Os sujeitos de uma pesquisa, ou seja, os elementos que serão investigados compõem uma amostra da população ou do universo.

Rondonópolis é uma cidade que cresceu muito na horizontal - com a população se locomovendo para regiões periféricas, tornando muito difícil realizar uma pesquisa em toda cidade por causa da dimensão territorial, por isso foram respeitados critérios econômicos e fluxo de pessoas.

2.3 Pesquisa de Campo

2.3.1 Observações *in loco*

A pesquisa de campo visou conseguir informações ou conhecimentos acerca do problema investigado ou descobrir respostas para as variáveis surgidas. O levantamento dos nomes dos lugares onde - as ruas e avenidas que identificamos os trabalhadores informais com a quantidade de pontos de informalidade se deram através de tratamentos dos dados colhidos por Sistema de Posicionamento Global (GPS) Garmin, consistindo no aferimento dos locais observados. Após esse procedimento, identificamos no Google Earth a localização exata dos logradouros.

A amostra quantitativa da população deu-se em quarenta e cinco (45) pontos caracterizados como comércio informal pontuando os locais de maior fluxo em que o pesquisador se tornou um agente no processo participando da realidade nos fatos e fenômenos pesquisados.

2.3.2 Entrevista estruturada

As entrevistas estruturadas foram aplicadas nos quarenta e cinco pontos para representação da temática que está presente em anexo. Foram realizados registros fotográficos, com o propósito de identificar as mercadorias comercializadas. E foram elaboradas e aplicadas quinze (15) questões aos trabalhadores informais.

Andrade (2007, p. 134) explica que a aplicação de entrevista:

Consiste em fazer uma série de perguntas a um informante, segundo um roteiro preestabelecido. Esse roteiro pode ser um formulário que será aplicado da mesma a todos os informantes, para que se obtenham respostas às mesmas perguntas. O teor e a ordem das perguntas não devem ser alterados, a fim de que se possam comparar as diferenças entre as respostas dos vários informantes.

Com as entrevistas foi possível identificar as características socioeconômicas dos trabalhadores, além de entender os motivos para buscarem o trabalho informal, bem como na compreensão das atividades que são realizadas nesses locais.

2.4 Tabulação, Representação e Análise dos Dados

A tabulação dos dados coletados passou por tratamentos matemáticos e posteriormente foram representados em tabelas, quadros e gráficos. As informações representadas passaram pela análise quantitativa e qualitativa dos objetivos do estudo. Contandriopoulos (1994, p. 87), explica que:

Esta seção [...] serve para planejar e explicar as principais operações que o pesquisador vai utilizar para confrontar seus dados, no sentido de atingir os objetivos do estudo. Naturalmente, não podemos definir a priori e de maneira exaustiva todas as operações. De fato, a coleta de dados e certas análises preliminares podem revelar problemas e dificuldades.

De acordo com que vai se realizando a pesquisa, e os resultados vão aparecendo começam a surgir novas indagações sobre a mesma, revelando uma nova imagem da pesquisa.

2.4.1 Elaboração dos Mapas Temáticos

Os mapas temáticos, segundo Pena (2018), são representações gráficas ilustradas de acordo com algum critério preestabelecido. Para designar os diferentes aspectos do espaço

geográfico, utilizam-se as legendas e os símbolos para “especializar” determinados fenômenos.

Para elaboração dos mapas temáticos da área de estudo foram realizadas atividades de campo ocorrida em julho de 2018 na mancha urbana de Rondonópolis - MT. Apoiando-se com o Sistema de Posicionamento Global (GPS) foram identificados a localização (coordenadas geográficas) dos comércios informais.

Resgatou-se dados cartográficos (*shapefiles*) dos bairros, logradouros (2010) e o perímetro urbano de 2012 adjacente ao site da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, disponível em <http://www.rondonopolis.mt.gov.br>. Essas informações juntamente com os dados dos comércios informais foram importadas para o banco de dados do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com base no Sistema WGS84, onde foi realizado a espacialização das informações geográficas e confecção dos mapas.

2.4.2 Território Geográfico

A geografia passou por intensos estudos sobre suas características ligadas ao espaço geográfico, que é seu principal objeto. Além destes existem outros quatro importante. Nesta importante análise para realização da pesquisa, foram utilizadas como categorias o Território, Territorialidade, Lugar.

Toda a pesquisa se passa no âmbito destes conceitos consolidando a pesquisa dentro das categorias Geográficas. Segundo Moreira (2001, p. 2) “Tomamos por princípio que as práticas geográficas são categorias do empírico. Como tais, são as mediações que fazem da compreensão do espaço a compreensão da sociedade, e da teoria do espaço uma teoria da sociedade, e vice-versa.”.

Os principais objetos de análises da Geografia que utilizamos como categorias geográficas no estudo foram:

O território: se faz presente nas atividades humanas, no coletivo, grupos ou individual, apesar de ter uma relevância de que o Território esta centralizado na mão do Estado, cabe ao Estado organizar e projetar como se dará seu uso, tal processo de certo modo ocorre, mas, por ineficiência do próprio sistema com o tempo esses locais públicos acabam sendo ocupados e transformados em locais de atividades informais.

Santos (2005, p. 128) cita:

O território passa a ser comandado a partir da capacidade de informação e são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço, superpondo aquilo que, à maneira de Marx, chamo de círculo de cooperação dos circuitos espaciais da produção. Os circuitos espaciais da produção criam movimento de matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço.

É isso que acontece no território adotado pelos informais, os mesmos criam expectativas de vida naquele espaço por causa do fluxo tanto de informação ou de matéria para dando uma importância para o capital. Ou seja, eles observam que poderiam em determinado local a aceitação de seus produtos seria viável para si e para os transeuntes – seus futuros clientes.

A **Territorialidade**: a ideia de territorialidade molda algumas atitudes que os trabalhadores informais têm sobre o uso do território, as ações e a forma que promovem o uso e manipula o lugar dá uma ideia de soberania no seu ponto, uma ação de comandar o lugar com seus valores e identidade sobre o ponto. Encontramos esta situação em alguns lugares, como nas praças, ruas e avenidas. O sentimento de territorialidades sobre o lugar é de não perder a identidade com os valores de quem ocupa o lugar criando barreiras ou obstáculos que impeçam de ser ocupado por outras pessoas.

De acordo com Rucket (2005, p. 10):

(...) à territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma Coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

As pessoas vivem a territorialidade, consegue transmitir vida ao território, antes o que era às vezes um lugar sem valor, estas pessoas conseguem mudar e agregar valor e intensidade aos territórios por causa de sua produção.

3. REFERENCIAL TEORICO

O índice populacional de trabalhadores que ficaram sem emprego aumentou por causa do processo de industrialização que ocorreu no Brasil a partir de 1930, e a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) em 1943. Toda essa organização se tratava para ter um país pronto para receber os capitais estrangeiros, uma economia que procurava se modernizar.

Outro fenômeno que ajuda neste processo é o Plano de Metas do Governo brasileiro Juscelino Kubitschek em meados dos 1950, que impulsionou a industrialização, nesse mesmo processo traz consigo uma margem muito elevada de trabalhadores que não conseguiram acompanhar o processo de industrialização, ficando em situação de precária, o emprego que tem sua principal função no âmbito social, se transformava em pesadelo para os desempregados que foram buscar na informalidade sua renda. Segundo Stavie (s/d, p. 02):

Este contingente de trabalhadores – o exército de reserva – ingressou a fileira dos desempregados e ajudou na explosão das atividades informais no país, estando estes trabalhadores “sujeitos à baixa remuneração, a instabilidade e à margem do Sistema de Proteção Social direcionado para aqueles inseridos no mercado de trabalho”.

Inserir se de forma equivocada todas as pessoas que estão em pontos estratégicos com caracterização para o mercado informal, é uma forma errônea de se expressar. Nem todos os atores que estão com essa característica são informais. Tentou – se perceber que através da pesquisa quem eram os informais, e na verdade nem todos os atores fazem parte deste sistema, alguns contribuem com recurso a órgãos fiscalizadores, como por exemplo para as receitas municipais, tirando alvará de licença de funcionamento.

Portanto são considerados informais aqueles que não contribui receitas, sem direitos resguardado. Tentou-se perceber a situação do informal em nossa cidade, a participação da família, alguns fatos que levam as famílias a frequentar esses lugares e a participação da economia informal. Na análise de Theodoro (2000, p. 08):

O surgimento da ideia de setor informal constitui um marco importante, muito menos pela sua capacidade explicativa *vis-à-vis* a realidade do Terceiro Mundo, mas principalmente por justificar e avaliar uma nova postura institucional, face ao problema do subemprego. É a ideia do setor informal que vai servi de base para a ação institucional em termos de política de apoio. Abordagem em termos do setor informal e essencialmente uma perspectiva de intervenção institucional, abrindo um novo campo de ação do Estado.

Partindo para uma ideia mais técnica, o conceito de informal tratado por Cacciamali (1983), que os atores da informalidade, se caracterizavam como trabalhadores de pouca

técnica e conhecimentos, a organização, o manuseio, o espaço produtivo estava muito longe do que pede as normas de vigilância, todo este processo é facilitado pela falta de conhecimento.

Para Cacciamali (1983, p. 19):

O Setor Informal, originalmente, foi delimitado sob a ótica da produção, em que a unidade de análise que fixava os limites da informalidade era o estabelecimento produtivo. [...] Caracterizavam-se os estabelecimentos informais por apresentarem a organização da produção com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho, e com pequeno número de trabalhadores, fossem remunerados e/ou membros da família.

A atividade informal vem crescendo de acordo com o número de desempregados vem aumentando, por fatores de enfraquecimento das leis trabalhistas e da precarização do trabalho. Conforme Weil e Nogueira (2016, p. 30):

Esta realidade preocupante atinge principalmente a classe trabalhadora que vivencia, entre outros agravantes, a desregulamentação das relações trabalhistas e o alto índice de desemprego. Diante deste processo, para garantir sua sobrevivência, os trabalhadores buscam alternativas de trabalho que, em geral, estão relacionadas à Informalidade.

De acordo com Targino, Cortês, Carneiro e Santos (2015, p. 05):

O termo “trabalho informal” pode ser conferido a inúmeras atividades que são desempenhadas à margem ou fora da legislação trabalhista, todavia a exceção de algumas ressalvas. Ao passo que o número de desempregados aumenta, cresce também o volume de pessoas que buscam se encaixar de alguma maneira no setor informal. Afinal, é um ambiente onde há vaga para todos, embora devam enfrentar as dificuldades inerentes ao setor.

Pereira e Melo (2000) conceituam o trabalho informal como sendo, um grupo de trabalhadores que tem sua produção doméstica, de um trabalho com um grau de atividade menos técnica, sendo em muitos casos praticados por trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, e tendem na informalidade uma alternativa de renda. Ainda segundo Pereira e Melo (2000, p. 6-7):

Setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados. [...] Dentro da órbita de informal como área de sobrevivência do excedente de mão de obra, a literatura passou a relacionar esse setor com a propriedade de *buffer* da crise econômica. Ou seja, funcionaria como um *colchão amortecedor*, ao absorver a mão de obra desempregada pela economia formal nas fases recessivas.

Existem muitas dúvidas sobre o Setor Formal e Setor Informal, em virtude das diferenças entre ambas. Antes pensava-se no simples fato de quem trabalhava com a

informalidade era apenas uma pessoa sem registro em carteira assinada. Mas, a distinção entre ambas é marcante e técnica. Para Cacciamali (1983, p. 20):

A distinção Setor Formal/Informal nessa interpretação prende-se à forma de organização da produção e não apenas à tecnologia utilizada nos processos produtivos. As atividades informais, para os autores ligados ao novo dualismo, são modernas, criadas pelos próprios processos de desenvolvimento econômico. O padrão de desenvolvimento capitalista e as relações de dependência nos países economicamente atrasados criam desequilíbrios entre geração de empregos, crescimento demográfico, crescimento da população urbana e educação, e entre as aspirações e expectativas de trabalho e a estrutura de renda e oportunidade disponíveis.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a informalidade aumenta cada vez mais de acordo com o crescimento da tecnologia. Dessa forma com o passar dos anos o mercado informal, que vem crescendo por causa dos fatores expostos acima, traz consigo muitas pessoas que tem conhecimento científico que está desempregado e precisa manter uma qualidade de vida. Existem pessoas que tem curso superior, conhecimento técnico sobre alguma coisa e mesmo assim preferem ou estão fora do setor formal por vários fatores, como idade, falta de experiência. É interessante ser sabedor que o mercado informal, mesmo atuando de forma irregular ainda mantém certa economia em funcionamento, oferecendo empregos a terceiros para manter certa distribuição de renda. Para Caccianmali (1983, p. 22):

(...) afirma-se que o Setor Informal possui caráter autônomo ou complementar ao restante da economia, podendo-se expandir para criar emprego e melhorar a distribuição de renda, face à própria capacidade de acumulação, à oferta de trabalho que lhe é disponível, juntamente com o Setor Informal.

O processo de desenvolvimento fomentado pela Globalização, vem aumentando a recessão no mercado de trabalho, as novas tecnologias que estão sendo inseridas nas indústrias vem aumentando o número de desempregados. Em Rondonópolis não é diferente, a força de trabalho está sendo trocada por máquinas e equipamentos, a mão de obra passou a ser algo transitório.

No entendimento de Pacheco (1995, p. 27):

Apesar de contraditório, o processo de desenvolvimento capitalista apresenta um sentido principal, criando um excedente de mão de obra através da redução da necessidade de trabalhadores pela via do progresso técnico. Esse excedente de trabalhadores constitui o principal fornecedor de mão de obra para o setor informal, representando o elo básico entre as esferas formais e informais da atividade econômica. É o caso, por exemplo, de um empregado que foi demitido de uma fábrica de caminhão, porque foi substituído por um robô, e se tornou um vendedor ambulante para conseguir sobreviver.

Significa admitir que no Capitalismo, a mão de obra foi muito abundante e menos remunerada, visando-se cada dia mais a lucratividade dos negócios. Conforme os investimentos nas indústrias iam aumentando, a relação entre indústria e trabalhador ficava mais acirrada. E parte daqueles que sofreram descartes, sobravam o trabalho informal para sobreviver em um mundo cada vez mais capitalista e individualista.

A precarização do trabalho também é outro viés que proporciona o aumento das atividades informais. A todo o momento novas tecnologias são implantadas pelas grandes corporações mundiais, sempre com o objetivo de diminuir gastos para aumentar suas economias. Nestas perspectivas a diminuição da mão de obra é uma delas, com advento tecnológico e uma globalização atuante só tende a aumentar a precarização do trabalho.

3.1 Políticas Públicas Voltadas para a Informalidade

Em um Estado democrático de direito e deveres, como é o Brasil, de Ordem e Progresso, tem que buscar e elaborar mais Políticas Públicas, que faz parte da diretriz da organização econômica e social do País, ficando o Estado obrigado a atender os anseios do povo dentro de suas responsabilidades legais. Barcellos (2005):

Estado poderá, de forma sistemática e abrangente, realizar os fins previstos na Constituição, sobretudo no que diz respeito aos direitos fundamentais que dependem de ações do poder público para a sua promoção. Dentre os direitos fundamentais, estão englobados os direitos sociais que são um conjunto de condições básicas para a sobrevivência com qualidade de vida do ser humano, como saúde, educação, trabalho, sendo, inclusive, com aplicabilidade imediata, fulcro artigo 6º em consonância com o parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Conforme Theodoro (2000), a economia informal, possui três correntes diferentes, que vai transformando de acordo com o sistema econômico, que é o saber: técnica: política e subsidiária.

A abordagem técnica vem do desenvolvimento e do crescimento econômico, muito acelerado. As indústrias inovam a todo o momento sua produção para diminuir custos, houve uma inversão de valores, as máquinas sofrem uma evolução a todo instante, e a mão de obra passa apenas por um processo seletivo bem complexo para escolher alguns trabalhadores que sabem operar tais máquinas.

Quanto à abordagem política, parte dos órgãos responsáveis é o Estado de priorizar políticas públicas para amenizar parcial ou total destes problemas sociais. E foi nos anos de 1975 que o governo brasileiro tentando erradicar o desemprego no país para melhor atender as

demanda da CLT criou o Sistema Nacional de Emprego (SINE), que visa atender trabalhadores através de um cadastro entre empregadores e empregados a disponibilidade do trabalho, promovendo até mesmo curso de qualificação visando o bem estar social.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 sob a égide da Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orienta cada país-membro a manter um serviço público e gratuito de emprego, para a melhor organização do mercado de trabalho. A partir da Lei 7.998/1990 e suas alterações, as ações do Sine passaram a ser entendidas como parte do Programa do Seguro-Desemprego. A execução das ações no âmbito do Sine ocorre mediante a celebração de Convênios Plurianuais do SINE (CPSINE) com as Unidades da Federação, municípios com mais de 200 mil habitantes, e entidades privadas sem fins lucrativos. As principais ações disponibilizadas por essa rede de atendimento são a intermediação de mão de obra e a habilitação ao seguro-desemprego. Em busca de promover a integração preconizada pela Lei 7.998/1990, porém, um crescente número de postos também provê encaminhamento para cursos de qualificação social e profissional. Para atender esses objetivos, são desenvolvidas as seguintes ações dentro do Sistema Nacional de Emprego: Intermediação de mão de obra; Habilitação ao seguro-desemprego; Qualificação Social e Profissional; Orientação profissional; Certificação profissional; Pesquisa e informações do trabalho; Fomento a atividades autônomas e empreendedoras e outras que o CODEFAT venha a definir, de acordo com o SINE (2019).

A informalidade é um fenômeno social que vem crescendo. Onde no passado os governantes acharam que seria apenas fenômeno passageiro. As políticas de investimentos para os trabalhadores informais têm que ser direcionadas para atender suas expectativas, trazendo renda, conforto e qualidade de vida, uma importância maior ainda, são os órgãos fiscalizadores entenderem que a informalidade é parte importante do setor econômico.

A ideia de terceirização organizada pelo governo brasileiro vem com a justificativa de combater o desemprego e a informalidade, mas estudos apontam que esta não é a saída, conforme Moraes (2008):

Além disso, essa flexibilidade e a mobilidade própria do regime permitiram que os empregadores exercessem pressões cada vez mais fortes de controle do trabalho, tendo do outro lado, o que veio a favorecer esse processo, uma força de trabalho já enfraquecida em decorrência dos surtos de deflação e pelo consequente aumento do desemprego nos países capitalistas (MORAES, p. 156).

Com certeza o enfraquecimento, precarização do trabalho fica evidente no plano da terceirização, pois vai transferir mais direitos para os empregadores do que manter o dos empregados levando a um aumento do desemprego.

A abordagem subsidiária, foi a partir de quando o governo Federal em meados da década de 1990 olhou para este setor, dando incentivos para que buscasse linhas de iniciativas de crédito subsidiado por agências bancárias, para aqueles que buscam no setor informal uma luta contra a miséria e fome e desemprego.

“... na década de 1970, a perspectiva era de que o informal e a pobreza seriam em breve erradicados, nos anos 1980, o informal é visto com um fenômeno intrínseco à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, um aliado na luta pela erradicação da pobreza. ... nem o informal nem a pobreza podem ser erradicados; ao contrário, são parte constitutiva de uma realidade econômica e social à qual o Estado, em conjunto com a sociedade organizada, pretende oferecer alguns mecanismos – programas e ações de governo – cujo objetivo seria o de reduzir suas sequelas sociais” (THEODORO, 2000, p. 14).

O estado não priorizou uma política de desenvolvimento para aqueles que são retirados do mercado de trabalho, para garantir um bem-estar-social. Apenas pensaram em garantir o crescimento econômico do país, sem pensar no que poderia vir a ter um problema social.

O problema monetário internacional agiu em conjunto com a crise estrutural dos Estados nacionais e, assim, passou a revelar uma postura de descompromisso das políticas macroeconômicas, sobretudo, em relação às noções acerca da expansão dos postos de emprego, manutenção das garantias jurídicas e fomento dos processos de equiparação social nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil (TAVARES, 2009.p. 83).

Estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pontua alguns quesitos sobre conceitos da informalidade, que pode até ter uma definição mais técnica, revelando ao seu ponto de vista sobre este fenômeno que vem ocorrendo em âmbito global.

O termo “setor informal” origina-se e difunde-se por meio de inúmeros estudos realizados no âmbito desse programa, sendo sua apreensão circunscrita pelo conjunto de características expostas a seguir: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (CACCIAMALI, 2000. p. 155).

A acumulação de capital está na mão das grandes corporações, indústrias estão fazendo parcerias para se manter mais e mais no topo da pirâmide. Deixando para traz como base de sustentação dessa massa a força de trabalho que antes era gerada por trabalhadores, e agora uma nova reestruturação vem ocorrendo, desvalorizando o trabalhador.

De fato, a resposta “instintiva” das forças capitalista à crise de lucratividade (esgotamento das contra tendências à baixa da taxa de lucro) é duplamente decisiva: de um lado, trata-se de desvalorizar a força de trabalho reduzindo todos os componentes dos custos de sua reprodução (...). E de outro lado trata-se de utilizar as virtualidades tecnológicas da automação como suporte material a fim de remodelar a organização do trabalho, os processos de produção, os sistemas de gestão e a qualidade dos produtos o mesmo a norma social de consumo (BENKO 1996, p. 21).

Em um Estado democrático de direito e deveres, como o Brasil, tem que buscar soluções dentro de Políticas Públicas que visam dar uma qualidade de vida a estes

trabalhadores. As políticas públicas fazem parte da diretriz da organização econômica e social do País, ficando o Estado obrigado a atender os anseios do povo dentro de suas responsabilidades legais. Segundo Barcellos (2005):

Estado poderá, de forma sistemática e abrangente, realizar os fins previstos na Constituição, sobretudo no que diz respeito aos direitos fundamentais que dependem de ações do poder público para a sua promoção. Dentre os direitos fundamentais, estão englobados os direitos sociais que são um conjunto de condições básicas para a sobrevivência com qualidade de vida do ser humano, como saúde, educação, trabalho, sendo, inclusive, com aplicabilidade imediata, fulcro artigo 6º em consonância com o parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Falar de políticas públicas não é fácil, mais quando partimos para a ideia voltada para os informais, essas políticas deveriam oferecer medidas que viessem a proporcionar o bem estar da sociedade. Para Rua (2009) as políticas públicas resultam da atividade política, ou seja, de um conjunto de decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. Esta responsabilidade, parte de uma ação Política conjunta que visa beneficiar a sociedade, mas nem todas decisões Políticas chegam a constituir como uma Política Pública. Rua (2009 p. 19) diz que política pública:

(...) geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”, enquanto decisão política “corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

As Políticas públicas são na verdade uma fragmentação de uma totalidade de conjuntos sociais que visam atender a toda sociedade nas mais variadas atividades econômicas que visam o bem estar social da população buscando um fluxo econômico. Outra política pública adotada pelo governo federal foi a nova Reforma Trabalhista. Mas o Estado não conseguiu transmitir ao povo brasileiro seus pontos positivos e negativos / vantagens e/ou desvantagens, deixando uma parcela da sociedade descontente. Acerca disso, segundo Krein:

Com base na análise das mudanças, pela sua abrangência e profundidade, defende-se que a contrarreforma está forçando uma alteração no padrão de regulação social do trabalho no Brasil, ficando mais próximo de uma regulação privada, pois ela significa a possibilidade de um desmonte dos direitos, uma flexibilização nos procedimentos de construção das regulamentações e uma fragilização das instituições públicas e dos sindicatos (KREIN, 2018, p. 96).

Infelizmente esta é uma realidade que muitos trabalhadores estão convencidos de que vai acontecer: a perda do papel importante que o trabalho tem na vida das pessoas que é o lado social, perdas de direitos e o enfraquecimento dos sindicatos.

Para Saraiva (2006) política pública se trata de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Trata-se de decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Recentemente o Governo Federal vem adotando políticas econômicas para combater a informalidade e buscando atender a população com a implantação do MEI – Micro Empreendedor Individual, a Lei Complementar nº 128/2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) cria a figura do Microempreendedor Individual. Para ser um MEI, basta ser trabalhador autônomo, ser um pequeno empresário e estar dentro dos requisitos para aderir ao cadastro. Segundo o Portal do Empreendedor explica passa-a-passo como proceder:

O que é o MEI? Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um MEI, é necessário faturar no máximo até R\$ 81 mil por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Vantagens: O registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) é uma das vantagens. Isso facilita a abertura de conta bancária, empréstimos e emissão de notas fiscais. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais, como Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL.

Contribuição e benefícios: No caso das diaristas, o valor mensal pago atualmente é de R\$ 52,70, que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário-mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios, como auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, entre outros. O MEI pode ter um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria.

Com esta formalização as garantias ficam mais acessíveis e com direitos garantidos para buscar linhas de créditos e outros direitos resguardados na Lei, é um passo para serem reconhecidos e terem direito da mesma forma que outro empreendedor.

A maioria dos bancos tem créditos para pequenos fomentos, alguns com linha de crédito com juros altos, com carência, com exigências de garantias. Mas o que dificulta essas pessoas a recorrerem aos bancos por esses valores é a burocracia, pois exige-se muito para conseguir uma linha crédito, pedem documentos pessoais, comprovante de endereço, e uma comprovação de renda, esta por sinal é a mais difícil. É fácil entender esta situação, se o cidadão está desempregado como vai comprovar uma renda? Nesse formato de exigências o banco fica com receio e inseguro para efetuar algum empréstimo, ficando o trabalhador informal incapaz de aumentar sua produção, melhorar o ambiente e até mesmo deixam de

gerar receitas legais para os órgãos fiscalizadores, comprometendo-se a produção de novos empregos formais.

O Banco do Brasil possui uma linha de crédito para pequenos negócios, mas tem que estar inserido no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado:

Modalidade de crédito para clientes pessoa física abrangidos pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado destinado a capital de giro ou investimento voltada para o atendimento das necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia de relacionamento diretamente no local onde é executada a atividade econômica, visando à orientação e o acompanhamento do negócio. BB Microcrédito Empreendedor PF.

As políticas públicas facilitam o acesso às agências bancárias, que é o meio de acesso ao crédito, associada à oferta e demanda, o programa possui baixas taxas de juros especialmente destinada aos trabalhadores informais, estas são construções de alternativas farão com que todos saiam ganhando, tanto o Estado, o empreendedor e a população que vai adquirir um produto com garantias.

3.1.1 Conhecendo a história da Informalidade

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no XVIII trouxe ao mundo profundas mudanças, como por exemplo, o surgimento do Capitalismo trazendo consigo transformações de um processo industrial arquitetado pelo capitalismo. Foi a partir deste momento que a zona rural perdeu trabalhadores para a indústria, surgindo à exploração do trabalho assalariado para os donos dos meios de produção.

Com o passar dos anos ainda no século XVIII alguns monarcas ingleses criaram a Lei de Cercamentos, foi uma ação de privatização das terras que os camponeses usavam. Dos contingentes de camponeses que vieram para as cidades, nem todos conseguiram trabalho, ficando muitos desempregados, o chamado exército industrial de reserva. Esse modelo de exército industrial de reserva ajudou e muito os burgueses, donos das fábricas a manter os baixos salários, o lado ruim desta situação é que uma parcela passava a viver de migalhas pedindo esmolas nas ruas.

Esta forma de privatização das terras trouxe outro problema, as terras passaram a serem bens privados e com isso nascia o comércio de vendas de terras. Os fazendeiros sendo proprietários de suas terras passaram a criar ovelhas para produção e comercialização de lã

destinada às fábricas têxteis, além de outros produtos que serviam para abastecimento das cidades.

Com o advento do crescimento das cidades os fazendeiros tiveram que aumentar sua produtividade, sendo obrigado a fazer manejo de terras, uso de adubos e máquinas, criando novas técnicas de cultura e a utilização da ciência para melhoramento genético aumentando a produtividade. Todo este sistema ficou conhecido como a Revolução Agrícola (CARLOS, 2001, p. 24).

O processo de industrialização teve seu papel histórico:

A acumulação de capital e a revolução industrial são dois momentos fundamentais da história na humanidade, e refletem a passagem do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista. A ordem capitalista sai das entranhas da feudal, à medida que o processo de desenvolvimento social, efetiva – se por meio do aparecimento e resolução de contradições. Estas são decorrentes da ação dialética entre o homem e a natureza, a partir do processo de trabalho: da contradição entre o desenvolvimento das forças produtoras e as antigas relações de produção e as contradições entre as novas relações de produção que formam a nova base econômica e a superestrutura (nível jurídico, filosófico, político, etc.) (CARLOS, 2001, p. 24).

Portanto, entendemos que esta fase de cercamentos favoreceu a criação do capitalismo contribuindo para uma burguesia e uma classe operária, levando-a para o desenvolvimento da Revolução Industrial e Revolução Agrícola na Inglaterra. Relativamente estas duas revoluções foram importantes para a base capitalista ainda no século XVIII, expandido para o mundo inteiro como modelo econômico.

Assim, as terras de cultura são transformadas em pastagens e a população camponesa expulsa delas. A expropriação que vai despojar o trabalhador da terra através da lei do cercamento, - com o conseqüente estabelecimento da propriedade privada da terra – constitui o fundamento de todo o processo. De um lado dá origem a uma massa de trabalhadores despojados dos meios de produção que não encontrando cultivo se dispõem a vender sua força de trabalho (CARLOS, 2001, p. 25).

Com a industrialização moderna substituíram as energias humana e animal. Portanto, o homem passou a dominar as máquinas e a produção surgiu em série, fortalecendo o processo da Revolução Industrial, com a utilização da máquina a vapor, de outras inovações tecnológicas e a gênese ao capitalismo industrial.

A era industrial foi inaugurada há pouco mais de dois séculos, a partir de um conjunto de novas tecnologias que introduziram o sistema de produção fabril: a máquina a vapor (1765), a máquina de fiar (1767), o tear hidráulico (1768) e o tear mecânico (1785). Essas invenções deflagraram, na Inglaterra, a primeira Revolução Industrial, que mais tarde se disseminaria pela Europa e América do Norte (MAGNOLI, 1958. p. 18).

O crescimento e desenvolvimento das forças produtivas caracterizavam-se para:

Evolução da ciência e da tecnologia, do emprego maciço de maquinaria, das formas de divisão e articulação do trabalho, da especialidade etc., provoca um aumento do capital constante – aquele gasto em meios de produção, matéria – prima e instalações – da produtividade e com isso uma transformação na composição orgânica do capital. Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas aumenta a produção e a concentração de capital necessário para tocar o processo produtivo. Cresce fisicamente a indústria e aumenta a aglomeração urbana. Esta torna – se mais complexa à medida que o capital se acumula e acelera a transformação dos processos de produção tornando – os cada vez mais articulados, combinados socialmente e executados em escala (CARLOS, 2001, p. 21).

Entende-se que com o acúmulo de capitais as indústrias vão aumentando seus espaços e influenciando novos meios de industrialização. Desta forma, o avanço do capitalismo começa a expandir e exigir mais das indústrias e dos trabalhadores, o comércio fica aquecido com as diversidades trazidas pelas inovações tecnológicas. Assim, inicia uma nova ordem de forças produtoras que em uma dialética entre homem e natureza, acaba estabelecendo mão de obra especializada.

Com o propósito de estruturar esta economia em ritmo mundial, desbravando fronteiras, buscas por matérias primas, mão de obra barata, as indústrias começam a fazer o processo de mundialização, dinamizando por incentivos fiscais do governo daquele país. Nesta perspectiva de encurtar os espaços através da globalização, tende-se a ter um consumo maior de mercadorias, nesta perspectiva de mundo globalizado a internacionalização de vários produtos movimentam a economia.

A mundialização refere-se à tendência de expansão das relações capitalistas de produção e sua capacidade de imposição em diversos pontos do mundo. A globalização expressa a homogeneização de usos e costumes, portanto diz respeito aos aspectos culturais cada vez mais padronizados e valores articulados às dinâmicas econômicas. Multinacionalização ou internacionalização caracteriza – se pela expansão das grandes empresas, com movimentação de capitais e suporte para que o sistema capitalista ultrapasse os limites geográficos físicos e políticos (ENDLICH, 2009. p. 117).

Caracterização da informalidade no Brasil: Na expansão das indústrias e aumento de capital, estas começam a olhar para o Brasil, como grande exportador de café. Assim o governo brasileiro, interessado no capital estrangeiro começa a atrair estas empresas dando incentivos. A mão de obra barata, provocada pelo êxodo rural e outro fator importante que provocou esta demanda de camponeses para as cidades foram as leis trabalhistas incorporadas no governo de Getúlio Vargas.

Em particular, quando se trata de explicar o desenvolvimento do capitalismo em um país determinado, é necessário pôr em evidência e examinar as suas contradições particulares, sem perder de vista, é claro, que esse desenvolvimento faz parte do

capitalismo internacional (o que determina inclusive as especificidades desse desenvolvimento) (SILVA, 1980, p. 39).

Este processo iniciou-se através da economia do café. A partir do século XIX a indústria começava a desenvolver no Brasil, tendo neste produto sua principal fonte de economia.

A abertura dos portos (1808) e a independência política (1822) são as datas magnas da burguesia comercial brasileira. [...] Durante a primeira metade do século XIX, as plantações de café foram desenvolvidas sobre a base do trabalho escravo. Os fazendeiros do café encontravam os escravos necessários ao desenvolvimento das plantações... A produção de café desenvolve-se sobre essas bases ao longo da primeira metade do Século XIX, até tornar-se, na década de 1840, responsável pelo primeiro produto brasileiro de exportação, representando sozinho mais de 40% do valor total das exportações¹. Em consequência, na década de 1860 já existe no Brasil uma classe de capitalista comercial bastante rica para aproveitar as condições favoráveis do mercado internacional (SILVA, 1980, p. 40).

A partir deste momento, o mundo enxergava o Brasil com outros olhos capazes de provocar uma verdadeira revolução industrial, a matéria prima, mão de obra barata, terras a perder de vista, incentivos fiscais, governo brasileiro interessado no capital estrangeiro para incrementar a economia, de um país exportador de café para um país importador diante deste cenário tinha como seu principal parceiro econômico os Estados Unidos da América.

A produção brasileira de café cresceu muito rapidamente durante todo o século XIX. No começo da segunda metade do século, ela toma proporções muito importantes: a cifra se aproxima de três milhões de sacas em média por ano. A partir da década de 1870, e, sobretudo a partir de 1880, quando a produção anual ultrapassa os 5 milhões de sacos por ano, o café torna – se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil (SILVA, 1980, p. 49).

O autor enfatiza sobre a crescente economia brasileira tendo como carro chefe o café. O Brasil passa a ter grandes empresários no ramo do café construindo fortunas. A acumulação de capital e produção trouxeram crises que culminou em falência, mas foi o princípio do processo da industrialização no Brasil.

O problema da superprodução de café apareceu desde o final do século XIX. Em 1882, a produção mundial havia ultrapassado o consumo mundial²¹. Com a crise de 1893 nos Estados Unidos, principal consumidor do café brasileiro, os preços desse produto no mercado mundial caem rapidamente. A cotação média anual do saco de 60 kg passa de 4,09 libras, em 1893, a 2,91 libras em 1896, e a 1,48 libras em 1899²² (SILVA, 1980, p. 62).

Depois desta crise que arrasou muitos cafeicultores, veio à valorização do produto no mês de fevereiro de 1906: SILVA acrescenta:

(...) a grande burguesia cafeeira, reunida em Taubaté (Estado de São Paulo), definiu os fundamentos de uma nova política de defesa do café. Era o início da —valorização, cujos principais objetivos são assim resumidos por Furtado:

- compra dos excedentes pelo governo para restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda;
- financiamento dessas compras por empréstimos de bancos estrangeiros;
- pagamento do serviço desses empréstimos através de um novo imposto (fixado em ouro) sobre a exportação de café;
- adoção de medidas destinadas a desencorajar a expansão de café² (SILVA, 1980, p. 66).

Por meio dessa acumulação de capitais o Brasil começou a sair de uma recessão, com novos olhares para a indústria, visando o fortalecimento da economia e da burguesia.

Em 1885, registra em São Paulo, o funcionamento de 13 fábricas têxteis com 1670 operários e 3 fábricas de chapéus com 315 operários. No mesmo ano e no mesmo Estado sabemos ainda da existência de 7 empresas metalúrgicas que reúnem cerca de 500 operários. Em 1889, conta – se no Brasil 636 empresas indústrias onde trabalham 54 mil operários. Em 1901, entre as 91 mais importantes empresas indústrias paulistas, 33 empregam de 10 e 49 operários, 33 de 50 a 199, 22 de 200 a 499, duas outras ocupam 600 operários cada e uma empresa possui cerca de 800 (SILVA, 1980, p. 77).

A partir dos primórdios industriais o Brasil iniciou seu ciclo nesse setor secundário, trazendo consigo uma mudança nas características do espaço e da sociedade. Com essas alterações aconteceram fragmentos espaciais e classes sociais foram formadas.

Para a burguesia industrial nascente, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação. Do mesmo modo que na exportação, a importação é controlada em parte por empresas estrangeiras. Graças às suas origens sociais, o burguês imigrante encontra facilmente um lugar ao grande comércio. Ele torna-se representante de firma e marcas estrangeiras e se encarrega da distribuição de produtos importados pelo interior do país (SILVA, 1980, p. 95).

A nova burguesia entendia que os produtos vindos do exterior seriam novidade em um país que acabara de sair de uma crise econômica e que precisava expor o que vinha do exterior. Entende-se que a mesma estava de olho neste novo mercado, um mercado promissor e que renderia mais acúmulo de bens e capitais.

A partir do século XIX que o desenvolvimento da indústria começava no Brasil, com a economia solidificada no café, muitos cafeicultores começaram a investir seus lucros obtidos com a exportação desta mercadoria em indústria. Iniciava-se o ciclo das fábricas de tecidos e calçados que exigia uma produção mais simples. Nesta época o Brasil não possuía uma mão de obra qualificada, e a maioria dos trabalhadores eram descendentes italianos (LOUREIRO, 2008).

Muitos possuem uma visão de que o Brasil que é um território prioritariamente agrícola e rural. Contudo, o Brasil como outros países do Terceiro Mundo passou e passa por intenso processo de urbanização e de industrialização. Então, trata-se de uma economia

emergente. Nesta perspectiva de crescimento o Brasil começava a se destacar em polos industriais, principalmente na Região Sudeste: em metalúrgicas, química, têxtil, vestuário e calçados. Benko (1996, p. 153) cita que “um polo pode ser interpretado como um centro marcado pelas atividades industriais de alta tecnologia”.

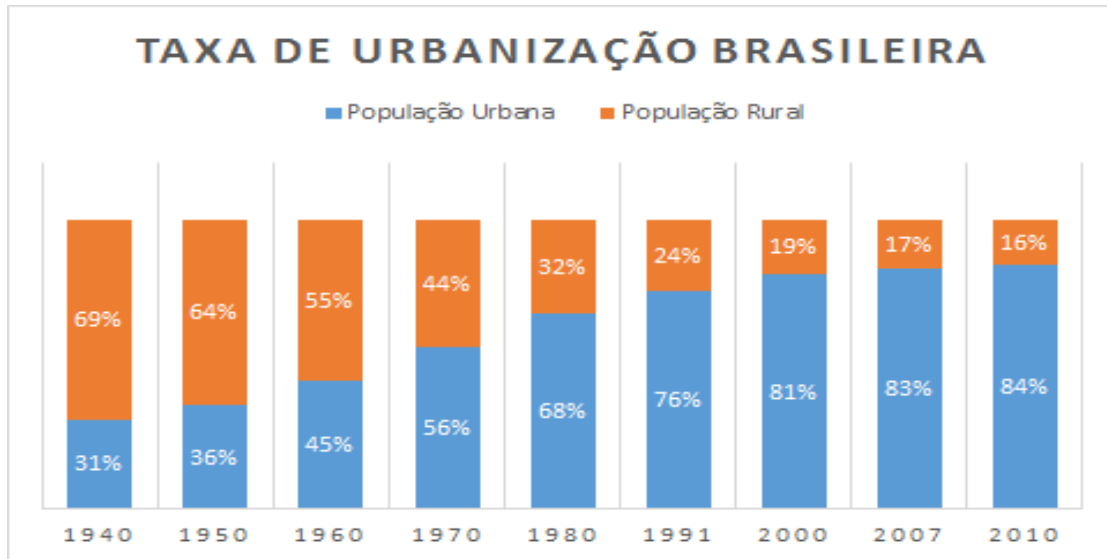
Com a exportação e importação a burguesia brasileira começa a buscar novos territórios, a fim de aumentar suas fontes de riquezas, explorando principalmente a Região Central do Brasil, que possuía terras devolutas e podiam ser ocupadas pelos interessados. Isso teve uma proporção maior após a instalação de Brasília. A partir da década de 1950, com a vinda da Capital Federal Brasília para a Região Central brasileira, deu-se um avanço na ocupação e urbanização para essa área do Brasil. Por meio dos incentivos do Governo Federal deram-se novas políticas para o desenvolvimento dessa região.

Na época da expansão cafeeira do Brasil, o capitalismo desenvolve-se sobre outras bases. *Em primeiro lugar, a produção capitalista rompe os limites dos territórios nacionais.* Donde a importância de destacar a relação entre disponibilidade de terras e a extensão do território sobre o qual se desenvolve a produção capitalista (SILVA, 1980, p. 75).

Silva (1980) ressalta que o capitalismo não está interessado apenas em desenvolver o mercado, mas sim, a expansão do espaço sobre o qual desenvolve a produção capitalista. Contudo diante deste processo de produção e as mudanças ocorridas no campo e nas cidades, motivadas pela mudança das Leis, as cidades brasileiras começam a receber pessoas oriundas do campo. Muitas famílias queriam sair da vida de exploração do campo e arrumar um emprego nas recém-criadas fábricas. Entretanto nem todas as pessoas conseguiam trabalho, levando muito dessas à informalidade. As cidades se tornaram o berço da industrialização brasileira e também das atividades informais.

Conforme Theodoro (2000) o país assiste nesse momento ao seu primeiro êxodo rural. Vargas criou a primeira legislação trabalhista brasileira, denominada Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) para o setor industrial brasileiro. Com isso, mais pessoas partem do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho. A CLT só alcançava os trabalhadores urbanos das fábricas. Sabe-se que a CLT foi uma grande jogada política de Vargas para atrair trabalhadores do campo para a cidade. Porém, nem as cidades nem as fábricas estavam preparadas para receber tanta mão de obra. O inchamento populacional urbano causa sérios problemas sociais nas cidades, entre eles o desemprego e onde há desemprego há informalidade.

A **Figura 2** mostra a quantidade de habitantes que viviam na zona rural o antes e depois do processo de industrialização, caracterizando o êxodo rural.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Figura 2. Taxa de Urbanização Brasileira

A informalidade no Brasil é um retrato não de hoje, mas de um período que foi marcado pelo aumento do desemprego, justificado pela chegada das pessoas que vieram da zona rural em busca de melhores condições de vida.

[...] inaugura-se em meados dos anos 70. No Brasil, já no início daquela década, as informações estatísticas mais recentes, notadamente as do Censo Democrático de 1970, mostravam que, apesar do preconizado milagre, o país não fora capaz de reverter o quadro de iniquidade vigente. O crescimento anual médio acima dos 11% entre 1967 e 1973 não lograva reverter o subemprego, sobretudo no meio urbano. Mais grave ainda era o horizonte que se delineava para os anos subsequentes. O processo de urbanização em franca expansão sinalizava um aumento da taxa de atividade, o que apontaria de acordo com estimativas do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) à época, para incremento de cerca de 11 milhões de trabalhadores naquela década (THEODORO, 2000, p. 10).

Todo este contingente populacional migrou da zona rural para urbana com a finalidade de buscar as cidades principalmente da Região Sudeste.

Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. Em termos nacionais, a intensidade do movimento de desruralização parece não se ter atenuado muito nos últimos 50 anos. Entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999. s/p).

Diante da situação movida pela necessidade de crescimento econômico e atributos como mão de obra, escassez de recursos naturais, acelerou o processo de globalização, os espaços ficaram menores, o mercado foi mudando e exigindo cada vez mais

mecânico/automático, piorando a situação do trabalhador, que foi perdendo espaço para as máquinas e juntamente a fragilização das leis trabalhistas, favorecendo o subemprego.

As falhas do estado capitalista, a fragilização da aplicação do Direito Trabalhista e os avanços da modernização econômica também se transferiram para dentro do trabalho rural, trazendo máquinas e desempregando muitos trabalhadores — sem-terra, que por sua vez, passaram a engrossar massa de excluídos migrados para dentro das mutantes das áreas urbanas. Não devemos atestar que o Brasil se desenvolveu nas suas práticas trabalhistas, ele apenas se industrializou nos seus modos de produção e conforme os interesses do mercado capitalista global (TAVARES, 2009, p. 51).

O setor informal vem como uma opção de renda para aqueles que estão na marginalização do emprego, os governantes daquela época acreditavam que com o passar dos anos de acordo com o desenvolvimento do país este problema de setor informal se resolveria com do desenvolvimento do Brasil.

O projeto desenvolvimentista está ainda em evidência e a existência de atividade informal, de um setor informal, era percebida como um subproduto das rápidas e violentas transformações por que passavam as nações em via de desenvolvimento. Algo que seria automaticamente extinto quando se atinge o *status* de país desenvolvido. Visto dessa forma, o desenvolvimento era um fim e o setor informal algo que desapareceria no longo prazo, uma anomalia passageira. Essa era a perspectiva posta e na qual se inscrevia a ação governamental em direção ao setor informal nos anos 70 (THEODORO, 2000, p. 10).

Neste processo de aumento da informalidade em meio ao desenvolvimento do país, o governo procurou mecanismo para minimizar a situação do informal no Brasil em meio ao crescimento.

Importante enfatizar é a inserção dos programas direcionados para o informal dentro de uma perspectiva macro. Estes seriam desse modo, parte integrante de um conjunto mais amplo de políticas, mesmo que de uma forma complementar e bastante limitada. O informal entrava assim no rol de preocupações dos planejadores. Havia certo sincronismo, e o informal era então visto como um fenômeno passageiro a se combatido (melhor dizer formalizado) (THEODORO, 2000, p. 11).

Entendemos este ponto de vista, que o governo aproveitou do alto índice de informalidade e promoveu políticas de incentivos a estes trabalhadores para assegurar uma futura formalização de acordo com o desenvolvimento do Brasil. Em contrapartida o setor informal vem sendo nos dias atuais uma forma economicamente ativa trazendo vantagens na utilização de mão de obra.

O Setor Informal é economicamente eficiente e exhibe vantagens comparativas em relação às atividades similares desenvolvidas na área formal. Sua principal vantagem constitui as proporções socialmente adequadas de fatos utilizados no processo

produtivo, já que maximiza o emprego de mão de obra sem provocar requerimentos exagerados de capital e pressões excessivas sobre a balança de pagamento (CACCIAMALI, 1983, p. 20).

Entende-se que este setor informal ao qual estamos pesquisando trata-se de alimentos, fica claro que para vital sobrevivência do homem ele necessita de se alimentar. Existe um peso econômico nesta atividade, mesmo não contribuindo diretamente para as receitas dos órgãos fiscalizadores, ajuda a manter o emprego de outras pessoas do setor formal, pois há uma relação direta entre a informalidade e formalidade.

3.2 Centro-Oeste, um Olhar para Mato Grosso

Com os avanços na Região Centro-Oeste no Período Colonial, o estado de Mato Grosso teve sua economia inicialmente ligada à mineração, a extração de pedras preciosas. Com o passar dos anos, a extração de pedras foi perdendo espaço para a agricultura e pecuária, trazendo para Estado, famílias de várias partes do Brasil. Estas famílias vinham em busca de terras para cultivar, tornando-se assim desbravadoras. Mato Grosso teve desbravadores, que abriram mata fechada com uma infinidade de espécies de árvores com caules de porte avantajados. Os bandeirantes que se arriscaram nesta região por pedras preciosas, pela exploração do território e a colonização dos índios.

Com o passar dos anos, houve uma reorganização do uso e ocupação do solo mato-grossense com as políticas de incentivos do Governo Federal em parceria com o estadual. O Estado de Mato Grosso na era industrial estava voltado apenas para pecuária e algumas manchas de lavoura para subsistência e comércio. Então, deu lugar para a mecanização do campo, em virtude das grandes áreas para plantio, com solos férteis e o clima suscetível às lavouras, levando à formação de muitos distritos municipais. Estes, posteriormente vieram a se tornar municípios por ter fatores relevantes para a comercialização da agricultura e pecuária. Além disso, aconteceram também políticas de incentivos dos governos estadual e federal como, por exemplo, Financiamento do Centro Oeste (FCO), logística, mão de obra barata, e outros.

Com a expansão e modernização do setor agropecuário, a agricultura mato-grossense alcançou elevados índices de produtividade e intensa capitalização. Nesse processo, antigas fazendas foram abandonadas práticas tradicionais de produção, substituindo-as por inovações tecnológicas, novas relações de trabalho e de produção. A integração entre os setores agrícola e industrial foi impulsionada, unificando o urbano e o rural, a cidade e o campo. Isso tem possibilitado o crescimento de ramos da agroindústria ligados predominantemente ao complexo

alimentar de grãos e carne, ao aproveitamento da madeira e, secundariamente, ao mineral (MORENO; HIGA, 2005, p. 175).

O campo continua como base para indústria no Mato Grosso, os grãos aqui cultivados, uma parte são processados aqui mesmo no estado e outra segue para exportação junto a continentes como Ásia e Europa. Neste processo, os cultivos de grãos atraíram investimentos em máquinas, implementos agrícolas, defensivos, laboratórios genéticos e outros. Isso acarretou um potencial econômico em espiral, um dependendo do outro.

As inovações e investimentos ocorridos no setor agrário deram-se por meio da produção de grãos em larga escala no cerrado mato-grossense. O destaque na produção em larga escala é a soja, com uma representatividade de maior produtor no cenário nacional. A soja ganhou o *status* de acúmulo financeiro e novos incentivos levam cada vez mais ao investimento no cerrado brasileiro.

A soja começou a ser cultivada comercialmente em Mato Grosso no final do da década 1970, em municípios da região Sudeste do Estado, como Rondonópolis, Alto Araguaia e Alto Garças. Posteriormente, foi se expandindo por quase todo o Cerrado, respondendo aos incentivos fiscais vinculados aos programas de desenvolvimento regional. A expansão desta cultura visou, desde o início, atender a demanda do mercado externo pelo produtivo e seus derivados, principalmente pela União Europeia e Japão (MORENO; HIGA, 2017, p. 144).

O que o autor tende a expressar que de início o cultivo da soja no estado mostrava-se favorecido pelos incentivos fiscais, que favorecia o desenvolvimento regional, não havia até um momento uma preocupação com cerrado ou com os trabalhadores, a intenção do governo era abastecer a União Europeia e o Japão.

3.2.1 Economia Informal: um viés econômico para sustentação da estabilidade econômica

Mas, nem tudo são flores, apesar do crescimento econômico forte e solidificado na agricultura e pecuária. O sistema capitalista é capaz de separar pessoas por classes sociais, estimulando a livre concorrência por uma vaga no mercado de trabalho. A economia tem seus altos e baixos, onde o próprio mercado dita as regras para quem perde e ganha provocando uma verdadeira recessão econômica principalmente na perda de emprego, nesse contexto uma parcela da sociedade acaba ficando fora do mercado de trabalho por fatores citados anteriormente.

Ainda se tratando do estudo da Confederação Nacional do Comércio (CNC), vale destacar que a expansão da economia paralela decorre de muitos fatos conjunturais, como o aprofundamento da recessão econômica, que acarreta desemprego, e a procura de atividades alternativas capazes de permitir a obtenção de rendimentos que possam substituir os salários. Mas, o principal fator que acarreta o crescimento da informalidade é a alta carga tributária que, ao provocar a evasão fiscal determina um processo circular de novos impostos e, desta forma, mais evasão. Isso tem gerado maior intervenção do governo na economia, prejudicando a livre iniciativa (NADAF, 1997, p. 65).

Nadaf (1997) explica que a carga tributária é um dos fatores responsáveis pela informalidade que existe. Esta própria carga tributária tem sido um peso para muitas indústrias, o que acontece é que as empresas demitem os colaboradores porque tem que manter a empresa em funcionamento – na versão do dono do meio de produção. Os colaboradores demitidos terão que manter uma renda, aí que neste momento eles iniciam na informalidade, enquanto a empresa que demitiu acaba ganhando, diminuindo ou equacionando despesas. Ao mesmo tempo outra empresa vai perder lucro porque aquele trabalhador vai vender algum produto na informalidade que prejudica quem está trabalhando no mercado formal, fomentando assim com que outras empresas demitam funcionários. É como se fosse um verdadeiro - efeito dominó.

O que acontece é que aqui no Brasil a burocratização e a própria cultura de querer trabalhar dentro da legalidade não traz muito lucro por causa dos impostos, e assim acaba por atrapalhar a formalização dessas prestações de serviços. Para muitos que contribuiu com suas respostas dizem que não abrem uma empresa porque o governo cobra muito nas taxas tributárias, e por fatores como a liberdade de ser o próprio patrão. Além, de outros fatores que contribuem para a informalidade como, por exemplo, mão de obra desqualificada, comprometimento com o trabalho, logístico e outros...

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, informa que a carga tributária de Mato Grosso é uma das mais caras do Brasil.

A pesquisa também aponta que o agronegócio em Mato Grosso contribui com 50% da arrecadação estadual de ICMS. Em 2011, o setor foi responsável pela geração anual de R\$ 3 bilhões de ICMS, sendo R\$ 806,2 milhões de pagamento direto, feito pelo produtor; R\$ 2 bilhões de ICMS pago indiretamente na aquisição de insumos, maquinário e material de uso e consumo, e R\$ 183 milhões de pagamento feito de forma induzida, ou seja, fomentado pelos salários. Dos R\$ 3 bilhões, cerca de R\$ 2,5 bilhões são enviados aos cofres públicos do Estado de Mato Grosso e os R\$ 500 milhões restantes são destinados para os cofres de outros (Olhar direto 2013).

Neste sentido, realmente fica difícil das empresas manter um plantel de quantidade de funcionários. A pesquisa explicou muito bem que o grande vilão desta história é o próprio governo.

O governo deve buscar soluções para conter ou pelo menos reduzir drasticamente o crescimento da economia oculta. Uma boa medida seria apoiar mais micro e pequenas empresas. Afinal, a perda de emprego ao invés de acarretar atividades voltadas à informalidade, poderia ter um efeito mais positivo, ou seja, abrir um empreendimento, que por menor que seja pode gerar recursos fiscais e emprego. Estes segmentos, pequeno ou micro, podem obter, no Brasil, um espaço de maior relevância, seja na indústria, comércio ou prestação de serviços (NADAF, 1997, p. 65).

Se o governo tomar esta iniciativa de resolver os problemas da informalidade quem vai ganhar será toda sociedade desde o grande empresário ao pequeno e desta forma a sociedade civil acaba ganhando em qualidade, e assim o estado aumentaria sua arrecadação desafogando nas contas.

É difícil dimensionar a economia informal, mas temos que tentar. O governo e a iniciativa privada unida, talvez, consiga a árdua tarefa de ao menos deter a expansão. É preciso, portanto, que o primeiro dê sua colaboração para que o segundo possa caminhar sem o pesado ônus de carga tributária em suas costas (NADAF, 1997, p. 65).

Um dos motivos pela qual a informalidade caiu no início dos anos dois mil foi por causa das políticas públicas, incentivos a grandes obras de infraestrutura, incentivos na educação. Houve neste momento no Brasil uma verdadeira abertura de pontos de trabalho. Este fator foi o principal motivador da formalidade, desta maneira a economia se aquecia, pois o dinheiro circulava no comércio fomentando ainda mais criação de novos mercados de trabalho.

Após um longo período de expansão durante a década de 1990, a informalidade caiu continuamente durante os anos 2000, atingindo em 2012 seu menor nível dos últimos 20 anos. Cabe notar, no entanto, que o ritmo da queda também arrefeceu entre 2011 e 2012, e mais claramente nas regiões metropolitanas. De fato, as regiões metropolitanas tiveram um comportamento diferenciado do restante do país, tanto durante o período de expansão quanto no período de redução da informalidade (IPEA, 2013).

O trabalho informal, uma garantia para quem está desempregado obter uma renda, mas mesmo conseguindo comprar o pão de cada dia, os mesmos acabam ficando sem direitos, principalmente na área trabalhista sem direito algum.

Nesses termos, o setor informal passa a ter uma dupla função: a deterioração do poder sindical, pela parte dos trabalhadores e a redução de custos, pela parte das empresas. Também lhe é conferido um caráter mais universal, pois a literatura compreende que esse “setor” existe tanto no interior dos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, além de facilitar a penetração nos mercados internacionais mediante “el desarrollo de ventajas comparativas espúrias” (TOKMAN, 2011, p. 19).

Um dos fatores de tanto desemprego é que o Brasil entrou numa recessão econômica profunda ocasionada pelo mal investimento do dinheiro público em obras de infraestrutura, principalmente nas investidas para a Copa do Mundo, Olimpíadas e corrupção na Petrobras. E para sanar esta dificuldade econômica o Governo Federal vem fazendo profundas mudanças nas Leis Trabalhistas e agora na Previdenciária.

Fernandes; Lima; Santos (2008) apontam que a taxa de desemprego atinge de maneira desigual diferentes grupos sociais ou diferentes segmentos da força de trabalho. Conforme Kraychete (1998) outro agravante para o aumento da informalidade é:

(...), portanto, um crescimento das ocupações denominadas de informais, como um resultado do aumento do desemprego, do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Estes fatos, somados ao aumento do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas a um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente. KRAYCHETE, 1998, p. 5).

O trabalho vem sendo precarizado, a mão de obra substituída pela máquina, através deste formato vai ocorrendo um desassalariamento dos trabalhadores, portanto vai ocorrendo profundas mudanças desiguais no mercado de trabalho.

3.2.2 Informalidade em Rondonópolis em uma econômica ascensão

Da mesma forma como ocorre em muitas cidades do Centro-Oeste, Rondonópolis teve seu início de exploração do cerrado brasileiro às margens de um rio denominado de Rio Vermelho e com os moradores nativos do lugar os índios Bororós, iniciava-se um povoado. De acordo com os atributos locais, viria a se tornar esse grande aglomerado populacional, residencial e de abastecimento.

Começava o povoamento de “Rio Vermelho” que em 1920 teria seu nome mudado para Rondonópolis e aos poucos atrairia contingentes de cuiabanos e de nordestinos para o lugar. Depois de 20 anos, somente a partir de 1947 é que se tem notícias de um novo fluxo migratório com a finalidade de fixar povoamento em ROO – este originou-se da política de ocupação do Governo, a partir do sistema de colônias (TESORO, 1993, p. 37).

O fato de Rondonópolis estar localizada na região Sudeste do Estado de Mato Grosso tem uma relação econômica muito forte estando entre as três primeiras cidades que mais contribui para balança comercial do estado, uma prestação de serviços diversos (escolas, universidades, especialidades médicas, comércio atacadista etc...), nesta intensidade de

transformação econômica foi adquirindo atributos de uma produção espacial que se iniciou na década 1960 com agricultura voltada para o mercado interno.

Segundo Demamann (2011, p. 60),

Vale destacar que, desde a década de 1950, empresários e grupos econômicos nacionais e estrangeiros passaram a investir no Mato Grosso, pela disponibilidade de terra baratas. Adquiriram as terras e as transformavam em projetos de colonização, abrindo invernadas. Muitos dos incentivos, advindos da ação governamental, foram no sentido de incentivar o povoamento no Mato Grosso, via colonização oficial, como no caso de Rondonópolis.

Com o passar dos tempos novos meios de produção e urbanização implementados pelas políticas públicas, o espaço sofreu profundas mudanças. Uma delas foi o avanço do setor Industrial e tecnológico no campo, com os novos meios para o uso da terra. Isso vem acontecendo por causa do rápido crescimento da modernização, conforme (ECKKAUS, 1955) *apud* Santos (2005, p. 95) diz, estas tendências de modernização contemporânea, nos países do Terceiro Mundo, geram somente um número limitado de empregos, visto que as indústrias que estão sendo instaladas são de “capital intensivo”. Santos (2005, p. 95) ainda argumenta que “(...) uma parte considerável dos empregos indiretos resultantes é gerada nas “zonas centrais” ou para expatriados destas zonas (...) a indústria é, conseqüentemente, cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de empregos.”.

Rondonópolis passou por um período de despovoamento logo a descoberta de diamante em Poxoréo. Mas no final da década de 1947, com a decadência do diamante em Poxoréo, Rondonópolis vê novamente sua chance retomar o crescimento econômico, apoiado em na passagem de duas BRs, fundamentais para o escoamento de grãos, passagem de mercadorias e outras atividades afins. Desta forma ficava mais fácil para investir na cidade, pois a logística favorecia o ir e vir das pessoas. E nesta logica de crescimento surgiu as margens da BR – 364 o primeiro Distrito Industrial da cidade.

A chegada do agronegócio que estimulou o crescimento econômico para ser uma cidade próspera que possuindo uma logística de transporte facilitada pela passagem de duas BRs (163/364):

A consolidação econômica e desenvolvimento das regiões de cerrados, beneficiados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento de Iniciativa do governo, contribuíram para as transformações e investimentos econômicos do espaço agrário. A reestruturação das rodovias BR 163 e BR 364, por meio do PRODOESTE e da SUDECO, impulsionaram o desenvolvimento na região de Rondonópolis e também no Estado de Mato Grosso (DEMAMANN, 2011, p. 74).

Desta forma novas relações do mercado de trabalho foram introduzidas na cidade, facilitando o desenvolvimento do município, conforme cita Tesoro (1993, p. 137): ROO

transformou-se num “entroncamento de mão única”, parada exclusiva dos bem-sucedidos donos do capital: empresários, grupos agropecuários e classe dos grandes produtores rurais. Além destes fatores mencionados citam-se as novas vantagens em logísticas que vieram somar com a chegada da América Latina Logística (ALL).

Em síntese: o “imenso tapete negro” que constitui a reta de asfalto das BRs 364 e 163 a partir do entroncamento rodoviário de ROO, serviu como acesso principal das grandes mudanças econômicas e sociais processadas no município na década de 70. Nas malhas dessas rodovias, só teve voz e vez o grande investidor, e sob os auspícios diretos do Governo. O artigo elaborado pela ACARMAT, na Tribuna do Leste em 29/06/1972. O soja, sendo o maior produto local de exportação, foi a locomotiva desse crescimento, e como é uma cultura que dá bons resultados somente em grandes áreas mecanizadas (TESORO, 1993, p. 137).

A partir deste momento caracterizava-se uma economia forte solidificada no agronegócio, transformando a cidade na segunda maior economia do estado, perdendo apenas para a capital Cuiabá. Com estas transformações ocorrendo em Rondonópolis, pessoas chegando de várias partes do Brasil, empresas multinacionais, indústrias e outras prestadoras de serviço vão se instalando na cidade.

Em Rondonópolis, nos últimos anos, aumentaram os investimentos no setor industrial por meio da instalação de novas indústrias nacionais e multinacionais, na abertura e incentivos de novos investimentos para ampliação dos serviços nas indústrias instaladas no setor (DEMAMANN, 2011, p. 205).

Diante desta situação começa o incentivo pela qualificação de mão de obra como faculdades públicas e particulares, escolas técnicas se instalam na cidade para fomentar a profissionalização e, posteriormente, o crescimento econômico. Com isso Rondonópolis vem se transformando em uma cidade potencialmente econômica, localizada estrategicamente e aproveitando muito bem sua condição industrial e estrutural proporcionando o desenvolvimento aos municípios.

A cidade de Rondonópolis localizada mais ao Sul do Estado é a quarta em número de empregos na indústria de transformação, com 6,5% de participação, e é o terceiro maior município em densidade populacional. A região de Rondonópolis conta ainda com a produção da soja, do algodão, da pecuária de corte e de leite e estabelecimentos no setor de esmagamento de soja, produção de fertilizantes, indústria química, têxtil e de couro além de um forte setor comercial. É um importante pólo econômico para o Estado, principalmente por sua localização estratégica (OYAMADA, 2015, p. 77).

Conforme Nardes (1997, p. 104) “para absorver o maior número de estabelecimentos industriais Rondonópolis possui dois Distrito Industriais o primeiro está localizado na zona urbana, próximo a BR-364, com uma área de 312 ha”. Atualmente destaca-se a ADM e outras indústrias localizadas nesse Distrito.

A cidade de Rondonópolis localizada mais ao Sul do Estado é a quarta em número de empregos na indústria de transformação, com 6,5% de participação, é o terceiro maior município em densidade populacional. A região de Rondonópolis conta ainda com a produção da soja, do algodão, da pecuária de corte e de leite e estabelecimentos no setor de esmagamento de soja, produção de fertilizantes, indústria química, têxtil e de couro além de um forte setor comercial. É um importante pólo econômico para o Estado, principalmente por sua localização estratégica (OYAMADA, 2015, p. 77).

Nas Figuras 3 e 4 apresentamos a localização do Distrito Industrial de Rondonópolis.

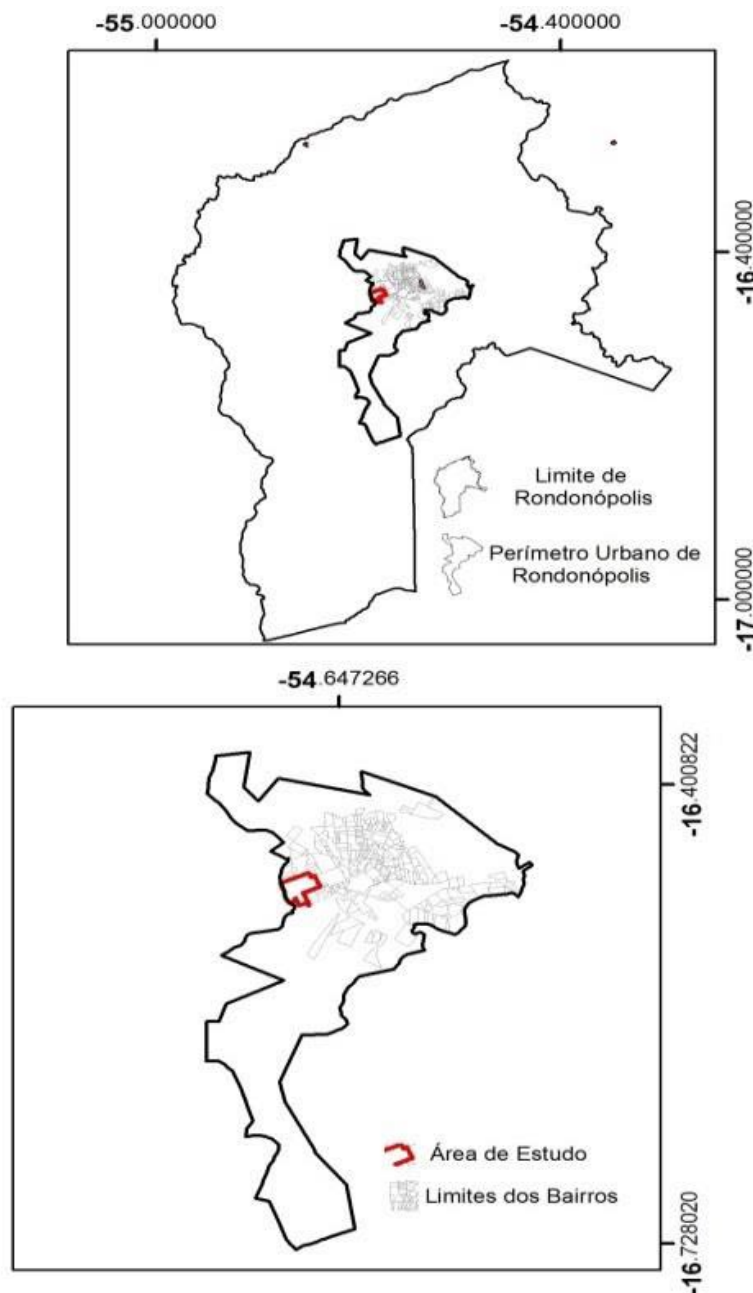


Figura 3- Localização Distrito Industrial da cidade I

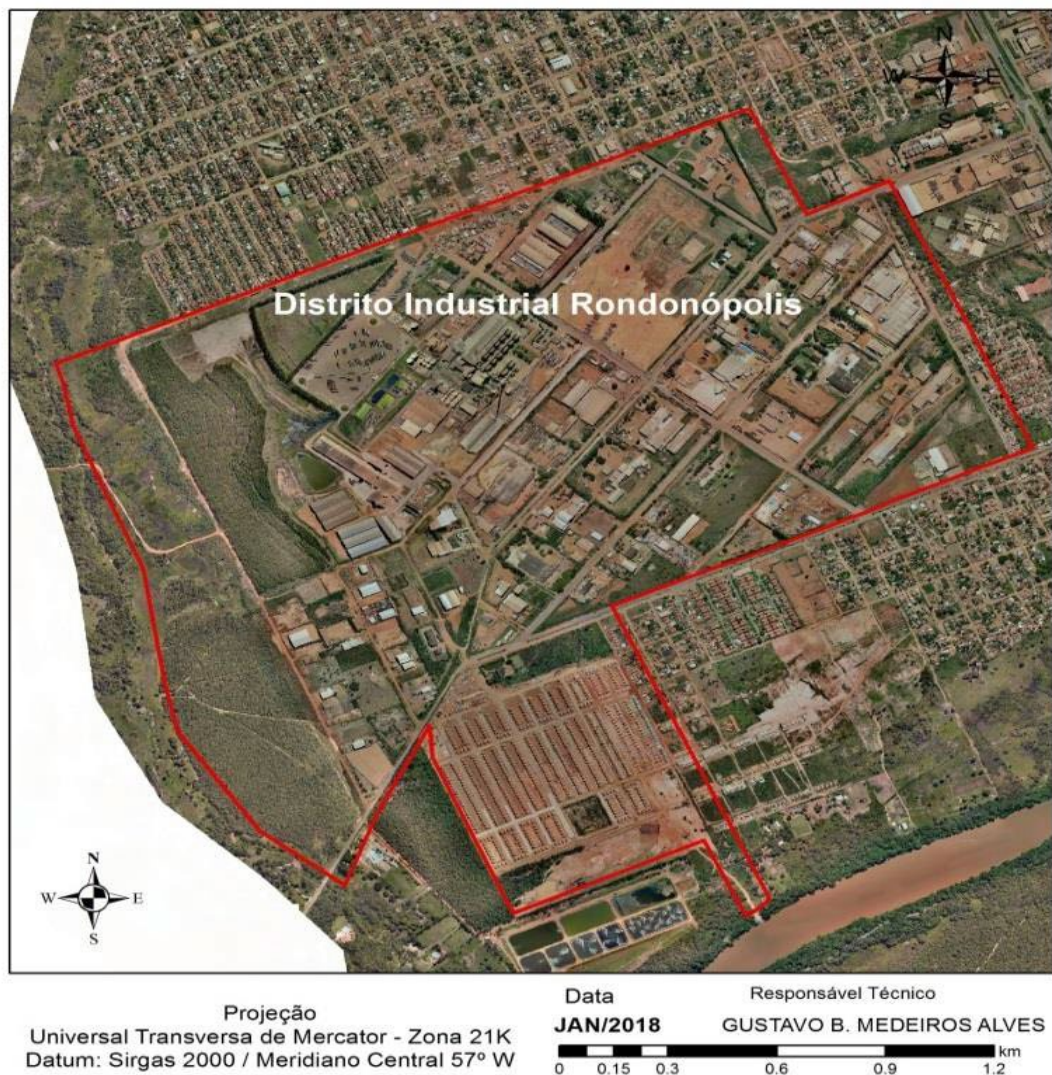


Figura 4. Localização Distrito Industrial da cidade II

Conforme Dias (2018), o Perfil do Emprego segundo TEM, as admissões e demissões no período de 2011 e 2014 apresentaram um saldo positivo. Já em 2015, segundo os dados do MTE, é possível observar uma mudança, o saldo de vagas ficou negativo sendo que as demissões foram maiores que as admissões.

Para Pochmann (2015) o ano de 2015 pode ser compreendido como um ponto de inflexão do mercado de trabalho. Analisando o mercado de trabalho em Rondonópolis no ano de 2015 a estagnação da produção industrial, em decorrência do fechamento e paralisação de importantes empresas da agroindústria e do setor têxtil, impactou negativamente nos resultados divulgados pelo MTE.

O **Quadro 1** apresenta o número de admissões e demissões em Rondonópolis entre 2011 e 2015.

	2011	2012	2013	2014	2015
Admissões	27.461	28.835	31.689	35.884	31.622
Desligamentos	26.427	27.511	30.198	35.281	33.748
Varição Absoluta	1.034	1.324	1.491	603	-2.126

Quadro 1- Quadro 1 : Admissões e demissões em Rondonópolis no período de 2011-2015

Fonte: MTE Perfil do Município (2016).

Analisando o **quadro 1**, as demissões e admissões no ano de 2011 houve uma variação absoluta com saldo positivo de contratações, e nesta mesma proporção de crescimento de saldo positivo vai numa crescente até o ano de 2013 atingindo uma margem considerável, conforme **quadro 1**. No decorrer da crise econômica que atingiu o país de “ponta a ponta” partir de 2014 a cidade começa a mergulhar em saldo que ainda sendo positivo estava em queda comparado aos anos anteriores.

No ano de 2015 os números positivos de empregos deixaram de existir indo a um saldo de (-2126) conforme **quadro 1** para, deixando bem exposto que a cidade estava dentro de uma crise econômica escancarada. Dias (2018) ainda faz as seguintes ponderações sobre os resultados da sua pesquisa:

Foi destacado pelos entrevistados que a redução de vagas de empregos aumentará o excedente de mão de obra, principalmente de trabalhadores menos qualificados. Refletindo sobre o excedente de mão de obra é possível indicar que este fenômeno existe no país desde a abolição da escravidão, ou seja, os ex-escravos não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal e foram atuar nas economias de subsistência e nos empregos precários, conforme descreve Theodoro (1998). Atualmente, os impactos desse excedente de mão de obra para as cidades são diversos, podendo ser destacado o aumento da informalidade. Muitos trabalhadores fora do mercado de trabalho passam a fazer —bicos em condições de trabalho precárias, outros abrem o seu próprio negócio também informalmente, e vários por falta de conhecimento e gestão, não conseguem ter prosperidade em seus negócios.

Uma reportagem realizada pelo Jornal JC *online* sobre a crise no comércio, aponta que o número de pessoas que vivem fora do mercado formal cresceu 2,6% nos últimos dois anos, quando a crise empurrou uma massa de trabalhadores para uma vida sem carteira assinada. A taxa de informalidade é, hoje, a mais alta já registrada pela série histórica da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, iniciada em 2012.

Os prejuízos desse aumento são muitos – para quem trabalha e para o governo. Segundo o coordenador do Ipea, Henrique Leite Corseull, entre as causas que aumentam a informalidade está a baixa produtividade das empresas - estamos muito concentrado em

pequenas empresas, que precisam contratar muitos trabalhadores para produzir. É aí que a informalidade impera.

A informalidade é uma atividade de economia sem fins lucrativos para os órgãos fiscalizadores, não são reconhecidos legalmente por não pagar impostos, e conseqüentemente os seus trabalhadores não tem direitos, sendo em sua maioria exercida pela família para atender as necessidades fisiológicas, a aquisição de bens para ter uma qualidade de vida.

Uma caracterização mais abrangente e, talvez, mais precisa da informalidade é dada por Cacciamali (2007) que, ao delinear os marcos analíticos da interpretação “intersticial subordinada” da informalidade, sugere que:

O setor informal se constitui no conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para o seu funcionamento, no trabalho assalariado. Um conjunto de características define a organização de produção no setor informal: (i) o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou do estoque de bens necessários à realização de seu trabalho, e se insere na produção como patrão e empregado simultaneamente; (ii) o produtor emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão do seu próprio trabalho; o proprietário obrigatoriamente participa de maneira direta da produção e da direção do negócio; (iii) o produtor direto vende seus serviços ou mercadorias, o ganho é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para a manutenção da atividade econômica, e mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral não lhe permite tal acumulação; (iv) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda que fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva; é dessa renda que se retiram os salários dos ajudantes ou empregados que possam existir. (CACCIAMALI, 2007, p. 152).

Diante da proposta dos objetivos da pesquisa em questão, buscou-se analisar os fatores que levaram os trabalhadores informais a se dedicarem a esse tipo de atividade. Por isso realizou-se um levantamento dos tipos de alimentos produzidos pelo mercado informal de Rondonópolis, no meio urbano. E por último traçou-se o perfil socioeconômico e demográfico dos vendedores informais de alimentos inseridos neste setor.

Porque fazer uma pesquisa somente com os informais do ramo de alimentos em pontos fixos e não em outras esferas da informalidade? Levantou-se resposta mais contundente sobre as condições de trabalhos, o manejo dos alimentos, tempo de trabalho, perfil socioeconômico. Isso, pois, os trabalhadores informais que trabalham na comercialização de alimentos, estão inseridos nesse espaço há anos, e conquistam determinados lugares da cidade e ali permanecem, correndo todos os riscos de perderem suas mercadorias. Eles conseguem conquistar uma freguesia, esse modelo de vender alimentos em pontos fixos traz uma comodidade a quem frequenta, os mesmos sabem que aquele vendedor estará naquele lugar em determinados horários.

Outra situação que ajudou a focar nesta estratégia é que existem pontos de informalidade na cidade, servindo como um espaço de descanso para os trabalhadores formais, que visitam estes lugares para fazer o lanche da tarde, o suco após o almoço. Esta situação foi identificada em vários pontos, cito o exemplo de um vendedor de suco, doces, frutas e salgados próximo ao Corpo de Bombeiros, existem algumas empresas situadas em sua volta, e os colaboradores desta frequentam o lugar para tomar sucos, comer um doce, bater o papinho do horário do almoço (os colaboradores almoçam na empresa) desta forma é assídua sua presença neste ambiente.

3.3 Categorias Geográficas

Santos (2005) é bem objetivo em dizer que o território são formas, mas a territorialidade informal do trabalho usada refere-se aos objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado, que busca valorizar determinado espaço com interesses econômicos. Indivíduos que estão inseridos no mercado informal de alimentos estão demarcando esses territórios, impondo limites, tornando aquele lugar sua vivência com uma frequência de algumas horas, dias de forma integral ou parcial.

O território é considerado como o campo de força, de múltiplas escalas, produzido por meio da apropriação e da ocupação de um espaço por agente, que pode ser o Estado, uma empresa, um grupo social ou um indivíduo. Em diversos graus, portanto, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos agentes do território, estabelecemos limites entre nós e os outros, entre o nosso e os outros; todos nos elaboramos estratégias de produção que se chocam com outras estratégias de apropriação e uso do território (Cavalcanti 2010. p. 53).

O uso do território pelos informais foi identificado nas observações que realizamos. Os informais atuam em pontos demarcados com fluxos de pessoas, mantendo-se a soberania sobre o local, conquistando a sua freguesia, adquirindo o conhecimento e uma relação social sobre a identidade daquele lugar. Dessa forma, o território da informalidade estabelece uma relação de poder com o território.

Território pode ser relacionado à soberania de certo poder político sobre um determinado espaço. Visto desta forma, a concepção dessa categoria estará diretamente relacionada às relações de poder. Território é poder! Esta poderia ser a definição para território, considerando sua categorização apenas na geografia ou na ciência política (PEREIRA, 2012, p. 29).

As pessoas informais que atuam em seus pontos de comércio informal, acabam criando no seu ponto uma identidade, criam um apego pelo lugar. Correa (1996, p. 251) diz: “O território constitui-se, em realidade, um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, a organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetivo ou ambos”. Visto também que o território atua como uma rede de funcionalidade de acordo com a possibilidade de realização das ações sociais promovidas por todas as pessoas que frequentam aquele lugar. Santos (1996);

(...) o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o “Mundo” necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, “Mundo” escolhe alguns lugares e rejeita outros, e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo (SANTOS, 1996, p. 271).

Santos (1985, p. 12) deixa bem clara a relação que o território tem com o lugar, mesmo havendo um rearranjo, “(...) o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações, temos que estas estarão sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo dos valores atribuídos a cada lugar e às atividades e pessoas presentes.”

Território pode ser interpretado de várias maneiras, pois se trata de um lugar que ao passar do tempo a sociedade vai moldando, transformando de acordo com os interesses da sociedade, diferentemente de sua classe social, ele não é imutável. O território é uma conquista que os trabalhadores informais consegue ocupar por um determinado período do dia, para exercer suas atividades de comercialização. Em certos locais, trata-se de frações desses espaços, facilitados pela falta de fiscalização. Nesta situação criam-se limites de trabalhos impondo respeito dentro de suas dependências.

Esta economia informal, transforma muitos territórios que antes estava em desuso, (terrenos baldios, frente de residências fechadas, calçadas) em espaços uteis, trazendo vida para o lugar, a relação do território com o capital se faz presente na vida de todos os envolvidos desde os trabalhadores aos fregueses que consomem suas produções.

O território não é considerado estático, sofre alterações de acordo com as mobilizações imposta pelo capital, estes podem ser construídos e desconstruídos no seu dia a dia depende para que vai ser usado, de acordo com Souza (1995, p. 81): “(...) territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Identificar o lugar do comércio informal da área urbana de Rondonópolis

O lugar que os informais atuam com a comercialização de seus alimentos, se trata de lugares que criaram uma identidade com o espaço, possui uma afetividade. Conforme Pereira (2012): “O lugar é aquele ambiente em que as pessoas se reconhecem por se sentirem parte de um espaço detentor de características intrínsecas produzidas por uma comunidade” (p. 27). Nesta afirmação, crer que estruturação de um espaço com marcas específicas e características identifica o lugar.

O comércio informal funciona em lugares públicos de vias de acesso principalmente de pedestres, nas calçadas, praças, ruas e avenidas, exercendo suas atividades diárias. Para Santos (2005, p. 162), no lugar, elas presidem ao trabalho e ao capital (vivo) e determina a sua natureza. A confirmação de Santos (2005, p. 163) de que o lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. Sendo assim os lugares que os informais estão atuando não perde sua característica local como uma praça ou rua, mas ganha uma característica a mais.

A divisão do trabalho na sociedade, vem trazendo profundas mudanças econômicas em larga escala, ocorrendo uma acumulação de capitais na mãos das grandes corporações, nesse caminho vai fortificando o trabalho informal que busca nesses lugares estratégico atuarem com suas mercadorias, mantendo um ciclo ocioso da economia informal, reproduzindo o espaço urbano.

Para Carlos (2008), o movimento através do qual o lugar pode ser explicado, na medida em que a ideia de movimento sugere momentos de interpretação da realidade. Esta interpretação com os informais se dá através relação de produção no espaço, as interações entre eles, perfazendo desta forma um modelo de socialização para melhor manter as relações de uma realidade analisada a partir das articulações entre os fenômenos.

Carlos (2008) explica que o lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação, mas isto só ocorre se se transcende a ideia dele como fato isolado. O espaço urbano que dentro de uma dinâmica sofre com os processos de modernização ora pelo poder público que tentar organizar, ora pela própria sociedade que de uma porção deste espaço se ocupa de um lugar impondo uma soberania temporária mudando toda a característica desta paisagem urbana.

Segundo Carlos (2008, p. 44) “a paisagem urbana é a expressão da “ordem” e do “caos”, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato.”. Isso descreve que os informais em busca um “lugar” modifica toda uma organização espacial voltada para a formalidade na área urbana central da cidade. De acordo com a **Quadro 2** Localização das Ruas e Avenidas onde estão os lugares da informalidade, pode se notar que a pesquisa procurou atender várias áreas da cidade.

Nomes das Ruas, Avenidas onde estão os pontos de informalidades	Total/Pontos
Rua Corredor público (popularmente Av. Goiânia) até Rua Barão do Rio Branco	2
Rua Barão do Rio Branco frente a secretaria de saúde até Rua São Paulo Vila Aurora 1	2
Rua São Paulo Vila Aurora 1	2
Av. Bandeirantes cruzamento com Av. Fernando Correa da Costa até frente ao corpo de bombeiros	9
Rua Dom Guimarães cruzamento com Av. Bandeirantes até Av. Marechal Dutra	1
Av. Presidente Médici (toda extensão)	1
Av. Arão Gomes de Bezerra até Rua Irmã Bernada	1
Rua Irmã Bernada até Rua da Pátria	1
Rua Presidente Castelo Branco até Av. Bandeirantes	2
Av. Maria Oliveira até cruzamento com Av. O	1
Av. Fernando Correa da Costa cruzamento com Av. Bandeirantes até Jardim Village do Cerrado	5
Rua Francisco Goulart (Vila Goulart)	1
Av. Dom Wunibaldo até cruzamento com Domingos de Lima	1
Av. Marechal Rondon até escola Dom Wunibaldo	2
Av. Amazonas cruzamento com Av. Fernando Correa da Costa até Rua Francisco Felix	3
Av. Cuiabá cruzamento com Av. Fernando Correa da Costa até Rua Francisco Felix	2
Rua Arnaldo Estevan de Figueiredo até a esquina com Hospital Regional	2
Av. Marechal Dutra esquina com Rua Francisco Felix até cruzamento com Av. Fernando Correa da Costa	1
Av. Delfina Gomes (popularmente Av. Brasil) até a ponte sobre o Arareal	2
Rua Otaviano Muniz (ponte nova acesso a BR-364)	1
Rua Alameda dos Lírios frente ao Sesc	1
Rua José Gonçalo frente ao Pronto Atendimento Municipal	1
Rua Presidente Costa e Silva até Rua Presidente Castelo Branco	1
	45

Quadro 2- Localização das Ruas, Avenidas e Praças da área urbana da cidade.
Org. Teodoro. C. T. (2019)

da cidade para realizar suas atividades do dia-a-dia. Portanto são por causa destas situações que os informais se fixam em lugares estratégicos para receber as pessoas com suas mercadorias sempre buscando atender a clientela.

Deparamos também no decorrer da pesquisa que algumas ruas e avenidas por ter um grande fluxos de pessoas (Av. Marechal Rondon e Rua Arnaldo Estevam) foram identificados dois (2) locais de trabalhos informais. Esta situação é fácil de entender por que nesta área existe um grande número de comércio formal que oferece uma boa parte dos alimentos que os informais vendem, lembrando que existe a preocupação do comércio informal com a fiscalização de suas atividades que são ilícitas.

Estas atividades ilícitas vêm ocorrendo nesses lugares, por causa das transformações no espaço produtivo, criando uma divisão de trabalho. Santos (2005) afirma:

A divisão do trabalho social torna diversamente produtivas as diferentes porções de natureza, isto é, atribui a uma paisagem a condição de espaço produtivo. O espaço global se define pelo conjunto de lugares compreendidos como porções do espaço produtivo e como lugar de consumo (SANTOS, 2005, p. 60).

Nesta forma de exerce suas atividades, utilizando – se de ruas, avenidas, calçadas e praças, que são lugares públicos, obstruindo em muitos casos o direito de ir e vir, por causa que os informais usam estes lugares. Santos (2005) afirma que:

Quando uma atividade nova se cria em ou quando uma atividade já existente ai se estabelece, o “valor” desse lugar muda; e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingindo fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma significação para cada um e para todos os lugares. Uma indústria que se instala ou que se moderniza, um hospital ou uma escola que se criam, uma atividade administrava que se inicia mesmo um homem que muda de residência ou que morres são, tudo isso, fatores de desequilíbrio e, portanto, de evolução, isto e de mudança do significado dos lugares no conjunto do espaço. (SANTOS, 2005, p. 66).

Existem situações em que os informais causam certos transtornos na sociedade, pois a utilização desses espaços públicos acaba atrapalhando o tráfego de pedestres, motociclista e de veículos, atrapalhando em algumas situações a exposição do comércio formal da cidade. O lugar é usado no cotidiano das pessoas que frequentam tanto os informais quanto os fregueses. O uso do lugar contribui dentro de uma lógica econômica de sobrevivência para os informais buscando desenvolver sua cidadania.

É dentro desta porção do território, que o lugar oferece aos informais, uma forma de desenvolvimento, por causa da própria função econômica que existe neste lugar mudando o

desempenho deste, atribuindo uma funcionalidade nova. Os lugares que a pesquisa foi realizada, nenhum é igual ao outro, pois as diferenças de produção/procura que envolve o ponto de informalidade tem suas diferenças.

Encontramos lugares que o fluxo de pessoas/econômico era bem menor que na área central. Diferença encontrada também foi a relacionada às desigualdades entre os próprios informais, uns com seus pontos mais organizados e modernos, tipos de barracas, coberturas, transporte acoplado em algum veículo.

Portanto os lugares de informalidade onde a pesquisa passou encontrou diferença em decorrência deste perfil, a **Figura 6** de um ponto de informalidade na Av. Bandeirantes deixa claro o nível de organização, além de oferecer alguns produtos industrializados tem no seu carro chefe de venda o caldo de cana que é bastante procurado pela freguesia que aprecia o caldo.



Figura 6. Ponto de informalidade na Av. Bandeirantes
TEODORO (2018).

O desenvolvimento do comércio informal de Rondonópolis atua em sua maioria nas ruas e avenidas de maiores fluxos de pessoas. A Avenida Bandeirantes frente ao Atacadão até a Praça da Saudade houve cinco pontos de informalidade, isso é favorecido por causa do

atrativo que existe nas proximidades (além do Atacadão), início de mês, por exemplo, o fluxo de pessoas dobra nestes lugares.

Rondonópolis por estar situada em lugar estratégico tem funcionado como uma centralidade para a região sudeste do estado, moradores das cidades vizinhas procuram a cidade para tratamento de saúde, eventos econômicos, shows, e para própria aquisição de mercadoria em atacado e acabam por fomentar o mercado informal da cidade, a **Figura 7** retirada do Google Earth mostra o fluxo de pessoas na avenida bandeirantes nas proximidades do Atacadão.



Figura 7. Pontos de Informalidade frente ao Atacadão: comercialização de produtos.
TEÓDORO (2019).

A **Figura 7** mostra como é o conflito entre formal e informal lado a lado, o informal aproveitando do espaço econômico para expor suas mercadorias e vende-las, isso ocorre de maneira bem natural, sem medo de fiscalização, acabam usando os espaços públicos como calçadas e o estacionamento da rua, isso dificulta a passagem de pedestre. Interessante observar que entre eles ocorre uma disputa amigável, sem interesse em “derrubar” as vendas do outro. De acordo com Carlos (2008):

Em suma, é um *locus* dinâmico de atividades, exercidas por pessoas, de acordo com suas necessidades sociais, vinculadas diretamente ao processo de reprodução do capital, cuja tendência é a concentração, em determinados pontos do território nacional, da acumulação assegurada por uma rede de circulação que agilize a realização do ciclo do capital, tendo, na metrópole, sua expressão máxima. (CARLOS, 2008, p. 51).

A Praça da Saudade (**Figura 8**) é um lugar muito frequentado por praticantes de esportes, oferece quadra esportivas, bem arejada, e por estar localizada na Av. Bandeirantes cruzamento com a rua de grande fluxo de veículos que é a Rua José Barriga, além de oferecer em seu entorno lojas de roupas, calçados, mecânicas de motos, lanchonetes e residências, tem mais este atrativo que a venda de caldo de cana, que é oferecido ao público há mais de 15 anos pela mesma pessoa. A poucos metros na esquina da praça fica uma camionete que ocupa um espaço no estacionamento na própria pista de rolamento comercializando frutas, verduras e doces.



Figura 8. Ponto de Informalidade: camionete onde ocorre venda de frutas e verduras – Praça da Saudade TEODORO (2019).

De acordo com Barbini e Ramallete (2012, p. 235):

A praça surge, assim, como espaço de utilização coletiva e de significativa qualidade arquitetônica, lugar sagrado para cerimônias e atividades coletivas, ponto de convergência dos percursos do território e lugar simbólico da centralidade da comunidade, aspectos que nos remetem diretamente para a essência da ágora e do fórum da antiguidade clássica.

De Angelis (2005) *apud* Crestani e Barbosa (2009) define a praça como:

As praças, ao longo dos tempos, levando-se em conta os diversos aspectos que as envolvem, como definição, funções, usos e concepções, sofreram significativas mudanças. Todavia, é consenso que, a despeito das transformações impostas pelo

tempo, às praças ainda representam um espaço público de grande importância no cotidiano urbano.

Santos (1996), diz que “a força do lugar”, retrata-se que no cotidiano os lugares usados pelos informais e seus frequentadores, diz que o mesmo oferece uma série de atrativos em alimentos que possibilita a vida das pessoas que se deslocam de suas casas para a realização de inúmeras atividades e nisso acaba adquirindo algum produto. Nesta perspectiva de usar sempre o mesmo lugar os trabalhadores informais e os fregueses vão criando uma identidade com o lugar, neste acesso e acabam produzindo um conhecimento social entre ambos, uma relação de afetividade tanto no ponto de informalidade quanto ao que é vendido.

O lugar onde se trabalha é o mundo de muitos informais, acreditam que ali naquele lugar marcado talvez por sua presença e demarcado por uma barreira física da ideia de uma função de trabalho de busca intensiva pela sobrevivência no meio urbano.

[...] processos de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço; ele envolve o ato de produzir o lugar (CARLOS, 2008, p. 85).

Lugar bastante ocupado pelos trabalhadores informais são as ruas e avenidas da cidade, os mesmo a ocupam com esses territórios utilizando-se da parte de vaga de um estacionamento de um veículo. Permanecem ali exercendo suas atividades por tempo indeterminado. As ruas aonde a pesquisa teve oportunidade de acontecer, são ruas que o fluxo tanto de veículo como pedestres é bastante intenso nos horários de pico, os trabalhadores informais utilizam-se deste espaço para produzir uma relação econômica.

Por se tratar de um espaço público, os trabalhadores informais usam as ruas por suas funcionalidades, a troca de produtos, os encontros, é um verdadeiro palco de aprendizagem. Os informais utilizam para vender suas mercadorias, muitos não tem um preparo adequado, possui técnicas rústicas tanto para atender ou vender e são nas ruas no dia-a-dia que vão aprendendo a trabalhar.

As ruas são importantíssimas. Não se pode conceber uma cidade sem elas. Servem para ligar os diversos pontos de interesse particular ou semi público, conformando uma rede de canais livres e de propriedade coletiva. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma, pois servem de suporte ao deslocamento de pessoas, veículos, mercadorias, informações. Mas não é só isso; territórios de ninguém e de todo mundo, são o palco onde se deslocam os dramas e representações da sociedade. Ai acontecem desde a agitação de todos dos dias até as celebrações especiais: as procissões, a parada de Sete de Setembro, os comícios, o carnaval... (SANTOS, 1988, p. 91).

Em Rondonópolis as vias urbanas não possuem mais uma definição padrão, há uma confusão de interpretação entre ruas e avenidas, segundo o Relatório Técnico – Leitura Técnica Sócio territorial, encontrado no site da Prefeitura Municipal de Rondonópolis diz: Em relação à largura das vias urbanas, as mesmas, em sua maioria, apresentam largura suficiente para comportar estacionamento nos dois lados da via e circulação de veículos nos dois sentidos.



Figura 9. Av. Governador Júlio Campos, com duas pistas de rolamentos
TEODORO (2019).

As avenidas fazem parte do núcleo urbano da cidade, se trata de ruas mais largas com duas pistas de rolamentos e estacionamento no acostamento, trata-se da ligação mais importante de um bairro, funciona como corredor mais rápido que as ruas.

Avenida é uma via importante por concentrar em suas laterais várias empresas do comércio constituindo como um centro financeiro, além de ligar bairros com mais facilidade que outras ruas, em nossa cidade a Avenida agrada pela situação com pistas largas, em duas vias é a Governador Júlio Campos (**Figura 9**) mostra o número de comércio, a acessibilidade fazendo a ligação com outros bairros da cidade, inclusive centro. A **Figura 10** também considerada como avenida, não tem os padrões de medidas, mas acompanha um número grande de comerciantes na cidade, atraindo os mais variados informais do setor de alimentos como outros tipos de informalidade. Também considerada como avenida, não tem os padrões de medidas, mas acompanha um número grande de comerciantes na cidade, atraindo os mais variados informais do setor de alimentos como outros tipos de informalidade.



Figura 10. Av. Fernando Correa da Costa Centro com uma pista de rolamento
TEODORO (2019).

As calçadas das vias públicas são muito usadas pelos trabalhadores informais. Alguns se concentram em frente sua própria casa, mas a maioria está ocupando este espaço na frente de outros comércios (formais) acordo com a Lei Municipal nº 4741 de 06 de fevereiro de 2006 que padroniza a construção:

As calçadas são partes fundamentadas das vias públicas. Nelas acontece o transito de pedestres, são colocados equipamentos e mobiliários urbanos, arborização e paisagismo público, sinalização de trânsito e informativa, dentre outros. Este espaço ímpar para a organização social e espacial de uma cidade deve garantir a locomoção de pessoas e serviços de forma autônoma e justa. Portanto é fundamental seguir certos requisitos para que se promova a mobilidade urbana (s/d).

As calçadas da cidade principalmente no quadrilátero central estão tomadas pela informalidade, e até mesmo o próprio comércio formal (**Figuras 11 e 12**) está usufruindo deste espaço para expor suas mercadorias, descaracterizando até mesmo a paisagem urbana, obstruindo a visibilidade, pensando bem, a luta pelo lugar tanto do formal quanto do informal e visível. Outro questionamento observado é que neste uso das calçadas, os pedestres acabam sendo atrapalhados na sua locomoção, tendo que desviar dos pontos de informalidade indo para as ruas se arriscando no meio dos veículos.



Figura 11. Uso das calçadas pelo comércio formal no centro da cidade Avenida Amazonas TEODORO (2019)



Figura 12. Comércio Formal usando calçada para expor suas mercadorias na Avenida Marechal Rondon TEODORO (2019).

As calçadas servem de caminho para os pedestres com sinalizações especiais para cada caso específico, e não para exposição dos informais e formais que utilizam deste espaço público (**Figuras 11 e 12**). Rondonópolis vem crescendo em um ritmo acelerado, sem

organização do espaço público, falta mais empenho das autoridades, da sociedade organizada de mudar a cultura de utilização do espaço público. Isto não é crítica, mas sim um pedido para se organizar o espaço público garantindo o direito de ir e vir das pessoas, motivando uma mobilidade urbana sustentável a todos os munícipes.

4.2 Levantamento dos tipos de alimentos comercializados pelo mercado informalidade

Durante as entrevistas constatou-se que os alimentos comercializados e produzidos no comércio informal de Rondonópolis tem se destacado na quantidade de alguns produtos. Autoridades e organizações internacionais têm procurado entender e analisar os impactos econômicos, sociais e sanitários do setor informal de alimentos, visto que este comércio envolve uma considerável parcela da população, estando presente em todo lugar e em constante crescimento (FAO, 2011). A variedade de alimentos comercializados pelos informais no perímetro urbano da cidade é vendido como alimentos frescos, produzidos na hora como caldo de cana, sucos e espetinhos, existe também um cuidado com os produtos frequentemente (**Gráfico 1**). Enquanto os trabalhadores informais preparam o produto os fregueses vão criando uma afetividade com o lugar, construindo novas amizades.

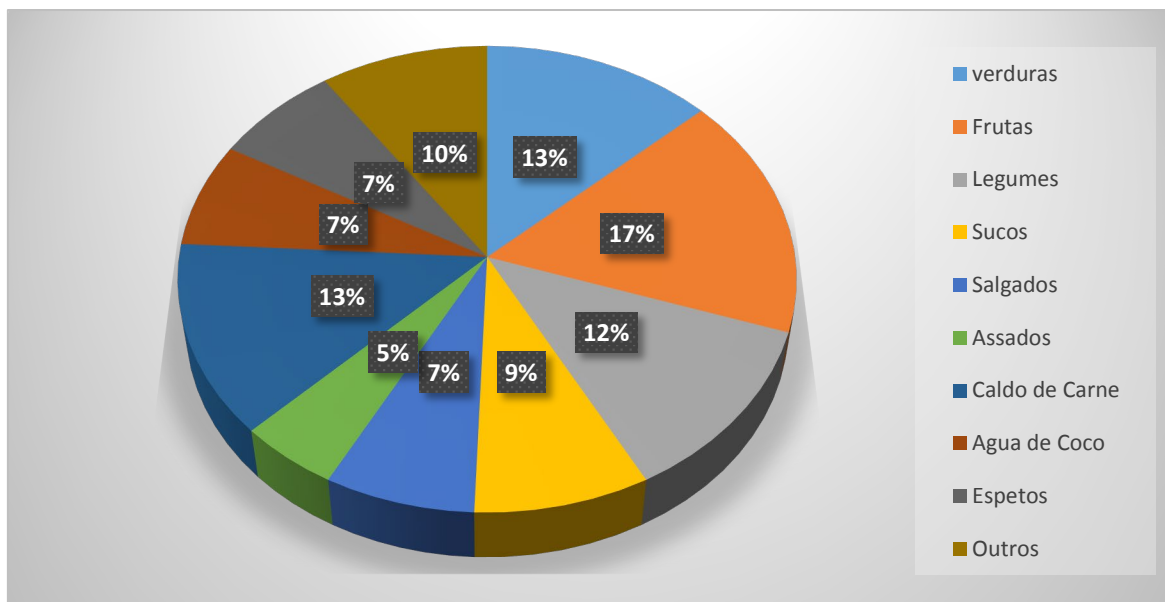


Gráfico 1- Alimentos comercializados pelos trabalhadores informais na cidade
Org. TEODORO (2018)

Segundo Zandonadi et al. (2007), os serviços que oferecem refeições fora do lar representam locais que têm se destacado na epidemiologia dos surtos de doenças transmitidas por alimentos que, embora subestimados, apresentam prevalência elevada principalmente nos

países em desenvolvimento. Fica claro no **Gráfico 1** os alimentos mais vendidos em destaque são frutas com 17%, a preferência se dá por fatores como em horários de atividades físicas, as pessoas acabam passando e comprando alguma fruta, por ser menos calórica, existe ponto de informalidade na cidade estrategicamente em locais onde a prática de atividades físicas é constante, existe situações em que os fregueses buscam por esses informais e não pelos mercados pelo fato estarem próximos a suas residências, acreditam que as frutas são mais reservadas e saudáveis.

Alimentos como verduras, bebidas e o caldo de cana, tem uma preferência de 13% no gosto dos rondonopolitanos - os fregueses buscam as verduras nessas barracas, por que acreditam que elas têm “menos agrotóxicos”, e preço diferenciado do que é vendido no mercado. Um dos trabalhadores informais relatou que a preferência por frutas aumentou por que a própria população está se cuidando mais, evitando produtos industrializados, além do preço exposto pelos informais ficar mais em conta, se destacam algumas frutas produzidas em nossa região como, mamão, melancia, polcam, e também vinda de outras regiões do Brasil, como: laranja, melancia, abacate, caqui, goiaba, uva. As **Figuras 13 e 14** apresentam algumas especialidades de frutas vendidas nos pontos de informalidade no perímetro urbano.



Figura 13. Variedades de frutas expostas na área urbana da cidade
Org. TEODORO (2018)



Figura 14. Ponto de Informalidade localizado na periferia da cidade
Org. TEODORO (2018)

A **Figura 13** retrata localizada na área urbana/central da cidade, enquanto a **Figura 14** representa a banca de venda localizada na periferia da cidade em uma via de muito movimento. Nesta mesma figura nota-se uma diferença na organização das bancas - tem uma diferença de organização, com um pouco mais de cuidado com os produtos e o estilo da barraca.

Outro fator interessante, é que as pessoas possuem uma liberdade de escolher mais, por exemplo, para comprar um pé de alface os fregueses tem a opção de escolha, dialogam mais com o vendedor questionando o produto, sobra até tempo para “bater um papo”. O caldo de cana é uma bebida que está caindo no gosto da população, atraindo tantos vendedores informais para comercializar o produto, quanto novos adeptos ao consumo da mesma, os fregueses acreditam que é uma bebida saudável, tem a preferência de ser temperada com limão e gelo ou sem.

Conforme a **Figura 15** mostra todo o cuidado com a cana, no armazenamento, manejo e na própria segurança do produto contra insetos. Os legumes com uma representação de 12% do gosto dos fregueses conforme cita o **Gráfico 1**, fica um pouco atrás das verduras e do caldo de cana, mas faz parte da nossa culinária por trazer muito benefícios para saúde. Os legumes procurados pelos fregueses são variados e destacam-se a cenoura, beterraba,

abobrinha, abóbora, e tuberosa, como a mandioca; esses alimentos são vendidos já dentro da sacolinha, bem organizados.



Figura 15. Cuidado com manejo da cana
TEODORO (2018)

Outros tipos de alimentos também são vendidos conforme **Gráfico 1**. Existe uma preferência de 10% com a farinha de mandioca, torresmo, carne seca, frango, doce caseiro, são alimentos que já vêm preparados, e não são todas as barracas que comercializam esses produtos, de fato a procura também é menor, tem todo um trabalho por trás dessa produção, além de um custo pois conforme alguns trabalhadores informais relataram, para vender esses produtos “a fiscalização exige mais de nós, obrigando a gente a fazer um investimento”.

A **Figura 16** mostra toda uma organização com esses alimentos dentro de sua variedade de exposição aparentando um produto bem fresco, separados, com forro nas bancas para evitar que os produtos possam se “machucar”.



Figura 16. Organização e cuidado com os alimentos já embalados
Org. TEODORO (2018)

De acordo com José (2012), o manipulador tem grande importância em todas as etapas do processo de produção de alimentos, pois pode facilitar a disseminação de microrganismos deteriorantes e/ou patogênicos no ambiente de trabalho. As mãos de manipuladores podem ser cruciais na contaminação cruzada dentro de ambiente de processamento de alimentos, considerando que microrganismos podem ser transferidos para as mãos durante a manipulação e pelo incorreto hábito de higiene pessoal.

A comercialização de sucos com 9% (**Gráfico 1**) de gosto dos clientes, é bem variada entre os informais, mas nem todos os pontos de informalidade tem essa comercialização, necessita de uma infraestrutura para fazer o suco, como energia elétrica, local para armazenar as polpas e o gelo, água. Relato de um informal que tem no seu forte a venda de sucos e frutas, afirma que os frequentadores vêm mais no seu ponto após o horário do almoço, no seu descanso “o ponto está próximo a empresa”, tomar suco como sendo um tipo de sobremesa, bater papo com os colegas de trabalho, por ser mais barato, um produto natural sem conservantes, corantes ou outros tipos de substâncias químicas.

Segundo Germano e Germano (2011), vale lembrar que, de acordo com a definição estabelecida pelo Programa de Padrões de Alimentos da FAO, a higiene dos alimentos corresponde ao conjunto de medidas necessárias para garantir segurança, salubridade e sanidade do alimento, em todos os estágios de seu crescimento, produção ou manufatura até seu consumo final.

Em outra situação não tanto comercializada, é a venda de espetos, água de coco e salgados, vêm com uma preferência de 7% conforme **Gráfico 1**, não que essas vendas sejam reduzidas, mas acontece que nem todos os informais comercializam estes alimentos, pois existe um horário mais apropriado, antes do almoço ou após as quinze horas.

Citamos duas vendas de espetos, onde esses pontos de informalidades facilitam a vida de muitas pessoas que estão em horário de trabalho e não tem tempo hábil para ir em sua casa no horário de intervalo do almoço, pois falta tempo, tem o famoso ditado popular que os frequentadores dizem “vamos forrar o estomago”, se tratando também de ser mais barato comer nesses pontos, e é uma praticidade para muitos fregueses. Os vendedores de espetinho por exemplo deixam pré-assados os espetos, para facilitar o atendimento, existe momento que o fluxo de pessoas nos horários é muito consistente.

Os informais têm um hábito de cuidar dos alimentos, o manuseio diferente, não se pode dizer que é falta de alguma técnica específica, pois são anos exercendo esta prática, adotaram dentro do seu jeito, um tipo de higiene a manipulação dos mesmo, é bastante diferente para cada informal.

A RDC nº 216 (BRASIL, 2004), a alínea 4.1.17 versa sobre como as superfícies de móveis, utensílios e equipamentos devem ser lisos, impermeáveis, laváveis e isentos de rugosidade, frestas e outras imperfeições. É importante evitar o uso deste material, a fim de prevenir situações que possam comprometer a higienização, podendo também ser fontes de contaminação cruzada.

Alguns trabalhadores informais relataram que a higiene não fica exposta só nas barracas, mas existe todo um cuidado desde o transporte até a venda final. Destacamos comercialização dos espetos dois exemplos de fluxo grande de pessoas que procuram, um ponto informal se encontra na Av. Presidente Médici e o outro próximo à Praça da Saudade, ambos já tem uma clientela. O trabalhador informal próximo à praça da saudade já se encontra com uma freguesia bem aceita, serve no local o famoso espetinho tradicional “carne, mandioca, farinha e molho de pimenta”, neste mesmo lugar localiza mais um ponto de informalidade com outro dono, comercializando suco natural, “unindo o útil ao agradável”.

Outro localizado na Av. Presidente Médici próximo ao viaduto conduzido por uma mulher, possuindo uma infraestrutura bem menor que o anterior já citado, mas com boa aceitação. Serve também no local o espetinho tradicional tendo uma aceitação boa pelos frequentadores. Uma curiosidade que chamou a atenção foi no seu relato dizendo “faço faculdade de psicologia, e após terminar quero continuar a venda dos espetos, é uma renda

certa para mim, hoje ser empregado está muito difícil, não que eu não queira exercer minha profissão, mas não pretendo larga isso aqui, gosto do que faço é uma diversão para mim”.

A comercialização de salgados também vem crescendo bastante, os que comercializam os salgados vêm com uma inovação, reduziram para um preço popular de um real, diminuindo também o tamanho do salgado, ficaram um pouco menor, e as barracas que vendem estão localizadas nas ruas de maiores fluxos nas frentes das residências, conforme **Figura 17**.



Figura 17. Comercialização de salgado na periferia da cidade
Org. TEODORO (2018)

Este ponto de informalidade de comercialização de salgados (**gráfico 1**) conforme mostra a **Figura 17**, fica localizado na frente da residência, a proprietária disse que já teve um restaurante na cidade, mas por causa da segurança foi roubada duas vezes, e teve que fechar o ponto comercial, encerrou a empresa e trabalha na porta de casa, mas que pretende acumular umas economias e abrir novamente o restaurante.

A água de coco ficou com os seus 5% de preferência, existe uma demanda boa na cidade, mas são poucos os que comercializam, estão em pontos estratégicos da cidade, boa parte do coco vem de outras regiões do Brasil, e alguns desses trabalhadores informais adquirem o produto do Atacadão.

4.3 Fatores que contribuíram para o trabalho informal

Os dados analisados mostraram situações divergentes entre os trabalhadores informais no que se refere ao perfil socioeconômico, por exemplo, em relação: ao número de pessoas que trabalham na banca, o tempo de atividade, a renda da comercialização, transporte para locomoção da mercadoria. No que diz respeito a estas pessoas estarem inseridas nesse mercado de trabalho que a cada dia vem crescendo, não se trata apenas de uma razão, mas são vários os motivos que levam estas a dedicarem à informalidade. Os entrevistados citaram situações como desemprego, opção pessoal, sem experiência profissional e as poucas oportunidades que o mercado oferece.

O desemprego é caracterizado como sendo a não possibilidade do trabalho assalariado nas organizações de um modo geral. De acordo com Garraty (1978) desemprego significa a condição da pessoa sem algum meio aceitável de ganhar a vida e os desempregados são pessoas capazes de trabalhar para satisfazer suas necessidades, mas ociosas, independentemente de sua boa vontade para trabalhar ou que elas possam fazer para atender as necessidades da sociedade. Além de termos os trabalhadores informais, os mesmos contribuem para manutenção de trabalhadores no cultivo de hortaliças na zona rural, conforme apresenta a **Figura 18**.



Figura 18. Trabalhadores no cultivo Hortaliças – Serra de São Vicente
Org. NOVAIS (2019)

Observamos que um problema vai acarretando a outro, a falta de emprego, dificulta o acesso ao dinheiro, provocando atraso nas contas, colocando em risco a vitalidade das pessoas, e problemas gerando problemas sociais. Essas necessidades movem as pessoas para buscar uma saída para as realizações pessoais e qualidade de vida.

Gonçalves (2004) define modo de vida como a garantia das necessidades de subsistência do indivíduo, através de sua condição econômica e, em parte, por políticas públicas; e condições de vida como os determinantes político-organizacionais da sociedade como um todo, que norteiam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, entre outros.

Alguns trabalhadores informais explicaram que esta atividade tem prós e contras, uma das vantagens é o horário flexível, trabalham o dia que tem vontade, não tem patrão, não pagam impostos, veja o relato de um informal “nós fazemos nosso horário, trabalhamos o dia que queremos a maior desvantagem é não termos direito a nada”.

Segundo Marx (1983, p. 149), “(...) o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das ideias que fluem destas”. Para o autor, o trabalho é o centro das atividades especificamente humanas. Sob essa ótica, os homens relacionam-se com a natureza por intermédio do trabalho. Considera, ainda, que, “(...) ao submetê-la aos seus próprios fins, o homem realiza, neste sentido, uma humanização da natureza” (MARX, 1983, p. 150).

A experiência profissional é outra situação que leva ao desemprego, o comodismo das pessoas em esperar acontecer, a dificuldade de acesso aos novos meios de produção. As oportunidades de emprego é outro fator importante, a cada dia que se passa novas tecnologias são inseridas no mercado de trabalho, as indústrias querem faturar mais e gastar menos, enxugando os gastos, além, é claro da praticidade que as máquinas proporcionam.

Na Antiguidade, o trabalho era entendido como a atividade dos que haviam perdido a liberdade. O seu significado confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio. O homem, no exercício do trabalho, sofre ao vacilar sob um fardo. O fardo pode ser invisível, pois, na verdade, é o fardo social da falta de independência e de liberdade. (KURZ, 1997, p. 3).

Estar inserido nesta atividade é uma forma de realizar seus projetos de vida, complementação de renda, e no momento é o que sei fazer “isso é um relato de trabalhador informal”. Existem outros fatores como o **Gráfico 2** a seguir mostra.

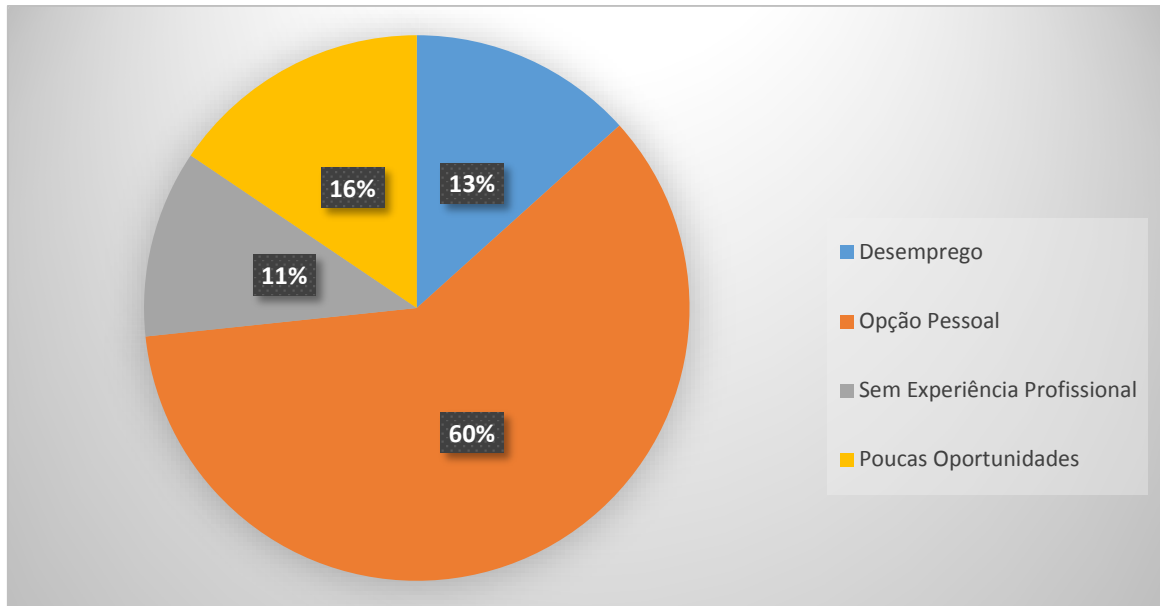


Gráfico 2. Motivos que levaram a realizar esta atividade
Org. TEODORO (2018)

Os resultados retratados no **Gráfico 2** podem ser entendidos que dentre os 45 informais, 60% estão nesta atividade por opção pessoal, porque entendem que é uma forma de ter seu próprio negócio, liberdade para fazer seus horários, não tem patrão pegando no pé, tem dinheiro todos os dias. Além de ser uma atividade que foi passada de pai para filho, há ainda o fator de convivência com a zona rural, trabalhadores que moram no campo ou vivenciam a realidade do manuseio com produtos do campo, este procedimento acaba criando uma identidade com a produção que ajuda bastante os informais em suas atividades de comercialização de alimentos hortifrutigranjeiros.

Outra situação que o gráfico apresenta é que 16% (**Gráfico 2**) dessa população alegam que setor econômico tem dado poucas oportunidades de emprego para os menos instruídos, a falta de conhecimento técnico, e evolução tecnológica vem tirando do mercado de trabalho essas pessoas com qualificação limitada, abrindo precedente para novos informais. A esse trabalhador, restou-lhe integrar-se a este circuito de economia informal.

O principal uso do termo ocupação, em Ciências Sociais, segue o sentido comum, que é o de emprego, negócio ou profissão. "A ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho feito por ela, independente da indústria em que esse trabalho é realizado e do status que o emprego confere ao indivíduo" (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 829).

A mudança no espaço rondonopolitano foi radical, pois trabalhadores permanentes que antes existiam foram substituídos por mão de obra especializada. A qualificação para o trabalho vai muito além da educação básica: Todos dependerão de conhecimento e de

educação além do mínimo. A educação básica será exigida com rigor e possivelmente habilidade em várias junções (MOTTA, 2000, p. 22).

Uma significativa margem de entrevistados 13% (**Gráfico 2**) alegaram estar nessa atividade motivados pelo desemprego. Vários fatores levaram esses trabalhadores a ficarem sem emprego e serem inseridos dentro de um exército de reservas de mão de obra. Outros fatores como, logística ligada com a distância do trabalho oferecido (gastos com passagens), a formação profissional, são situações que levam esses trabalhadores a não atenderem as necessidades das agências de empregos, ficando no meio do caminho.

Para Medina (1986, p. 121): “Desemprego, como estado de desequilíbrio no mercado de trabalho, define-se necessariamente com a oferta de trabalho não realizada ao “preço” vigente no mercado. Portanto, define-se numa unidade de tempo e intensidade.”

O conceito de desemprego continuou a se desenvolver depois da II Guerra Mundial, em um contexto de quase pleno emprego e de consolidação do emprego salarial “fordista”. Uma política de pleno emprego deveria ter o engajamento dos países, a fim de prevenir crises econômicas e elevar o bem-estar da população. Assim, o que era defendido era o desenvolvimento de um sistema que integrasse o crescimento econômico, o quase pleno emprego e o desenvolvimento do direito do trabalho na estruturação de uma sociedade industrial (SAUTHIER, 2009, p 7-8).

Outros informais disseram a seguinte situação “somos pessoas limitadas, não temos condições de estudar, nossos pais não deixava agente estudar, tínhamos que ajudar na lida das obrigações, e o tempo para o estudo ficou comprometido, em outra situação para nós bastava saber ler, escrever e contar dinheiro”, infelizmente essa é uma triste situação dos trabalhadores informais.

Verificou-se que 11% dos trabalhadores informais (5 atores) trabalham nesta atividade pelo fato de não ter experiência profissional. Nesse caso são os mais jovens que se encarregam de ajudar os pais no trabalho, e outros trabalhadores informais que por não ter nenhuma experiência profissional em qualquer outra atividade que venha fomentar a economia da cidade.

Segundo Machado da Silva (2002, p. 90), “o crescimento do desemprego e a crise da social - democracia, a expansão de atividades empresariais e de uma economia de mercado, já anteriores ao desmonte final da URSS, a acelerada expansão da força de trabalho no setor de serviços e sua importância cada vez maior para a acumulação” levam à uma situação de “perda de confiança na viabilidade histórica do pleno emprego” o que provoca mudanças cruciais no enquadramento conceitual e analítico das formas assumidas pelo trabalho no

capitalismo flexível, o que, para o autor, acaba provocando uma perda de relevância cognitiva explicativa do termo informalidade.

A precarização do emprego é sim um problema de questão social, as pessoas buscam no mínimo ter um pouco de dignidade, buscando realizar seus sonhos, colocando projetos em prática que visam sempre o bem estar social da família.

(...) a educação fundamental pode ser muito importante para ajudar as pessoas a conseguir uma ocupação lucrativa. Qualquer país que negligencie a educação tende a condenar o seu povo analfabeto a um acesso inadequado às oportunidades abertas pelo comércio global. A pessoa que não pode ler instruções, compreender as exigências da precisão e seguir especificações está em posição muito desvantajosa no que se refere à busca de um emprego no mundo globalizado contemporâneo. (SEN, 2002).

Segundo Guimarães (2008), o desemprego coloca-se como um problema social que causa instabilidade e um sentimento de insegurança generalizado em trabalhadores de todos os ramos e setores de atividade. Diante do exposto essa insegurança desagrada a toda sociedade que em um efeito “dominó” vem trazendo situações que vão desde complicações na economia até a saúde das pessoas.

A ameaça de desemprego já causa sentimentos de vergonha, rejeição, abandono, insegurança, angústia e ansiedade que adentram o cotidiano dos indivíduos, configurando uma sociedade marcada pela indiferença, pela desconfiança e pela falta de compromisso mútuo entre as pessoas, que passam a buscar soluções individuais para problemas produzidos socialmente (Guimarães, 2008. p. 5).

O Jornal A Tribuna em matéria veiculada no dia 20 de maio de 2018, traz um balanço das admissões e demissões no mês de Abril/2018.

Admissão	Demissão	Saldo Positivo
2558	2139	419

Quadro 3- Geração de Emprego

Fonte: Jornal A Tribuna

Org. TEODORO (2018)

Ainda segundo as informações divulgadas pelo Jornal A Tribuna, o setor que mais admitiu foi o de serviços com 246 postos, seguindo pelo comércio 80 e pela construção civil que contratou 74 novos trabalhadores informais.

Ainda segundo o (**Gráfico 2**) relataram que a falta de experiência profissional com os avanço do capitalismo e a modernização tanto no campo (êxodo rural ajudou nesse modelo de economia, as pessoas não tinham nenhuma formação ou profissão para atender as expectativas das indústrias) como na indústria contribuiu para a formação da informalidade no Brasil. “Um

outro fator que tem contribuído para o desemprego estrutural no Brasil e com ligação direta ao novo paradigma é aquele relacionado à deficiente estrutura de ensino no país. Observa-se estrutura curricular, metodológica e de infraestrutura aquém das novas exigências tecnológicas” (TENÓRIO, 2002, p.174).

Não é muito diferente de Rondonópolis, no início do povoado muitas pessoas vieram em busca da terra, para uso social que a terra exerce. Com estas atitudes inicia o processo de urbanização da cidade. Conforme Demamann (2011, p. 17) “(...) da formação do povoado até a formação do centro urbano, a expansão da área edificada sempre esteve vinculada à corrente migratória, pois os trabalhadores estavam em busca de terra para o trabalho agrário.”.

Sobre o questionamento de esses trabalhadores informais trabalharem em outra atividades antes, ficou caracterizada no **Gráfico 3** a seguir.

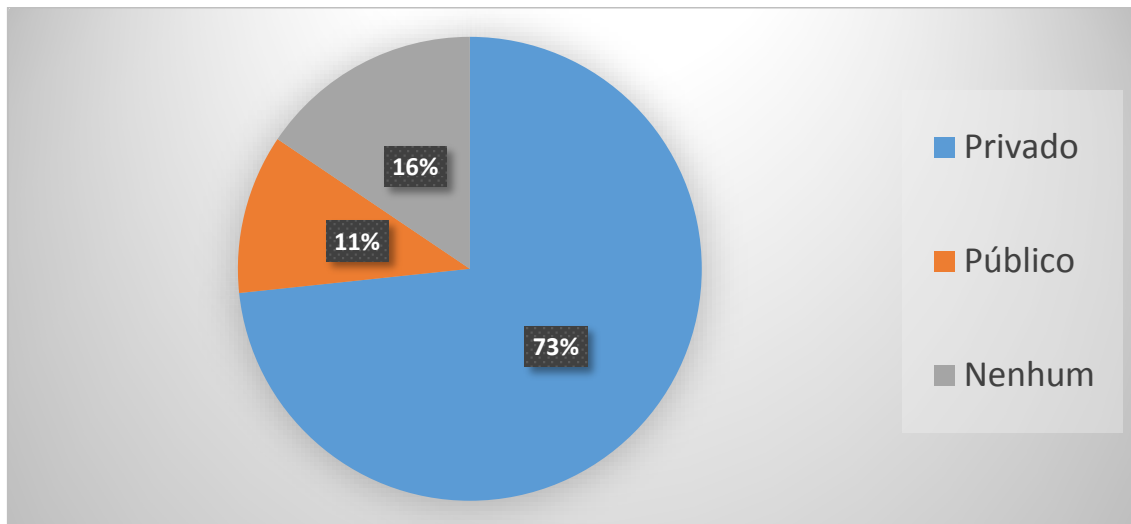


Gráfico 3- Trabalhou em outra atividade?
Org. TEODORO (2018)

Do total de 45 informais 73% (**Gráfico 3**) disseram que já trabalharam no setor privado, em indústrias, comércio local, prestação de serviços, exercendo suas atividades rotineiramente. É o setor privado que hoje sustenta uma parte da economia brasileira - tem em seus deveres além de pagar os honorários dos colaboradores como hora extra, insalubridade, 13º salário, férias, seguro desemprego entre outros, se divide na obrigação de pagar os impostos aos órgãos fiscalizadores.

Segundo Soares e Mendes (2009), a gestão privada é percebida como sendo a principal solução para o Estado e para o terceiro setor. A gestão privada se beneficia economicamente através dos produtos e serviços que comercializam dentro de um mercado competidor com outras empresas, fica a seu critério a dominação sobre a mão de obra determinando a

atividade econômica não controlada pelo estado. Pode-se dizer que o setor privado é o coração do sistema econômico capitalista, essa economia controla o estado, dando as regras do jogo no sistema capitalista.

De acordo com Soares e Mendes (2009, p. 242).

A orientação gerencialista está cada vez mais voltada para tarefas e menos para pessoas, precarizando o trabalho, desmotivando o servidor e fazendo com que as tarefas laborais pressionem cada vez mais o indivíduo, dificultando a criação de espaços de diálogo e de exercício da criatividade.

Essas atitudes de muitas empresas são consideradas para muitos trabalhadores como um incentivo para sair da atividade formal, o trabalhador chega em momento de seu profissionalismo que ele não aguenta mais ser mandado, obedecer ordens que quando é demitido ou pede demissão, tem opção de não querer mais voltar a ser empregado, prefere montar o próprio negócio, mesmo dentro de uma informalidade. Apenas 11% (**Gráfico 3**) dos trabalhadores informais que alegaram ter trabalhado em outra atividade, que foi no setor público, inclusive alguns estão aposentados, atuam na informalidade como forma de complementação de renda e para passar o tempo.

No contexto da Economia Política do Trabalho, um enfoque específico chama a atenção sobre a segmentação do trabalho entre gêneros no setor informal, definido a partir das ocupações que não são legalizadas, ou que não cumprem as regulamentações ou legislações fiscais, laborais ou outras definidas e oficialmente registradas (KON, 2004).

Estes trabalhadores argumentaram que trabalhar no setor público tem suas vantagens, comodidade, trabalham menos horas em algumas esferas do estado. Uma outra comparação que fizeram, é que no setor público não existe uma preocupação mais sintetizada em receber o ordenado no final do mês, estão tranquilo quanto isso, por que o setor público é responsável por manter o estado, suas responsabilidades sociais, o dever de manter sobre sua competência a Ordem e o Progresso do Brasil. O Estado recebe os impostos e tem que manter a máquina funcionando, uma prestação de serviços sociais.

Um exemplo do início da Administração Pública é o Feudalismo, com suas divisões de classes de forma piramidal como ainda é usada atualmente, tendo o Rei no topo da pirâmide, duques, marqueses no meio e na base os servos e escravos. Outro exemplo seria a Igreja Católica, O Vaticano. Que é um poder unificado, mas descentralizado comparando com a estrutura atual, o Vaticano e o Papa seriam o Palácio do Planalto e o Presidente da República, as demais igrejas espalhadas pelo mundo, seriam como os ministérios ou órgãos públicos,

cada um com suas jurisdições, com suas funções delegadas com o fim de auxiliar e prestar serviço à população (KEHRIG, 2005).

Um dos trabalhadores informais respondeu: “gostei de trabalhar no setor público, hoje sou aposentado como guarda de escola, recebo minha aposentadoria todo mês sagrada,”. Uma parcela de 16% nunca trabalhou nem no setor privado nem no público. Essas pessoas nunca recolheram nenhum tipo de contribuição, portanto não são reconhecidas perante nenhuma norma trabalhista. São na verdade pessoas que trabalham com o que tem de melhor na atividade informal expondo mercadorias tanto produzidas por si próprio ou compradas de terceiros. Foram e são até o momento trabalhadores que jamais tiveram uma carteira assinada, um contrato, um ordenado mensalmente. Esses trabalhadores informais nunca tiveram uma renda fixa, vivem do que ganha no dia-a-dia.

Quando se usa a expressão sentido do trabalho, pensa-se no todo, no porquê desse trabalho, porque escolheu essa área, se teve outras opções, se há preparo para desempenhar esse trabalho e assumir suas responsabilidades. Alguns autores como Marx, Durkheim e Antunes, afirmam que o trabalho representa um valor importante para sociedade, exercendo influência sobre a motivação dos trabalhadores, assim como sobre sua satisfação e sua produtividade. Assim percebe-se que compreender os sentidos do trabalho hoje é um desafio importante (MORIM, 2001).

Quanto ao grau de escolaridade dos trabalhadores informais foi fundamental para estarem nessa atividade, é com educação que se transforma um país, quanto mais o grau de instrução melhor serão as expectativas de vida. Segundo Menezes (2001) ressalta a importância do estudo para carreira profissional:

Um aspecto do mercado de trabalho que vem chamando bastante a atenção dos analistas econômicos é a chamada “precarização” do trabalho, ou seja, o fato das relações tradicionais entre empregador e empregado, no âmbito das leis trabalhistas, estão dando lugar ao trabalho por conta própria e no mercado informal (MENEZES, 2001, p. 33).

O grau de instrução dos informais ficou a desejar e muito, o gráfico mostra essa realidade quanto a escolaridade dos mesmos (**Gráfico 4**). Neste gráfico está bem explícito o grau de escolaridade dos trabalhadores informais no perímetro urbano da cidade. Percebemos que 49% desta população não possuem nem o nível de ensino fundamental completo, esse fator provoca um impacto no mercado de trabalho caracterizando como uma mão de obra barata, limitações para conseguir recursos.

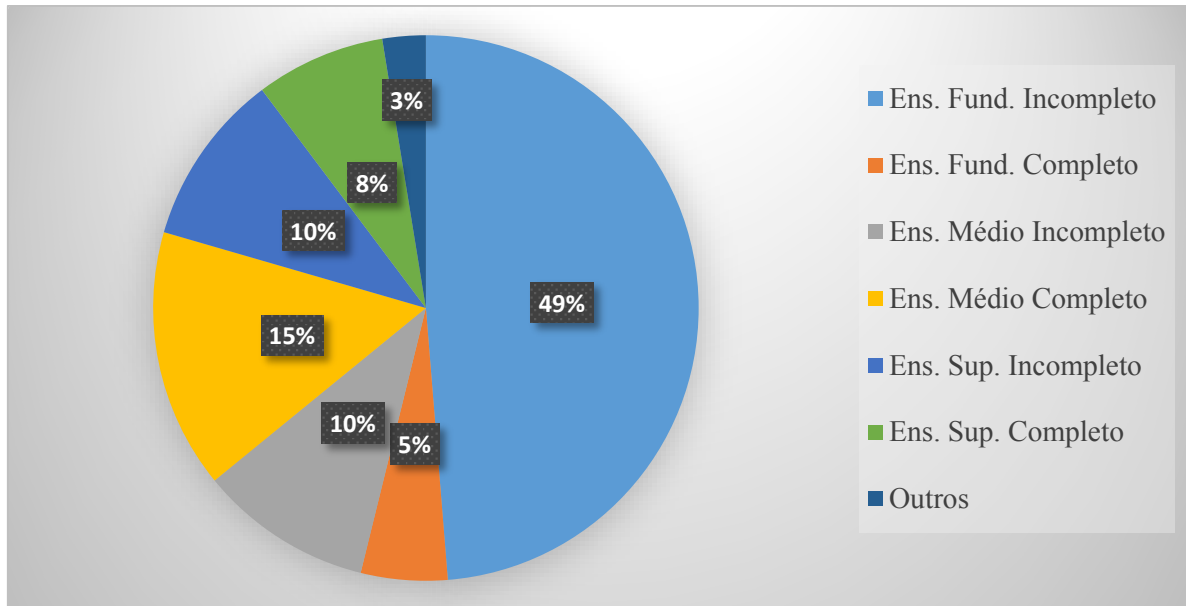


Gráfico 4- Grau de Escolaridade
Org. TEODORO (2018)

A situação desses trabalhadores informais que possui o ensino fundamental incompleto é preocupante. Um dos trabalhadores informais sobre essa situação assim afirmou “nós que temos pouco estudo, somos escravos ainda mais de uma massa populacional que está acima de nós, não sabemos fazer outra coisa a não ser isso que você está vendo, somos bom mesmo é para contar dinheiro, é muito difícil alguém me passar a perna”. O mesmo trabalhador alegou que não conseguiu estudar porque seus pais não deixaram, e aí veio família e complicou ainda mais a situação, disse também que está nessa atividade há mais 20 anos e criou os filhos fazendo isso, “criei meu próprio jeito de trabalhar e buscar a informação, como não sou bom de leitura, peço explicação para pessoas com conhecimento a mais e coloco na prática, não consigo fazer a parte teórica, vou logo na prática”.

A valorização da educação, como estratégia para diminuir a desigualdade social no Brasil, também está presente no trabalho de Ferreira (2000) que, tendo como ponto de partida as diferentes correntes econômicas explicativas da elevada desigualdade brasileira, busca identificar a que melhor responde ao problema. Sem desconsiderar fatores como segmentação do mercado (setorial, regional e formal/informal) e discriminação (gênero e raça) – ambos influentes no processo de formação de renda do trabalho – o autor ressalta que o impacto da educação acumulada pelo trabalhador sobre a renda percebida é significativamente superior aos demais fatores.

Sendo assim, os desníveis educacionais seriam os principais responsáveis pelos desníveis de renda e, conseqüentemente, pela desigualdade social, o que reforça a valorização de políticas que visam aumentar o nível educacional da população brasileira. Segundo

Ferreira (2000, p. 24) “a evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira”.

Neste **Gráfico 4** também verificamos que 15% dos trabalhadores informais possuem o Ensino Médio Completo. Trata-se de uma taxa negativa muito alta, para uma cidade como Rondonópolis, pois na cidade existe um campo bastante dinâmico quanto à oferta para qualificação dos munícipes, desta maneira é favorável para melhorar o nível de instrução no local, lembrando que a cada momento as empresas querem sempre o mais preparado para o mercado de trabalho. O município possui várias escolas municipais distribuídas pelas zonas rurais, mais de 30 escolas estaduais, universidades particulares, uma universidade Federal além de cursos técnicos.

Diante dessas informações sobre as oportunidades de ensino em nossa cidade, fica explícito que a concorrência é muito grande, e as chances serão sempre daqueles que estão mais preparados, os que não conseguem ficam credenciados como um exército de reserva. Segundo Krawczyk (2009, p. 12):

A inovação tecnológica foi reconhecida como o principal elemento de transformação da organização dos processos produtivos, e disso decorre a necessidade de formar a população. O acesso, a utilização e a distribuição da informação e do conhecimento para o uso da tecnologia podem ser dimensionados como uma das mais novas e importantes formas da estruturação do poder e da desigualdade.

Contextualizando apenas 10% (**Gráfico 4**) dos informais disseram possuir o ensino médio incompleto. Iniciaram seus estudos mais no decorrer do tempo, tiveram que escolher entre estudar ou trabalhar, como o trabalho informal requer muito tempo ficava difícil estudar. Esses trabalhadores informais, mesmo tendo uma liberdade de fazer seus horários, trabalharem o dia que querem, não conseguiam conciliar estudo com trabalho.

Um desses trabalhadores informais deixou seu relato dizendo que “a gente faz nosso tempo, mas para estudar, sempre deixamos para depois, ah depois a gente faz provão, eu não gosto de estudar muito, as vezes ganho mais que professor, trabalho bastante mas tenho um ordenado bom”. Outro disse que não estudou, mas conseguiu realizar os anseios da família, realizando inclusive o sonho de ver os filhos formados, “isso eu consegui, meus filhos hoje todos tem uma boa profissão, dinheiro tirado da venda da minha barraca, cada um toca sua vida, mas trabalharam comigo vendendo nossa hortaliças”.

Portanto podemos dizer que a falta de estudo desses atores não foi empecilho para continuar lutando/sonhando com uma vida mais digna, mas como ele mesmo disse que hoje está mais difícil, que logo quando saiu o plano real, faturava muito com a venda de hortifrutigranjeiros.

Partindo dessa perspectiva, a empregabilidade se refere à aposta na educação básica e na qualificação profissional como saída para a crise de desemprego que afeta boa parte das economias capitalistas na atualidade. Essa aposta pressupõe investimentos em educação e formação profissional que “desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade e, conseqüentemente, para a empregabilidade” (FRIGOTTO, 2001, p. 45).

A **Figura 19** mostra todo cuidado que o trabalhador informal tem com os produtos, a exposição da mercadoria, sempre bem organizada, separada por espécies, sempre mantendo limpo, arejado, fica claro também a diversificação da mercadoria desde frutas, verduras, hortaliças e legumes.



Figura 19. Ponto de informalidade na área urbana da cidade TEODORO (2018).

Na mesma pergunta (**Gráfico 4**), 10% possuem curso superior incompleto, apesar de ser pouco o contingente, fiquei satisfeito, pois esses trabalhadores informais todos ainda estão cursando a faculdade, e todas particulares. Alguns têm bolsa de 50%, tirando o restante para pagar as despesas da faculdade com a venda dos seus produtos, trabalham o dia todo e a noite vão para faculdade, dizem que é um sacrifício mais que não querem desistir, tem vontade de sair desta atividade. Pochmann (2001) afirma que:

(...) o segmento da população ativa que supera as necessidades e exigências do processo de acumulação de capital conforma um conjunto de mão de obra excedente em cada país. A parte mais visível deste excedente é identificada pelo desemprego aberto, enquanto a parte menos visível é representada pelas mais diversas formas primitivas de organização da produção e de sobrevivência da população ativa. (POCHMANN, 2001, p. 78).

Uma curiosidade chamou atenção que foi com uma vendedora de espetinho que fica na Av. Presidente Médici, está fazendo faculdade de Psicologia, cursando o último ano, a mesma argumentou que não vai largar a venda de espetinhos, em sua matemática ela trabalha apenas 5 horas por dia de segunda a sexta, consegue um bom ordenado, está conseguindo realizar seus sonhos com trabalho informal e nessa perspectiva nem pensa em largar.

Segundo Comte (1995, p. 106): “(...) o modelo ‘tradicional’ (saída do sistema escolar, entrada no emprego) é substituído por trajetórias muito menos lineares: desemprego, ‘emprego’ (um ‘empreguinho’ qualquer), desemprego, ‘inatividade’ (se a pessoa deixa de procurar um emprego), emprego (se ela encontra um estágio remunerado) etc.”.

Ainda no **Gráfico 4**, outra fração de 8% de trabalhadores informais que possuem curso superior, foram dois contrastes que encontramos em dois trabalhadores informais: um engenheiro químico e uma administradora de empresa, essas duas pessoas chamaram-me a atenção pelas suas lutas e perspectivas para vencer na vida.

O primeiro trabalhador informal entrevistado com nível superior, engenheiro químico estava com pouco tempo vendendo espetinho na Av: Lions Internacional, além de engenheiro, trabalhou como professor em uma faculdade particular da cidade, foi demitido, mas precisava manter o padrão de vida da família, durante a manhã vendia espetos, a tarde trabalhava como segurança de supermercado. Contou que logo no início quando começou a vender espetos teve um pouco de vergonha, principalmente quando passava os ex-colegas de trabalho, “mas não desisti”. No meio de toda esta história de superação, este engenheiro aguarda para ser convocado para trabalhar na Petrobrás no estado do Rio de Janeiro, ele foi o único do estado inteiro a ser aprovado, e deve ser convocado ainda esse ano.

A outra história de muita luta é de uma senhora que é formada em Administração de Empresas, que nunca conseguiu trabalhar como administradora devido à idade, experiência profissional. Ela disse que quando terminou o curso, o marido ficou doente e teve que cuidar do marido, e para garantir o sustento foi trabalhar em casa mesmo.

Quando o marido teve uma melhora, mas não podia trabalhar no pesado e nem ficar sozinho, montaram uma barraca com restos de latas de zinco e uma Kombi em frente a ADM para vender caldo de cana, expressamente mostrada na **Figura 20**, além de servir também

salgados e até almoço. Esta mesma senhora ainda sonha sair dessa vida, ela deixou bem claro que não gosta do que faz, só está nessa vida para ajudar o marido, mais que ainda sonha em trabalhar exercendo sua profissão.



Figura 20. Máquina de Moer Cana – Periferia da Cidade – Distrito Industrial
Org. TEODORO. C. A (2018).

Para Pochmam (2003),

Essa massificação do ensino universitário na sociedade brasileira, que vive uma crise de desemprego estrutural, trouxe como consequência a não-absorção pelo mercado de trabalho dessa massa de jovens certificados. Isso ocorre em virtude a maior parte das ofertas de empregos estarem voltadas para aqueles trabalhadores que possuem escolaridade de nível médio, mas que, em várias ocasiões, são ocupadas por trabalhadores com nível superior, que aceitam trabalhar por menores salários e em condições precárias de trabalho.

Esse formato de atitude de empresas que executam essa forma, acontece com muita facilidade, as empresas querem economizar e por isso acabam contratando esses trabalhadores por salários menores principalmente quando estes estão iniciando a vida profissional.

Fica mais difícil definir quem é desempregado. Ao redor da massa de desempregados de fácil observação e definição encontra-se um conjunto de pessoas subempregadas, inseridas na informalidade ou mesmo outro conjunto de trabalhadores que compõem uma população flutuante que passa rapidamente de uma situação para outra. No entanto, atualmente, mesmo não existindo um consenso sobre uma conceituação de desemprego que dê conta das

especificidades do mundo do trabalho, prevalece a noção de desemprego como uma privação de um desejo ou a negação de um direito de ter salário, relacionando de forma íntima as categorias trabalho e emprego (SANTOS et. alli, 2000).

O que se percebe ainda é que 8% (**Gráfico 4**) desses trabalhadores informais possuem ensino fundamental completo. Mas relatos destes alegam que mesmo possuindo somente ensino fundamental, não lhes trouxe muitas melhoras. Argumentaram praticamente a mesma coisa do que foi citado antes para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, disseram que não conseguiram concluir os estudos por que tiveram que trabalhar cedo, construíram família cedo e as responsabilidades aumentaram com esse fator.

Dentre outra categoria apenas 3% (**Gráfico 4**) disseram que fizeram outros cursos profissionalizantes para aperfeiçoar suas atividades que exerciam antes, cursos com o: técnicos, padeiro, telefonista, crochê, cozinheira, pedreiro. Fizeram esses cursos e depois não tiveram mais interesse, “na época que fizemos esses cursos o mercado estava bom, achávamos que só bastava isso para manter nosso emprego”, e não foi isso, novas técnicas juntamente com novas máquinas e equipamentos surgiram e perderam seus empregos.

Segundo Acero (1982), a um certo nível de modernização, a produção em si exige menos aptidões cognitivas dos operários, isto é, menor número de operações e menos componentes de conhecimentos para desempenhá-las. Entretanto, há mais pressão sobre a força de trabalho para adaptar-se aos ritmos de trabalho, cargas de trabalho, intensidade de trabalho em geral, com características peculiares em cada fábrica.

Os alimentos comercializados por quase todos os informais, tem procedência local e fora da cidade, durante a pesquisa não foi possível fazer um levantamento da proporção da quantidade por origem de alimentos, os trabalhadores informais não tinham informações de quantidade, comércio e zona rural do município ou circunvizinhos além das distribuidoras que recebem de outras regiões do Brasil. A pequena produção está diretamente envolvida com este circuito informal, desta forma o pequeno produtor tem a possibilidade de produzir em suas propriedades particulares ou arrendadas diferentes tipos de produtos destinados para uma “alimentação saudável” que vai para a mesa das pessoas.

Na **Figura 21** vê-se claramente a produção de hortaliças na zona rural. Esta, por exemplo, trata-se do cultivo na Serra de São de Vicente, onde se tem uma comercialização muito alta, e uma parte desta produção vem para Rondonópolis abastecer as bancas informais da cidade.



Figura 21. Plantio de Hortaliças Serra de São Vicente.
Org. NOVAIS (2019).

Os alimentos comercializados pelos trabalhadores informais estão inseridos em um circuito econômico muito complexo, a dependência de ambas as partes é uma situação real onde o ciclo econômico faz a economia girar. Existe muito pequeno produtor que vem até a cidade para entregar suas mercadorias, estabelecendo uma conexão econômica, esta cadeia produtiva que fomenta todo este ciclo, alguns quesitos são importantes, como a qualidade e uniformidade dos produtos ofertados, mesmo que esta análise seja realizada de forma simples a “olho nu” ou um simples experimentar o produto.

Uma importante variedade, não quantificada, é a produção de hortaliças, legumes, verduras que vêm da Serra de São Vicente (esta região é uma das maiores fornecedoras de verduras, hortaliças para a cidade, porém não foi quantificado), outras localidades como São Jose do Povo, Juscimeira, Pedra Preta, de outros estados como Goiás, São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Sul, trazidos pelas distribuidoras.

Segundo o gerente administrativo de uma distribuidora, a venda para os trabalhadores informais está crescendo por que tem muita saída a mercadoria, eles alegam pela facilidade que tem de ter uma banca próximo a residência ajuda, outras demandas de produtos que também não foi investigado a quantidade vem de várias regiões do município, Galileia, Dom Osorio, Gleba Rio Vermelho, Globo Recreio, Dom Oscar Romero, Assentamento São

Francisco, além de alguns terem plantação própria, outro fator importante pelos informais agraciarem a produção local e o simples fato do preço ser mais acessível e até mesmo questões burocráticas da legislação.



Figura 22. Cultivo de Hortaliças (em destaque cebolinha - folha) Serra de São Vicente
Org. NOVAIS (2019).

Toda a origem de distribuição pode ser notada no **Gráfico 5**. Tem destaque neste gráfico, que boa demanda do que os informais comercializam na zona urbana da cidade vem da Zona Rural de Rondonópolis totalizando 35% desta da origem.

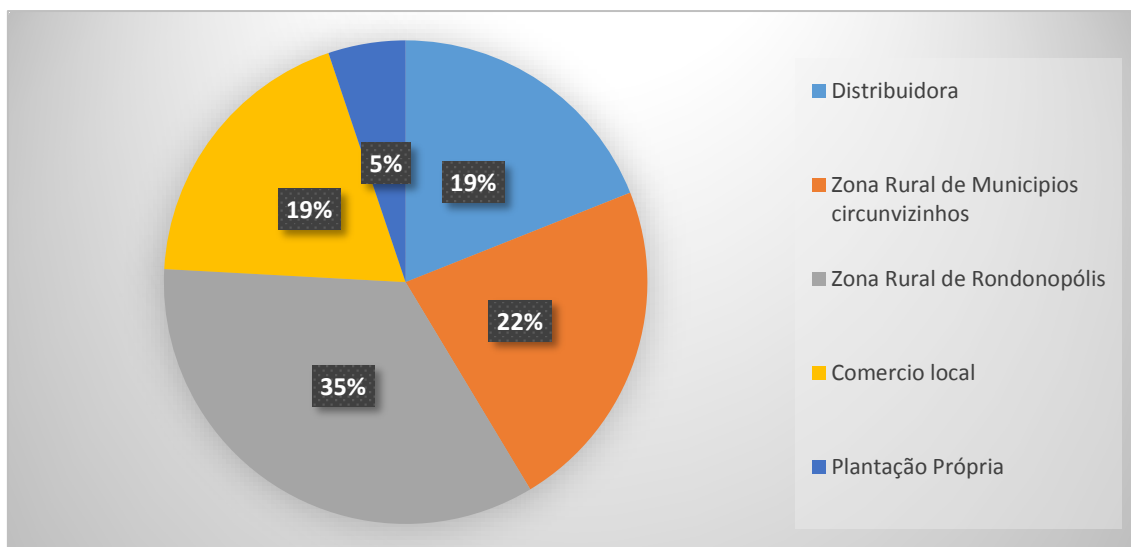


Gráfico 5- Origem dos Produtos
Org. TEODORO (2018)

Conforme já citado antes, a zona rural acaba ganhando com este setor informal, pois na hora da comercialização não são cobrados selos, garantias, qualificações da procedência da mercadoria, existe entre ambos um circuito bem respeitoso, acabam adquirindo uma confiabilidade. E são vários os produtos que vem da zona rural, a demanda é grande em se tratando de hortaliças, cana de açúcar, tuberosa (mandioca) e seus derivados. Na **Figura 23** a comercialização de produtos que são buscados na Serra de São Vicente próximos à Capital do Estado.



Figura 23. Diversificação de Produtos
Org. TEODORO (2018).

Várias espécies são comercializadas, onde o ator informal argumentou que ele todos os dias buscar a mercadoria. São os pequenos produtores que participam diretamente deste circuito abastecendo os informais. Esse processo se faz importante, pois a produção dos pequenos produtores, tem sempre um destino que é abastecer o mercado local mantendo suas despesas.

Através da **Figura 24**, percebemos um canal na região da Galileia que já foi realizado o corte para abastecimento dos garapeiros informais e outras produções derivadas da cana de açúcar. Outra origem da cana é do município de Juscimeira- MT.



Figura 24. Cultivo de cana – Região da Galileia
SOUZA (2019)

O cultivo da cana é aceito na Galileia, e não é apenas nessa localidade, outros lugares do município também tem essa produção, como Gleba Rio Vermelho, Dom Osório e outros pequenos sítios. Acompanhamos também produção de hortaliças e tuberosa na zona rural do município (**Figura 25**) uma horta com algumas espécies de folhas, abóboras, cheiro verde e alface.



Figura 25. Pequena produção na área rural do município de Rondonópolis/MT
Org. TEODORO. (2018)

Até um plantio de mandioca **Figura 26**, que deve ser colhido no mês de dezembro para fazer outro plantio.



Figura 26. Plantio de Mandioca – Região da Galileia
Org. TEODORO (2018)

Sendo assim, o pequeno produtor tem a possibilidade de produzir em suas terras diferentes tipos de produtos destinados para esse mercado. Em virtude disso mantem um compromisso, é um mecanismos de sobrevivência para os produtores. Desta maneira eles vêm mostrando sua importância para a sociedade enquanto produtor, diferente dos grandes produtores que investem pesado na monocultura. Para Silveira (2005, p. 59)

Pelo que consta, a manutenção da renda dessa parcela da sociedade da agricultura familiar, normalmente oriunda de pequenos estabelecimentos e pequenas escalas de produção, firmar-se-ia, grandemente, no autoconsumo e, conseqüentemente, na diversificação agrícola como elementos essenciais à formação de renda em sua unidade de produção (SILVEIRA, 2005).

Ainda conforme o **Gráfico 5**, 22% da produção vem da zona rural de município localizados próximos à cidade de Rondonópolis, a facilidade está ligada em uma das vantagens que é a logística, estes municípios estão próximos e possuem vias de acesso fáceis para a cidade, como São Jose do Povo, Pedra Preta, Juscimeira e até mesmo de Poxoréo. Alguns informais aproveitam por Rondonópolis ser uma cidade que agrada a todos, e possui uma diversidade de cidade grande em bens e serviços, os pequenos produtores aproveitam a

venda de sua produção para também fazer a compra do mês, além e claro de se manter inserido na economia garantido sua sobrevivência.



Figura 27. Cultivo de Alface Hidropônica na Zona Rural, Serra de São Vicente
Or. Novais, V. B (2019)

De acordo com o **Gráfico 5** ficando com 19% as distribuidoras e o comércio local também sai ganhando com a informalidade. A situação é bem complexa quando o próprio comércio formal depende da informalidade em várias situações, comercializando com os informais. Podemos citar alguns exemplos como os vendedores de espetinhos, salgados, pão de queijo, doces, e outros mais.

Portanto é um comércio que vive em contradição entre si visto que os trabalhadores formais alegam pagar os tributos enquanto os trabalhadores informais não pagam nada, mas tem uma dependência um do outro. Já as distribuidoras não são muito diferentes. Conversando com um representante de uma distribuidora local de frutas e legumes, deixou bem claro no seu relato; “nós dependemos dos informais, se eles acabarem a gente vai ter que demitir trabalhadores, seria bom se todos se formalizassem, mas carga tributária no Brasil acaba levando algumas receitas que poderiam ser usadas em bem próprio, além disso, temos uma camionete aqui na empresa responsável por abastecer os informais”.

Depois desse relato do gerente administrativo desta empresa percebemos a importância desse setor econômico, não esquecendo que seria muito melhor se todos fossem formalizados, em seu relato disse também “não adianta tirar eles, outro vai voltar”.

Em outra situação bem pequena é que 5% do que é vendido (**Gráfico 6**) é plantação própria do informal, por possuir uma área suficiente para plantar o que comercializa, podemos citar exemplos de pimenta, limão, cheiro verde, couve etc. O Setor Informal fortalece a agricultura familiar, estimulando a economia informal por adquirir um produto mais barato e assim vice e versa.

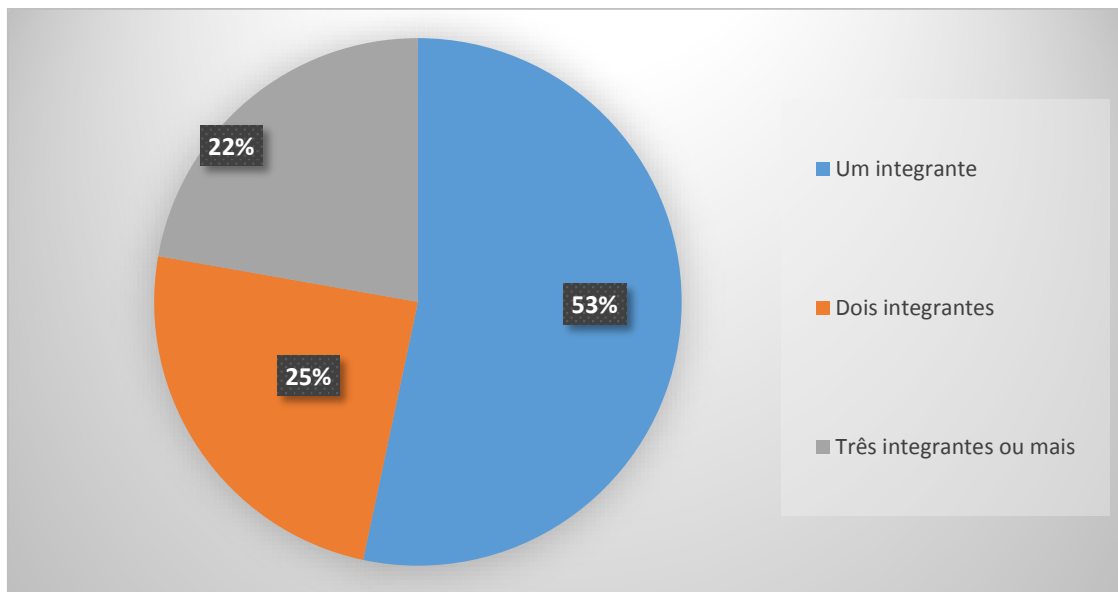


Gráfico 6- Quantidade de pessoas que trabalham em um ou mais pontos
Org. TEODORO (2018)

Analisando o **Gráfico 6**, percebemos que 53% dos informais possui apenas uma pessoa trabalha, onde às vezes revezam com alguém da família, atuando como único trabalhador na atividade exercida, nessas situações as barracas são mais pontuais com os produtos oferecidos. Trata-se de uma banca pequena, aonde os produtos são organizados para exposição se tornando mais prático o atendimento. Exaltamos também que nesta situação resulta em diminuir gastos com funcionários, sobrando um pouco mais para investir em futuras vendas, no bem estar social da família.

Salienta-se que não é só fomentando o crescimento econômico no país que se garantem mais empregos formais, bem como distribuição de renda equitativa. É preciso reconfigurar as formas de trabalho diante da precarização que houve no decorrer das últimas décadas, culminando na escolha da informalidade como meio de vida alternativo para a sobrevivência de muitas pessoas (COSTA, 2010).

Temos também 25% dos informais que atuam com um ajudante, e estes são da família, se trata do cônjuge ou filho (a). Nesta circunstância tendo um ajudante, é por que a banca tem um número bom de frequentadores para consumirem determinado produto. A inserção da família no mercado informal é uma forma de aumentar a renda familiar, diminuindo assim os

custos com mão de obra de terceiro. Outros 22% apresentam situações econômicas mais confortáveis, os mesmo consegue contratar ajudantes para atendimento ao público, desta forma consegue demonstrar uma atenção para os fregueses não deixando os mesmo esperarem. Este procedimento ocorre principalmente em pontos de informalidade em que o fluxo é maior em determinada concentração de pessoas nas barracas de alimentos como espetinhos e sucos.

Considerando o trabalho como uma ação coletiva enquanto ação humana, tarefa social, donde decorrem também as relações que se estabelecem entre os homens, ou seja, trabalho e reprodução social articulam-se de tal modo que um não pode existir fora da relação com o outro, pois não há ato individual fora da reprodução social. O trabalho também estabelece uma relação dialética entre a teoria e a prática, pela qual uma não pode existir sem a outra: o projeto orienta a ação e esta altera o projeto, que de novo altera a ação. (ARANHA, 1996).

Este modelo de informalidade de contratar outra pessoa para ajudar, são as que estão fora do mercado do trabalho, tem poucas experiências e aceita exercer uma remuneração pequena pela falta de oferta, trabalhando por “diárias”, além é claro que o baixo nível de intelectual é uma barreira para conseguir um emprego formal.

Conforme Antunes (2011), nesta primeira modalidade - trabalhadores informais tradicionais - podemos incluir os trabalhadores “ocasionais” ou “temporários”, que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado (p. 409).

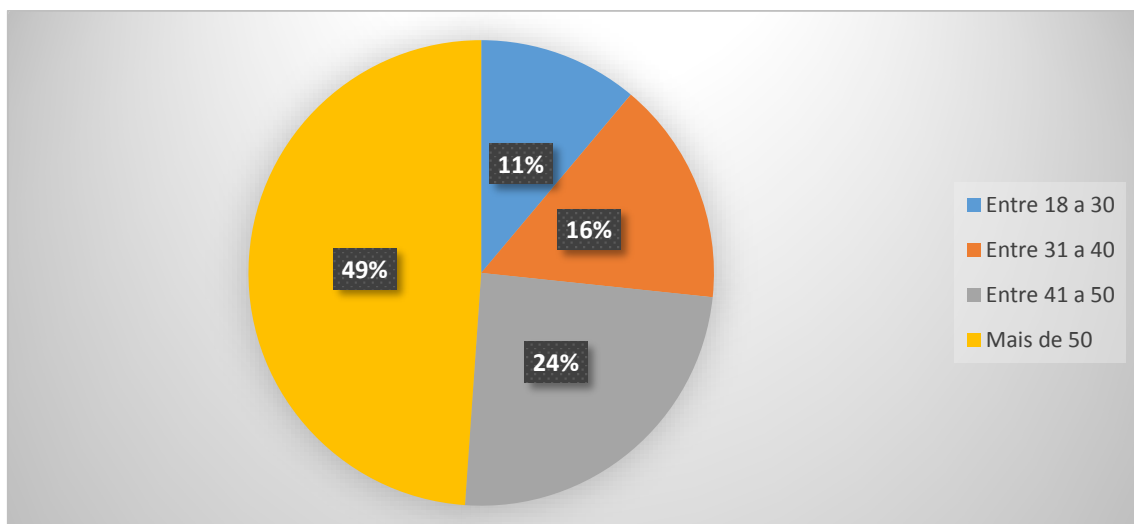


Gráfico 7- Idade dos Trabalhadores informais
Org. TEODORO (2018)

A idade dos trabalhadores informais também influencia nesta demanda do mercado de trabalho informal. Tem um peso muito grande nas ofertas de trabalho, quanto maior for idade

menor será a chance de trabalho formal. O próprio **Gráfico 7** Informa resultados surpreendentes quanto a idade dos trabalhadores informais.

Segundo o mesmo gráfico acima referenciado, os mais jovens com idade de 18 a 30 anos são pessoas que ficam no ponto de informalidade para ajudar o pai ou a mãe, que não poderá permanecer naquele instante, por estar envolvido em outras atividades, como no preparo de uma nova mercadoria, exercendo outra atividade extra para aumentar a renda, e colocam os filhos na atividade, para entender o valor do “dinheiro”.

Sete (7) trabalhadores informais com idade entre 31 a 40 anos conforme aponta **Gráfico 7** estão mais ciente que o mercado de trabalho formal ficará mais difícil por causa da idade, levando em conta que a oferta de trabalho oferecido para atender esta demanda, não atende as expectativas de salários, e tanto tempo na informalidade com menos estudos mais difícil se torna sua saída desta informalidade.

Entre a idade de 41 a 50 anos foram encontrados 11 trabalhadores informais com um agravante de pessoas menos capacitadas para entrar no mercado de trabalho formal. São pessoas que já possui uma “afinidade” com a prática exercida e não quiseram se profissionalizar e dentro desta perspectiva continuam com esta atividade informal. Não há mais para eles nesta idade uma possibilidade de estudar, se adaptaram a este comércio informal e mais o “peso” da idade e a falta de trabalho formal impulsionam para permanecer.

São muitos os fatores favoráveis para a reprodução do trabalho informal, o desemprego, além é claro, de exigências referentes à idade e aparência que infelizmente ainda são ocorrentes para conquista de um emprego formal. Existem ainda, outros elementos de difícil superação pelo caráter histórico que assumem, ainda hoje, quando o Brasil vive um momento de quase pleno emprego, a falta de profissionalização, escolaridade, articulação entre políticas (do trabalho, educação, saúde, previdência, assistência social) para o fomento do enfrentamento da informalidade ainda são elementos que fortalecem a informalidade do trabalho. Outro fator determinante é o fato da nossa sociedade ter assumido um projeto político neoliberal em detrimento do desenvolvimento pleno de um Estado Providência (XAVIER, 2014).

Neste mesmo **Gráfico 7** percebemos que quase 50% (22 trabalhadores informais) de uma totalidade de 45 trabalhadores informais estão acima de 50 anos, são pessoas que encontraram neste caminho da informalidade um forma de sobreviver às inovações do mercado do trabalho empurradas pelo sistema capitalista de produção. Ressaltam ainda que estão nesta vida a anos e com idade que o mercado formal não tem nenhuma iniciativa em dar trabalho por que encontra nos mais jovens, máquinas e equipamentos diminuindo custos.

Comparando os Gráficos 7 e 4: sobre o grau de escolaridade onde 45% disseram ter ensino fundamental incompleto e apenas 3% fundamental completo, provando que o ensino e a idade influencia no mercado de trabalho. Comparando-se a idade de entre 18 a 40 (14 pessoas) ainda tem uma chance de entrar no mercado de trabalho, pois ainda há tempo para se profissionalizar relacionando até mesmo até com a atividade exercida, de forma mais organizada e treinada.

O **Gráfico 8** onde retrata o gosto pela atividade informal. Notemos que houve resultado quase que 100% de aceitação pela atividade, são razões bem práticas que fazem estas pessoas permanecer nesta atividade.

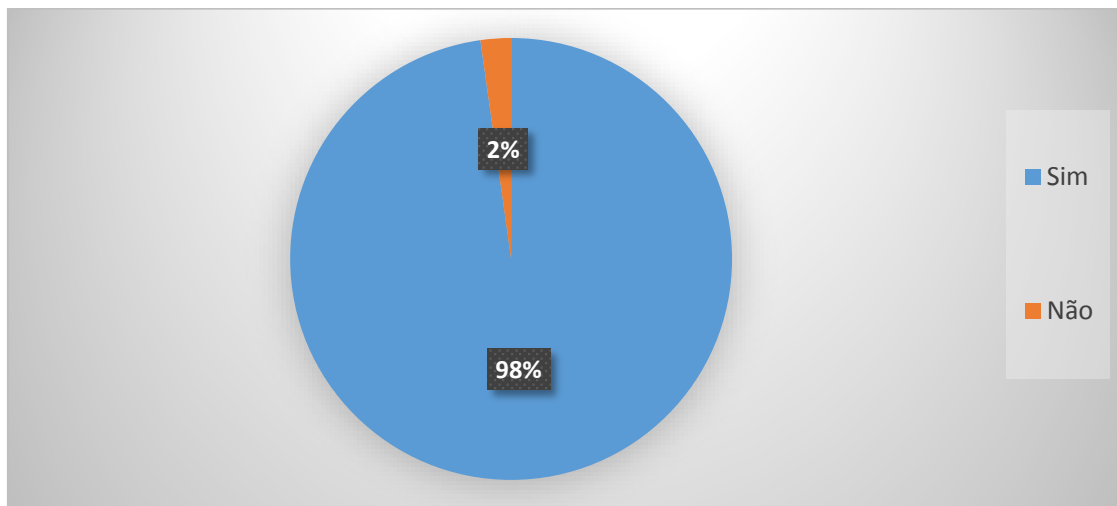


Gráfico 8- Gosta do que faz?
Org. TEODORO (2018)

As transformações ocorridas em âmbito mundial no final do século XX, no plano econômico, político e social, afetaram o modo de vida e de trabalho de milhões de pessoas. Presenciamos a “globalização” da lógica financeira, reestruturação produtiva no setor industrial e de serviços, transformações geográficas da produção e das formas de gestão, outra maneira de pensar o lugar do sujeito na organização. Um novo entendimento do “espaço - tempo”, caracterizado pela rapidez, “efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem: os homens e mulheres que vivem do trabalho” (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Os trabalhadores informais que responderam o questionário alegaram em maioria quase que absoluta 98% que gostam do que fazem, apenas 2% disseram não gostar. As razões para gostar foram variadas de acordo com o pensamento de cada um, mas tivemos resposta: gosto por que faço meu tempo; não tenho patrão; sou meu próprio chefe; trabalho até quando

quero e me divirto conversando com as pessoas; faço meu próprio salário tenho dinheiro todos os dias.

Os trabalhadores informais se sentem livres, donos da situação em sua atividade de trabalho; tomaram gosto pelo que faz por causa da praticidade, pouco investimento conhecimento além de mão de obra barata, a busca por uma renda e a necessidade de levar o “sustento” para casa vai alienando os trabalhadores informais a permanecer ilicitamente. Há também uma forte correspondência entre o quanto as pessoas apreciam o contexto social de seu local de trabalho e a satisfação que sentem no geral. Para Guerrier (*apud* NUNES, 2003) a satisfação no trabalho torna-se um conceito não global, mas multidimensional, segundo o qual os funcionários podem estar satisfeitos com os colegas de trabalho, por exemplo, mas insatisfeitos com a natureza do trabalho em si.

Fatores como a falta de estudo, experiência profissional e idade empurraram as pessoas que gostam de trabalhar para este setor da informalidade. Cerca de 45 trabalhadores informais apenas 2% não gosta do que faz, está exercendo essa atividade por que precisa manter uma renda. Este ator informal é uma das que possui curso superior, em seu relato alega que: gostaria muito de estar em uma empresa com carteira assinada, e direitos trabalhistas garantidos. Segundo Spector (2003), a satisfação no trabalho é uma variável de atitude que mostra como as pessoas se sentem em relação ao seu trabalho, seja no todo, seja em relação a alguns de seus aspectos. “É o quanto as pessoas gostam do trabalho delas”. Dessa forma, é necessário que a organização possa entender a satisfação do empregado como os valores, atitudes e objetivos pessoais que precisam ser identificados, compreendidos e estimulados para que estes consigam sua efetiva participação.

O **Gráfico 9** que apresenta os resultados se os informais possui algum curso profissionalizante. Seguindo-se o pensamento da exploração socioeconômica o Gráfico 9 apresenta porcentagem dos que possui curso profissionalizante para as atividades exercidas. Apenas 36% dos trabalhadores informais (16 atores) responderam que possui algum curso profissionalizante (ou tipo de treinamento para manusear os alimentos). Se analisarmos bem, isso pode ser uma preocupação em relação às questões ligadas à saúde. A pesquisa trata-se da comercialização de alimentos, a falta de um conhecimento técnico pode trazer problemas para o ator informal e quem compra também, os riscos são iminentes.

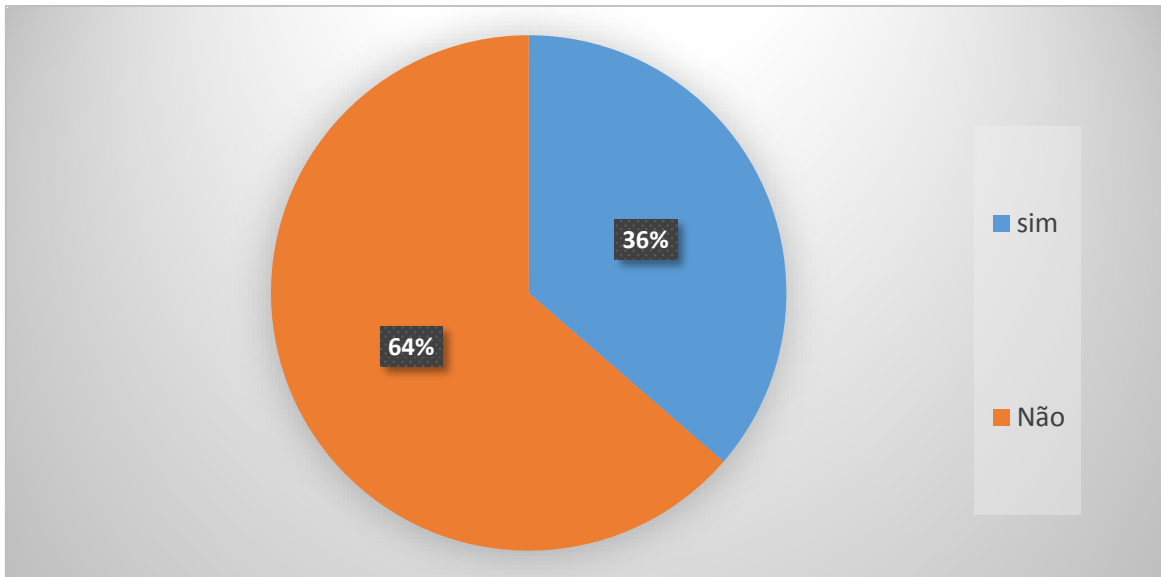


Gráfico 8. Curso profissionalizante
Org. TEODORO (2018)

Segundo Elkjaer (2001), a aprendizagem costumava ser vista como resultante unicamente da educação formal e necessária para entrar no mercado de trabalho, mas diante da evolução tecnológica e da atual economia globalizada, o conhecimento atualizado passou a ser basilar para as organizações manterem-se competitivas e a aprendizagem passou a ser investigada não só como resultante de instituições de ensino.

Quando tem-se o preparo para manusear alguma produção de alimentos, até mesmo a venda é maior por que passa ao frequentador uma confiança do produto adquirido. Outros 64% disseram não ter nenhum curso profissionalizante, aprenderam a manusear com os pais, ou tiveram que buscar neste ramo um conhecimento próprio aperfeiçoando ao longos dos anos. Outra razão pela qual não participam destes treinamentos é pelo motivo que depois para ocorrer uma possível fiscalização será mais fácil, outro fator interessante sobre estes treinamentos é que muitos dos informais disseram que para participar tem a parte burocrática.

A aprendizagem no local de trabalho (*workplace learning*) refere-se à aprendizagem individual no trabalho, que pode se dar formalmente por meio de treinamentos e qualificações formais em instituições de ensino, mas que ocorre, sobretudo informalmente, pois as práticas e rotinas de trabalho são os meios pelos quais a AI frequentemente acontece, sendo natural e potencial que a aprendizagem nas organizações se dê mais por AI que por AF (LE CLUS, 2013; REATTO, 2014).

Sobre a renda dos trabalhadores informais o próximo **Gráfico 10** chama a atenção com os resultados apresentados. Seja talvez um dos resultados mais esperados pelo pesquisador, pois é diagnóstico da renda.

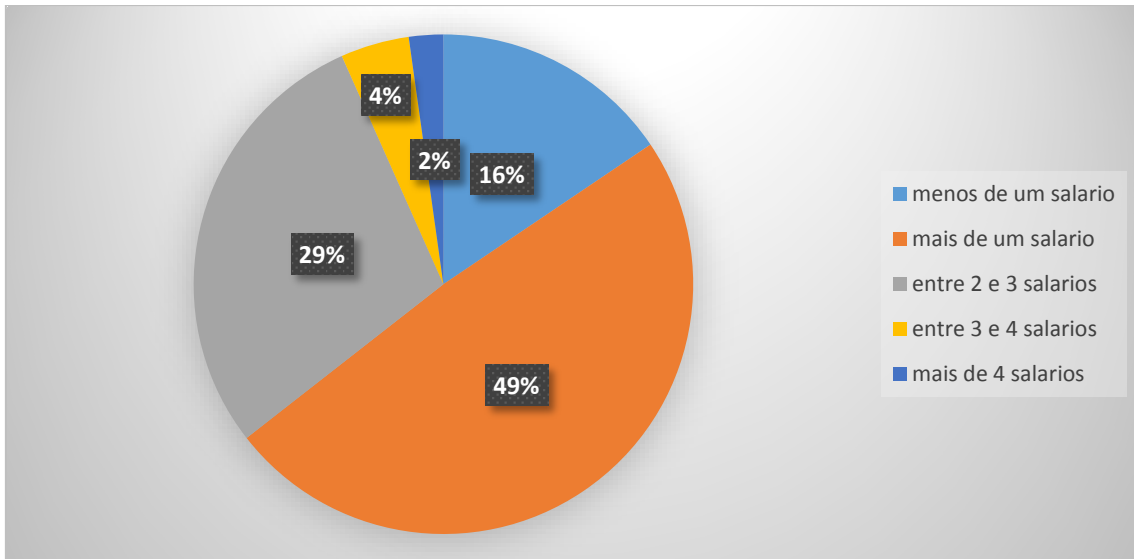


Gráfico 9- Renda mensal da comercialização desses alimentos
Org. TEODORO (2018)

Os resultados apontados no **Gráfico 10** condizem com outros já mencionados anteriormente, pois a renda sofre influência por causa do conhecimento técnico, o tipo de produto e de quantidade, atendimento e a própria localização do ponto de informalidade. Aponta-se nesse mesmo gráfico que 2% (1 ator informal) recebe mais de 4 salários trata-se de uma banca de verdura no período matutino de domingo a domingo, que fica localizado na área central da cidade próxima a uma escola estadual com fluxo bom de pessoas. É uma margem de ganho muito pequena em relação aos outros níveis de ganho real de cada informal. Fatores comuns favorece esta proporção de salário, pois a oportunidade de expor suas mercadorias na área central, vender produtos que a sociedade necessita e a falta de outras opções favorece lucrar o valor dito acima de 4 salários.

Observando o resultado entre três e quatro salários, 4% (2 trabalhadores informais) disseram lucrar com a venda dessas produções. Alegaram que estão satisfeitos com o que ganham pelo pouco que investem. Considera-se que também é uma margem pequena de trabalhadores informais que ganham este valor, pois se tratando de um comércio que cresce todos os dias.

Sete trabalhadores informais equivalendo a 16% disseram que ganham menos de um salário e às vezes tem que procurar outras “fontes” de renda, ou às vezes possui o ponto de informalidade para complementar com aposentadoria, estes alegaram que estando em pontos estratégicos lucram menos que um salário por causa da pouca oferta que eles têm para oferecer.

Quanto à demanda entre dois e três salários os números melhoram, triplica em relação aos dois primeiros resultados no que diz quantidade de trabalhadores informais. Pois são exatos 29% (13 trabalhadores informais) dos entrevistados garantem ganhar entre dois e três salários São números mais convincentes próximo de uma realidade de pessoas com perfil de pouco estudos ou fontes de economia.

Finalizando este o resultado deste **Gráfico 10** onde aponta que 49% (22 atores) quase a metade ganha mais de 2 salários mínimos. Os trabalhadores informais argumentaram que se sentem bem ganhando este valor, estão contentes com o lucro das vendas.

Em síntese a este **Gráfico 10** variou-se bastante o número de renda por ator informal por que os fatores já mencionados antes como a localização, tipo de produtos expostos, o atendimento e até situações como época de fornecimento de certos produtos como o caqui, alface, tomate, vai influenciar na comercialização. Outra variável também contundente é do fornecedor que distribui algumas produções que vem de outras regiões do Brasil, isso vai influenciar positivamente ou negativamente na renda de cada informal.

Almeida (2013) mostra que as atividades, por mais que sejam em busca de um sustento para a família, podem ser frutos de uma escolha própria, devido alguns benefícios que este tipo de trabalho apresenta. Esta mesma autora afirma que o trabalho informal se tornou uma alternativa, que pode até agradar ao trabalhador por algumas vantagens, como fazer seu próprio horário de trabalho, não estar sob a pressão de um patrão e a possibilidade de se conseguir uma remuneração maior do que com um trabalho formal onde também teria que seguir as regras do empregador e um horário determinado. Eleva até sua autoestima, porque ele pode dizer que tem um emprego e passa a ter mais respeito do que alguém taxado como “vagabundo”.

A influência também para se atingir determinada renda depende e muito da localidade de onde está o ponto de informalidade e se o informal atua em mais de um ponto. Pois dentro desta lógica o **Gráfico 11** apresenta os resultados de onde o informal exerce a atividade, mostra uma realidade de sentimento com o lugar. Apenas 16% (7 atores) exercem em mais de um ponto de informalidade mas não são todos os dias, isso acontece em ocasiões festivas vendas concentradas de sucos e espetinhos em época de Exposul ou outros eventos de grande apreciação de público. Favorece também ter opção em mais de um ponto de informalidade está relacionada ao transporte para levar a produção e a “banca”, tem a opção da sobra de mercadoria e levar para outro lugar que possui conhecimento acerca do fluxo de pessoas.

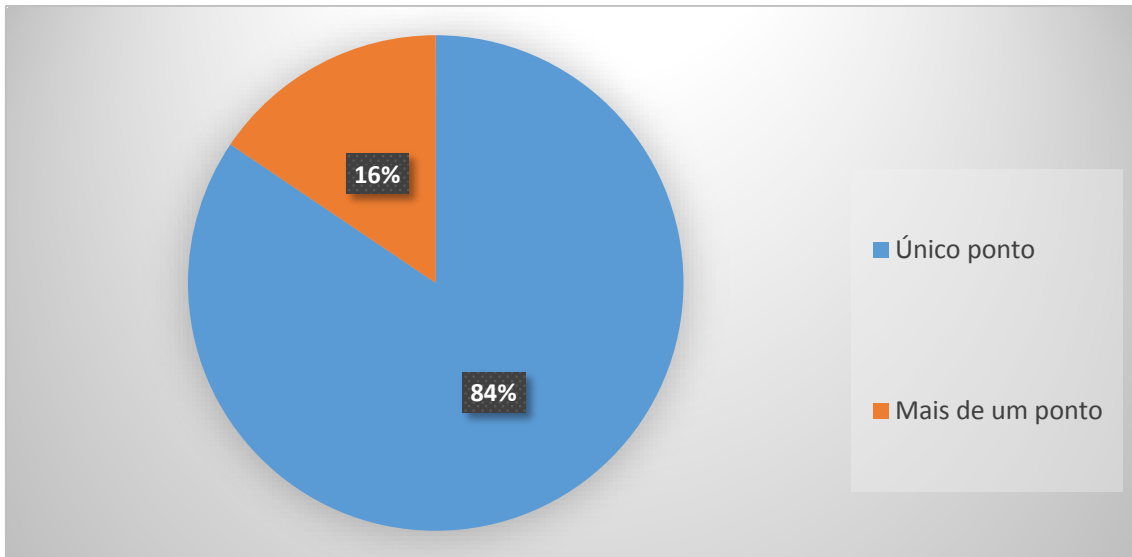


Gráfico 10- Onde exerce essa atividade
Org. TEODORO (2018)

Os trabalhadores informais acreditam que esta é uma garantia para aumentar até a renda. Fator preponderante e que eles tem tempo para ficar o dia todo, pois depende disso tem que se empenhar para vender a produção. Quando o ciclo de circulação de pessoas de determinado de pessoas diminui ou acaba os trabalhadores informais buscam outro lugar para garantir a renda familiar. Citamos como outro exemplo uma banca de verdura ou espeto que em sua tendência e ficar pela manhã quando acaba o fluxo de pessoas, eles acabam indo para outro lugar.

No Brasil, é visível nas cidades a presença de um grande número de pessoas ocupadas em atividades precárias, por conta própria ou emprego assalariado sem carteira, longe de quaisquer vínculos empregatícios formalizados e direitos trabalhistas. São trabalhadores que lançam mão de diferentes tipos de artifícios individuais para assegurar a sobrevivência. O espaço público onde essas relações podem ser detectadas num alto grau e variedade é a feira livre na organização das cidades. A feira é um lugar de comércio e sociabilidade que ajuda manter viva a cultura local, as tradições e as crenças. “Feira significa festa” (SATO, 2007, p. 4).

O **Gráfico 11** também apresenta que 84% (atores) permanecem em um único ponto trata – se de uma fidelidade um “sentimento” com o lugar. Não é só o fato de sentimento do lugar que faz com que esses trabalhadores informais permaneçam no lugar, a situação e mais questão de sobrevivência. Os argumentos compreendidos não estão em um único ponto, a freguesia é suficiente para conseguir atingir uma meta de renda diária, outro fator é a dificuldade de transportar a mercadoria para outro lugar. Alegaram também que utilizar outro ponto de informalidade ficaria muito explicito para fins de uma fiscalização, podendo vir a perder a produção e até mesmo ficar sem um dos pontos, pois a informalidade avança como um meio de garantir o “pão de cada dia”.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2004), o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas e hortaliças do mundo, com uma produção de aproximadamente 43 milhões de toneladas, perdendo apenas para China e Índia. Mesmo que o consumo de frutas, legumes e verduras (FLV) ainda seja baixo no Brasil quando comparado aos países desenvolvidos, não passando de 86 kg de frutas e hortaliças por ano, observa-se que o consumidor tem demonstrado mudanças em seus padrões de consumo e isso reflete na sua alimentação e no comportamento de compra (NOVAES, 2006; SPANHOL; HOKAMA, 2005).

Responderam também quando não estão no ponto de informalidade em determinado período é por que estão preparando a produção do dia seguinte. Essa logística para transportar e organizar a banca exige um tempo e uma organização para melhor atender os fregueses, acontece que para eles não compensa ter dois pontos estão satisfeitos, alguns atores vão buscar mercadoria em outras regiões próximas ao município e na zona rural.

A embalagem, o armazenamento e o transporte são atividades fundamentais para que os produtos cheguem em boas condições ao consumidor final (MANZINI; VEZZOLI, 2002). Quando se trata de FLV, essas atividades ganham ainda mais importância, uma vez que os produtos transportados são altamente perecíveis e suscetíveis a danos.

O **Gráfico 12** que trata dos critérios que os trabalhadores informais escolheram como ponto de informalidade é interessante e curioso pela percepção e observação que tem do espaço para determinar que aquele lugar vai ser eficaz para tirar seu sustento, mesmo estes atores não tendo um conhecimento técnico para instalação do seu capital.

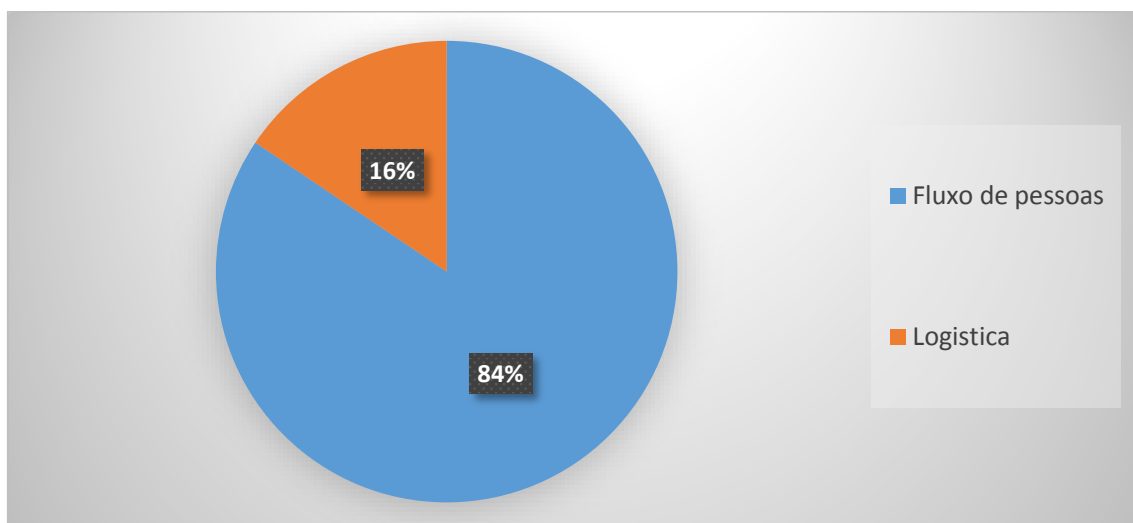


Gráfico 11- Critérios adotados para escolher o ponto
Org. TEODORO (2018)

O **gráfico 12** aponta que 16% (7 atores) optaram por achar que a logística pesou para escolher o ponto. Os trabalhadores informais possuem ponto de informalidade que são próximos das residências para facilitar o transporte, alguma porcentagem do lucro fica no transporte. Situação dos informais que ocupam a calçada, mas guarda sua produção em sua própria casa que fica atrás do estabelecimento é a situação semelhante dos vendedores de salgados que colocam sua banca na calçada.

Outra definição é apresentada por Christopher (2009). Para o autor, a logística é responsável por gerenciar estrategicamente a aquisição, o transporte e a armazenagem de matérias-primas, componentes e produtos acabados, além dos fluxos de informação relacionados. Outro critério bastante apontado pelos trabalhadores informais é que 84% (38 atores) responderam que adotaram a opção por fluxo de pessoas. Este fato foi determinante para que o ator informal escolhesse o ponto.

Partimos da ideia que a escolha pelo fluxo se dá também pela condição econômica do lugar. Ao repararmos a localização dos pontos no mapa (**Figura 3**) que corresponde a cada ponto de informalidade denota-se uma atenção para uma exposição maior na área central e pontos estratégicos onde o fluxo de pessoas é grande, como exemplo nas proximidades do Atacadão e na Praça Brasil. Mesmo alguns tendo poucos estudos os trabalhadores informais tem uma sensibilidade de bom observador, demarcam o lugar e ali ficam enquanto tiver dando certo, ou então procura outro lugar para expor sua produção.

Portanto entendemos que os trabalhadores informais tem conhecimento não técnico sobre economia, mas a vivência da experiência ajuda e muito, pois sabem diferenciar um lugar propício do outro que vá ajudar na comercialização da produção que melhor vai ser aceita pela sociedade. As atividades secundárias incluem armazenagem, manuseio dos materiais, compras, embalagem, manutenção de informações e cooperação com a produção. Essas atividades são também chamadas de atividades de apoio (BALLOU, 2006).

Em sequência os resultados mostrados no **Gráfico 13** apresenta o questionamento sobre o meio de transporte para o deslocamento de mercadoria. A situação é difícil para 11% que utilizam de meios como frete para transportar toda a produção a ser vendida neste dia mais a banca para exposição da mercadoria. Esses atores alegaram que uma parte que poderia ser acrescentada à renda vai para o frete, tendo às vezes aumentar o valor da mercadoria para recuperar as despesas com frete. “Armazenagem” e “embalagem” que são as três atividades fundamentais para a distribuição do produto, fazendo com que ele chegue em boas condições aos consumidores finais segundo (MANZINI; VEZZOLI, 2002).

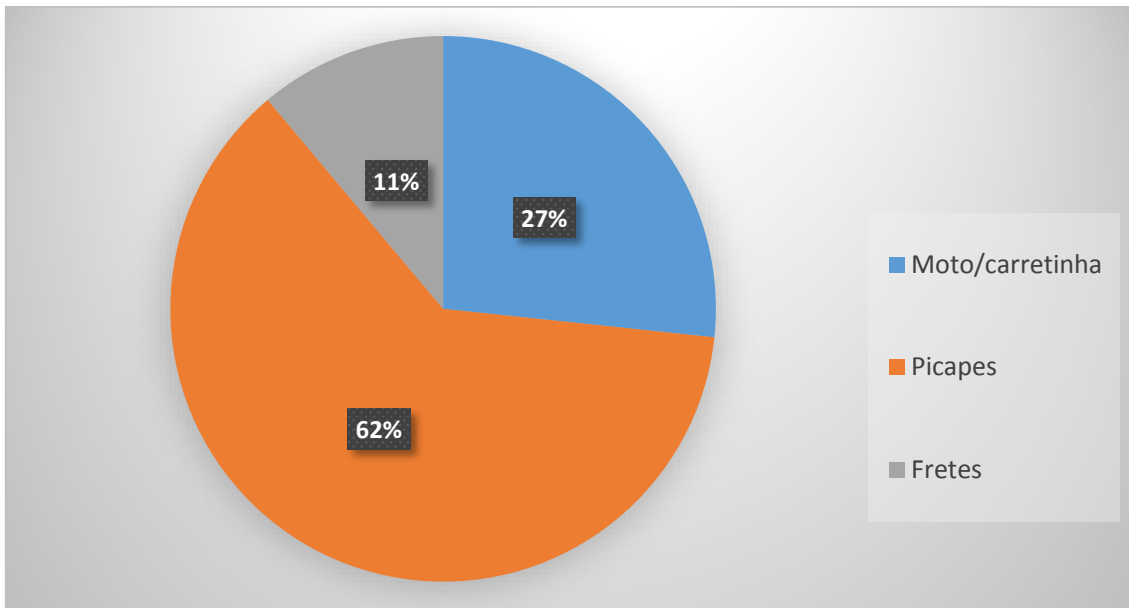


Gráfico 12- Transporte para deslocamento da mercadoria
Org. TEODORO (2018)

Outra situação apontada no **Gráfico 13** é que 27% (12 trabalhadores informais) utilizam-se de moto/carretinha para transportar a produção, o ponto negativo disso é que a moto/carretinha não cabe muita coisa, portanto é bem limitada a venda, ou então fazem mais de uma viagem. O lado positivo da moto é por que considera como um veículo barato, com pouco valor se enche de combustível e a manutenção também é barata. Nota-se no **Gráfico 13** que 62% têm transportados a produção em picapes (carros com carrocerias) levando uma quantidade considerável para aquele dia. No Brasil, os principais meios utilizados para transportar produtos da horticultura são o caminhão e a caminhonete, mas alguns também são transportados em automóveis comuns. Apesar de o transporte desses produtos ter evoluído ao longo dos anos, ainda existe a predominância de transporte em caminhões cobertos com lonas, sem controle de temperatura (LUENGO et. al., 2007).

Alguns trabalhadores informais com situação econômica melhor, vão até a Serra de São Vicente (maior distribuidora próxima), buscar as hortaliças, isso fica caracterizado na **Figura 28** que além mostrar o transporte tem todo o cuidado no armazenamento das hortaliças. Interessante este resultado por que muitas Picapes são utilizadas não apenas para o transporte, mas serve como banca, protege os alimentos contra as intempéries além da comodidade para o ator informal em organizar a mercadoria da melhor forma possível. (**Figuras 28 e 29**).



Figura 28. Transporte utilizado para transporte da produção
Org. NOVAIS (2019).



Figura 29 Armazenamento da produção de hortaliças na Serra de São de Vicente
Org. Novais, V. B (2019)

Os plásticos estão presentes nas caixas, bandejas, filmes, sacos, etc. As vantagens das caixas plásticas são sua alta resistência e durabilidade; além disso, elas podem ser higienizadas para que sejam utilizadas novamente. Segundo Cerqueira-Pereira (2009), na maioria das vezes os produtos são acondicionados em caixas confeccionadas em madeira, papelão ou plásticos. As principais características das caixas de madeira são a resistência e o baixo custo, porém, por serem reutilizadas podem acumular resíduos, o que possibilita

contaminar outros produtos. No caso do papelão, as características mais importantes são a não reutilização e o seu fundo liso, que minimiza a ocorrência de danos às FLV.

O **Gráfico 14** apresenta o período em que os trabalhadores informais exercem suas atividades.

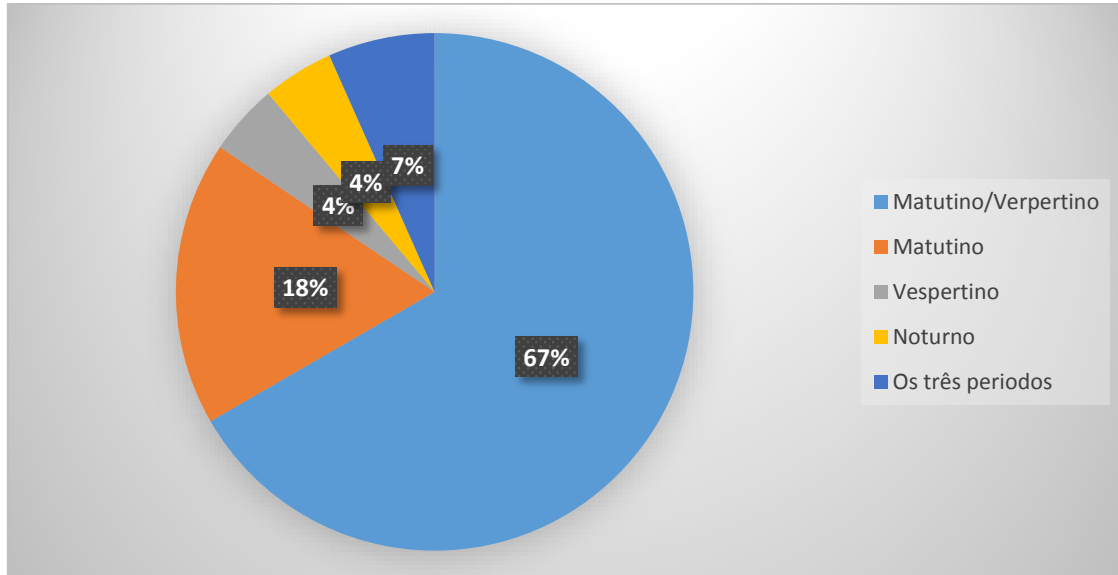


Gráfico 13. Período que exerce a atividade
Org. TEODORO (2018)

Os trabalhadores informais tiveram duas opções entre segunda a sexta e finais de semana, acontece que muitos trabalhadores informais responderam as duas opções. Por isso ficou difícil de quantificar uma porcentagem. Outros não trabalham em alguns dias da semana para ficar no sábado ou domingo, e com isso tira uma folga no meio de semana. Os fatores para não estarem todos os dias, é um meio de organização entre eles mesmos, como foi dito antes são donos do próprio negócio, tiram suas folgas da venda, mas às vezes estão em outras atividades para aumentar a renda ou preparando novas produções.

A presença constante dos trabalhadores informais nos seus pontos depende do período de determinado tipo de alimento, seja fruta, verdura etc., sabem que não podem ficar muito tempo longe de seu “estabelecimento informal” por que tem chance de ficar sem o ponto, ainda mais um modelo econômico que cresce a cada dia. Os trabalhadores informais quando praticam suas atividades mesmo em dias definidos por eles mesmos não existe uma regra entre si, vai da necessidade de cada um.

Desta maneira o **gráfico 14** apresenta os resultados da pesquisa da seguinte forma, 4% (2 trabalhadores informais por opção) executaram suas atividades nos períodos vespertino e noturno. Esses atores estão incluindo como vendedores de espetos, lanche, massa de pizza em frente a faculdade, ou ponto de fluxo de circulação de pessoas.

Diferença pouca pelo resultado anterior 7% (3 trabalhadores informais) trabalham os três períodos, revezando com algum membro de família ou contratação de trabalhador temporário, é desta maneira por que se torna muito cansativo. Trabalhar os três períodos é exaustivo e por isso são poucos que se “aventuram” são pontos que oferecem de tudo um pouco, desde lanche até refeições, e se localizam em pontos com alto fluxo de pessoas próximas a Indústrias ou Hospitais.

O período matutino apenas 18% (8 trabalhadores informais) permanecem, alegam que no período da tarde se ocupam em outras atividade. Outro fator também mencionado trata-se de ter pouca produção, e o período de fluxo naquele lugar ser apenas matutino, desta forma impede que o ator informal perca tempo naquele ponto. Boa parte do que é comercializado neste período são verduras ou alimentos a pronta entrega como espetos e suco, e outros produtos.

Entretanto mais da metade dos trabalhadores informais 67% (30 atores) trabalham nos dois períodos. Esses trabalhadores contam também com o apoio da família, a maioria tem mais condição para o transporte. E um fator importante para permanecer nos dois períodos está a relacionado ao tipo de produção que vendem, além de não se dedicar a outro tipo de atividade. Vale lembrar que a maioria está localizada na área central, a grande rotatividade de pessoas e isso favorece a permanência dos trabalhadores informais, por isso tem que estar preparado para a demanda no atendimento.

O **Gráfico 15** apresenta se os trabalhadores informais têm vontade de sair ou continuar na atividade informal.

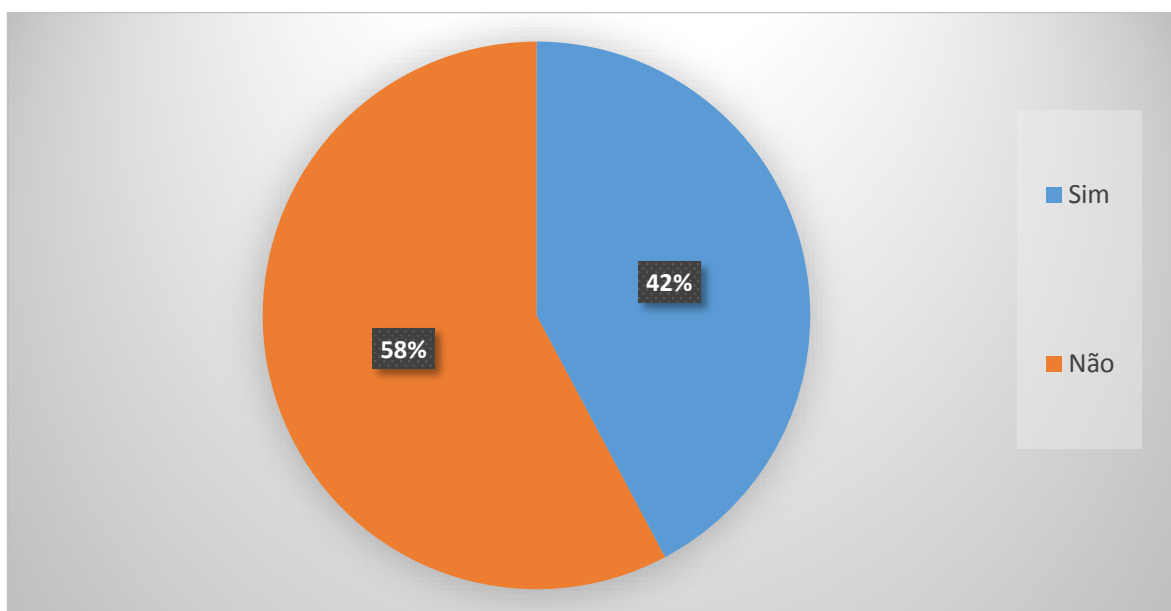


Gráfico 14. Sair da atividade informal para atividade formal
Org. TEODORO (2018)

Cada trabalhador informal ao responder, deixa clara a indignação quanto ser um empreendedor no Brasil. Alegaram que a carga tributária é muito alta, os lucros ficam quase todos nos encargos. Por isso apenas 42% (19 trabalhadores informais) disseram que aceitaria sair da informalidade, mas que houvesse um respaldo da Lei e apoio econômico do sistema financeiro. Este tipo de apoio trata-se incentivos fiscais, financiamentos baratos, treinamentos para melhorar os negócios, exijam do governo um retorno para cada centavo contribuído.

Quando alegam incentivos fiscais e linhas de créditos, querem empréstimos com tempo de carência para começar a pagar, as taxas mais baratas para ser compatível com a renda de cada um. E estas linhas de créditos têm que ser destinadas para cada tipo de especificidades de informalidade, as comercializações são diferentes.

Percebemos que os trabalhadores informais tem muita vontade de formalizar mas barram em situações simples como documentação irregular, comprovação de renda, endereço fixo, e tudo isso atrapalha para conseguir ao mínimo um financiamento para comprar um carrinho de espetos, máquina de moer cana etc., esperam que o governo quando fala em combater a informalidade venha com políticas públicas voltadas para os pequenos empreendedores.

Outra parcela dos trabalhadores informais 58% (26 trabalhadores informais) não pretendem se formalizar, acham muito difícil ser um micro empreendedor no Brasil, por causa do descaso que fazem com a arrecadação de impostos: um ator informal disse da seguinte forma, “não se vê retorno daquela gente que controla o dinheiro público, por isso não tenho interesse em ser formalizar”, em “vez de eu pagar impostos eu aumento minha renda sei o que fazer com o que está no bolso”.

Outra questão levantada é sobre a dificuldade de se formalizar, parece que estão sendo “vigiados”, fiscalização fica mais de cima por que temos que se adequar as normas de padrões da vigilância sanitária. Enfim tanto o formal como o informal, ajudam a fomentar a economia local, isso se reflete na geração de empregos, não pode esquecer no aspecto social, que enquanto essas pessoas desempenham alguma atividade lucrativa e isso é importante para o ciclo econômico da cidade, como eles mesmos dizem: “nossas mercadorias estão aí, compra quem quer, não obrigamos ninguém a comprar”.

A pesquisa ainda apresenta no **Gráfico 16** o resultado sobre o tempo que cada ator informal está nesta atividade. Para facilitar uma melhor compreensão dos resultados, foi feita a junção de resultados: 45 trabalhadores informais, e os mesmos o tempo de atividade não é homogêneo. Desta forma mesclamos os resultados para melhor compreensão dos mesmos.

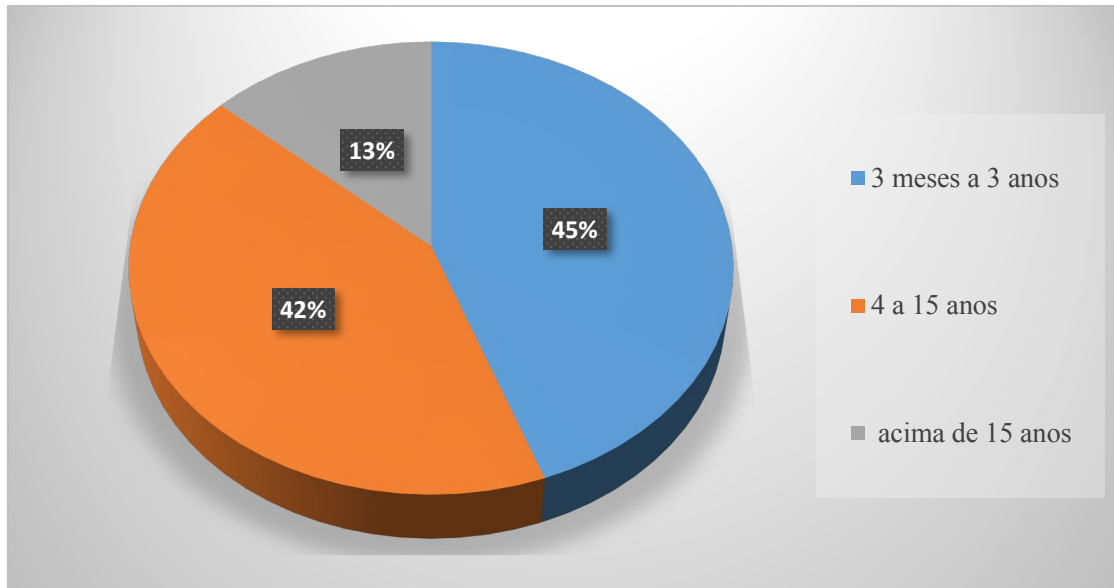


Gráfico 15. Tempo de Informalidade
Org. TEODORO (2018)

Portanto 45% dos trabalhadores informais (20 trabalhadores informais) alegaram estar entre 3 meses a 3 anos no ramo da informalidade. São trabalhadores informais que iniciaram suas atividades há pouco tempo, e ainda acreditam em uma melhora na economia e têm vontade de voltar a trabalhar com carteira assinada, uns ainda alegam que o interesse é continuar com as duas atividades se chegarem a voltar a trabalhar.

Para Alves e Garcia (2002), a expansão do trabalho informal ocorre, sobretudo, com os ambulantes e camelôs que desempenham esse trabalho para sua sobrevivência, como forma de buscar recursos financeiros. A informalidade do trabalho se contrapõe aos direitos que os trabalhadores formais conseguiram através de lutas trabalhistas históricas nos diversos países. A ausência de direitos do trabalho fragiliza a posição dos trabalhadores que vivem na informalidade.

Outro grupo de trabalhadores informais totalizando 42% (19) alegou estar na atividade informal entre 4 a 15 anos. Neste grupo os atores estão mais enraizados, alguns acham difícil abandonar por que tomou gosto, se adaptaram a nova profissão. Estão se sentindo bem. Quanto mais tempo permanecem, mais vão ficando atraídos pela nova profissão, as desculpas que eles usam como a falta de emprego com carteira assinada além de outros fatores já explicitado na pesquisa, citamos a liberdade para fazer seu próprio horário, dono do próprio negócio.

Ainda neste mesmo **Gráfico 16** 13% (6 trabalhadores informais) responderam estar mais de 15 anos, não conseguem mais largar a informalidade, por que se acostumou a conviver com a prática desta atividade, e se sente bem. Esses atores praticamente tem uma

vida dedicada aos ramos da informalidade com alimentos, isso é prova de que gostam e estão satisfeitos com o que fazem. Finalizando este **Gráfico 16** entendemos que quanto mais tempo vai permanecendo nas atividades informais mais vão tomando o gosto, se sentem cada vez mais identificados.

E através deste resultado, conseguimos mais uma vez mostrar que esta economia informal contribui para a economia local do município em várias esferas econômicas, provando que a informalidade é um ramo atrativo e lucrativo. Beck (2000 *apud* Pastore, 2000), alerta que o mercado informal tem registrado um aumento de pessoas com mais qualificação. São exemplos os engenheiros, consultores, analistas, professores e profissionais que trabalham na condição de temporários permanentes. De acordo com o autor, esses trabalhadores estão se distanciando do mundo do emprego e se instalando no do trabalho.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou mostrar a importância da informalidade neste circuito econômico relacionado ao setor de alimentos tem em nossa cidade/município. Os enfoques principais deste trabalho se passaram em atender os objetivos da pesquisa para poder entender total ou parcial a situação desses trabalhadores informais em nossa cidade.

O primeiro caso foi buscar informações sobre como se dava o uso deste lugar pelos trabalhadores informais de alimentos, situação de uso do lugar como se fosse deles, criaram uma identidade uma afetividade com o lugar. Colocam neste ponto situações de conforto, que como se fosse seu, onde colocam suas mercadorias, expressam sentimentos, conhecem pessoas, e além de tudo em criar todo este relacionamento com o lugar, cria-se também uma relação com o espaço e as pessoas que estão frequentando, vai criando um efeito de afeto com as pessoas. Os fregueses buscam esses pontos por que acabam criando também uma identidade com o lugar, isso ajuda na divulgação do ponto, e uma comodidade para quem vende e quem compra, por que acaba criando uma relação de confiança entre ambos.

O segundo objetivo foi o levantamento dos alimentos comercializados pela informalidade, nestas concepções de buscar os resultados, foi importantíssima por causa do número de alimentos que os informais comercializam. Alimentos desde industrializados em casa como pouco conhecimento técnico, feitos na hora. São vários os tipos de alimentos que vem de outra localidade próxima a cidade fortalecendo o comércio da zona rural e da própria cidade. A comercialização, por exemplo, de caldo de cana, salgadinho, espetinhos, doces, fomenta a economia local tanto urbana quanto rural, se for analisar de onde se vem cana-de-açúcar, toda matéria prima vem da zona rural, e nisso mantem-se uma relação econômica entre ambas as partes, a mesma forma é o caso do espetinho e salgadinho que tem na carne uma de suas matérias primas e nisso ajuda a manter também a economia estável no que diz respeito a produção e suas implicações.

A venda de frutas, por exemplo, é destaque entre a comercialização, são frutas/verduras cultivadas na própria região, vindas de fora e distribuídas pelas distribuidoras, a comercialização de hortaliças, legumes também é bem diversificada e cultivadas fora da cidade.

Finalmente entendemos que a comercialização destes produtos é importante tanto para o setor informal quanto para o formal, esses alimentos estão no gosto das pessoas por isso tem tanta saída de venda, e manter uma rede de ligação entre ambas é importantíssima para todos os envolvidos.

Em um determinado ponto de informalidade da cidade, existe a venda de espetinho no horário matutino, este vendedor de espetinho não é mais informal, mas para atrair mais fregueses tem uma barraca de suco natural e doces que é informal então fica bem justificado que o setor formal também ganha com a informalidade.

Já os aspectos socioeconômicos dos trabalhadores, buscou enfatizar a importância que o mesmo tem para economia local e até uma relevância quantas a outros lugares em relação às distribuidoras. Percebemos que a importância da idade para comercialização desses alimentos é importante por causa da experiência e conhecimento com os produtos. A maioria dos informais disse gostar do que faz, acham interessante o meio de ganhar dinheiro, acreditam que por não estar fazendo coisa errada, estão no caminho certo.

Realização deste objetivo foi importante entender o quanto a informalidade é importante para o município, quando digo município é porque as pessoas da zona rural vêm até cidade para vender suas produções aos informais, no entanto sua produção não consegue ser entregue no comércio formal da cidade por causa de situações burocráticas.

A informalidade em nossa cidade ajuda a fomentar o circuito econômico da cidade, se trata de pessoas que ficaram sem seus empregos, sem estudos ou oportunidades de trabalho para exercer uma atividade que seja reconhecida perante a Lei, mas que na verdade estão em busca de um meio de sobrevivência utilizando-se da informalidade, mesmo sabendo que estão irregulares com os órgãos. Alguns informais até disseram que tem vontade de se formalizar, mas a carga tributária no Brasil é muito cara.

Dos gráficos apresentados na pesquisa, tentamos ao máximo apresentar uma coerência na dissertação, tentando mostrar à sociedade que exercer uma atividade mesmo sendo irregular aos olhos da lei esta traz alívio para manter a sobrevivência família que perderam seu emprego.

Constatou-se também que os principais órgãos do município da Sociedade Organizada, Comércio de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis (ACIR) e Prefeitura Municipal não se entendem quando o assunto é informalidade (Prefeitura pronuncia o termo “ambulante” no lugar “informal”), para amenizar este problema social. Realizou-se uma visita junto a CDL e ACIR e ambas não possuem dados ou não quiseram fornecer informações sobre a informalidade na cidade para não se comprometerem.

No nosso entender as duas tem que ter interesse nessa situação por que reflete na economia local, mas não querem se envolver, “tiram o corpo fora”, as duas maiores organizações econômicas do município tinham que buscar junto aos informais alternativas

para resolver ou minimizar esta situação, menos acabar com a atividade, por que mesmo sendo informais, contribuem para a economia da cidade.

Em visita à Prefeitura Municipal fomos recebidos por um funcionário que pediu para ser identificado na pesquisa, mas respondeu que a prefeitura até tentou tirar, ou organizar os informais mas houve pressão popular dos próprios informais por achar que estava havendo perseguição política. Esta é uma cultura de boa parte da sociedade brasileira, achar que quando tem que se organizar alguma coisa, trata-se de perseguição e não é isso.

Outra informação repassada pelo próprio funcionário da prefeitura, é que se tirarem os informais daqueles locais teria um novo problema, pois com a retirada, aquele informal que antes tinha uma opção de renda, agora não tem mais, vindo a se tornar um problema social mais grave que a própria informalidade, em outra linha de pensamento, aquele ponto antes ocupado seria reocupado novamente por outro, mantendo-se o ciclo vicioso da informalidade.

A formalização das relações de trabalho, no Brasil, da ideia de perseguição política, é verdade, mas temos que ver como o poder público faz essa formalização. Que na maioria das vezes, são incompatíveis para os trabalhadores.

Ressaltamos ainda dentro da conclusão, que o interesse da pesquisa era de atingir mais trabalhadores informais, mas por fatores como o medo de uma futura fiscalização por causa da divulgação da pesquisa ficaram com medo, falta de segurança em transmitir a informação obrigou muitos atores a não contribuir com a pesquisa. Até mesmo alguns atores que nos forneceu informações pediu para não tirar fotos com medo de represália de órgãos fiscalizadores.

Portanto, a informalidade, estando fora de uma formalização tributária, contribui para a economia interna e externa, Rondonópolis é uma cidade que possui uma eclética prestação de serviços na esfera pública e privada, ajudando a fomentar este circuito informal. A cidade é um corredor econômico, uma região que mesmo passando pela crise que assolou o país de Norte a Sul, vem na contra mão, lutando, inovando para manter-se inserido nas atividades econômicas.

Concluimos que a informalidade é um recurso usado por aqueles que estão fora do mercado de trabalho, ficando como um exército de reserva que vem crescendo a cada dia, motivados pelos altos investimentos tecnológicos, a substituição da mão de obra pelas máquinas, precarização do trabalho, enfraquecimento dos sindicatos.

Concluimos também que a informalidade é importante para economia do município, faz girar o capital, fomenta a zona rural, ajuda no social, pois se imaginarmos que estas pessoas que estão vendendo alguma coisa mesmo sendo informal, ganham seu dinheiro de

forma livre sem obrigar ninguém a comprar seus produtos, esta é uma forma de manter-se inserido na sociedade, diminuindo problemas sociais, levando-se em conta a agilidade de ter uma barraca de frutas, verduras e garapa próxima, onde muitos informais já possui uma freguesia assídua. Finalmente, no que diz respeito à dignidade das pessoas que estão procurando uma forma de manter um padrão de vida, mesmo que este padrão seja tão inferior quanto a outros, a falta de conhecimento técnico e estudos impulsiona a esta realidade.

REFERENCIAS

ACERO, Liliana. **O impacto das mudanças tecnológicas nas qualificações de mão de obra e no emprego**: o caso da indústria têxtil. Revista de Administração de Empresas. vol.22 no.4 São Paulo Out./Dec. 1982.

ALMEIDA, Maria Goretti; CARMO, Larissa de Andrade; SILVA, Seffra Renata Ramos. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2. Fortaleza: [s.n.], 2013. p. 1-18. v. 1.

ALVES, L. G. C. Produção de carne ovina com foco no consumidor. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer. Goiânia. 2014. v. 10, n.18; p. 2012399 4.

ALVES, Luciene Andrade; GARCIA, Maria Franco. **Geografia da informalidade**. Rev. Okara [online]. 2002, v.6, n.2, p.263-272

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011

ARANHA, Maria Lucia. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 1996.

BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 616 p.

BARBINI, Flavio; RAMALHETE, Filipa. **A praça**: intervenções contemporâneas em espaços de patrimônio. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 4, n. 2, p. 233-244, jul./dez. 2012.

BARCELLOS, Ana Paula De. **Neoconstitucionalismo**, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. 2005.

BARRETO, T. V. **POSITIVISMO VERSUS TEORIA CRÍTICA**: Em torno do debate entre Karl Popper e Theodor Adorno acerca do método das ciências sociais. Perspectiva Filosófica – Volume VIII – nº 15 – 142-161. Jan-Jun/2001.

BENKO, Georges. **Economia Espaço e Globalização**; na aurora do século XXI. São Paulo-SP:

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução

CACCIAMALI M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**: Série Ensaio Econômico, n.26, São Paulo: IPE, 1983.

CACCIAMALI, Maria Cristina. (Pré-)Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2007.

- CACCIAMALI, Maria, C. **Globalização e processo de informalidade**. Campinas, Nº 14. 153 – 174, 2000.
- CALLAI, H. C. Escola, Cotidiano e Lugar. In: BUITONI, M. M. S. (Org.) **Geografia: Explorando o Ensino**. V. 22. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- CAMARANO. A. A. ABRAMOVAY. R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 ANOS**. Rio de Janeiro. IPEA, 1999.
- CARLOS, A, A, F. A (RE)**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO** - 1. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARLOS, A. A. F. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**, Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3º ed. Campinas-SP: Papyrus. 2010.
- CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. São Paulo: 2014.
- CERQUEIRA-PEREIRA, E. C. Caracterização e comparação de sistemas de embalagem e transporte de mamão “solo” destinado ao mercado nacional. 2009. 116 p. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.
- CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 307 p.
- COMTE, M. Três milhões de desempregados. In: BESSON, Jean Luis (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995.
- CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre et al. **Saber Preparar uma Pesquisa: Definição, Estrutura e Financiamento**. São Paulo. Hucitec, 1994.
- CORREA, R. L. **Espaço Geográfico: algumas considerações**. In: Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.
- CORREA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Series Princípios. 3º Edição, São Paulo, 174, p. 1- 16. 1995.
- COSTA, M. S. **Relações de trabalho e os regimes contemporâneos de emprego na Espanha e no Brasil: um breve paralelo**. Organizações & Sociedade, v. 17, n. 54, p. 499-525, 2010.
- CRESTANI, Veronica. V; BARBOSA, Luiz F. **PRAÇAS PÚBLICAS: ORIGEM, CONCEITOS E FUNÇÕES**. ULBRA Santa Maria. RS. 2009.
- DEMAMANN, Mirian T M. **Rondonópolis – MT: campo e centralidades**. São Paulo, A Autora, 2011.
- DIAS. T. S. **Características e tendências atuais do mercado de trabalho de Rondonópolis-MT: Um estudo na visão dos integrantes do SINE**. UFMT. 2018.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986. Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei>>: Acesso em: 21 de out. 2018.

Disponível em: <<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/docs/Relatorio%20Tecnico%20-%20Leitura%20Tecnica%20Socioterritorial%20-%20URBANIZA.pdf>>: Acesso em: 30 mar 2019.

Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=12457¬icia=agronegocio>>. Acesso em: 22 de set. de 2017.

Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 19 de dez. 2017.

Disponível em <<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/index.php?pg=acidade&intCatID=120>>. Acesso em: 03 de jan. 2018.

Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/tiagoleibante.pdf>>

Disponível em: <<https://www.tribunamt.com.br/2018/05/20/rondonopolis-foi-a-segunda-cidade-de-mt-que-mais-gerou-empregos/>> Acesso em: 20 de out. 2018.

Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LinhasDeCredito.pdf>> Acesso em: 23 de out. 2018.

ECO, Umberto. **Metodologia Como se Faz uma Tese.** 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ELKJAER, B. (2001). Em busca de uma teoria social de aprendizagem social. *In*: Easterby-Smith, M., Burgoyne, J., & Araujo, L. (Coords.) *Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática* (pp.100-118). São Paulo, SP: Editora Atlas.

ENDLICH, M. Â. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: Unesp, 2009.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Promessas e Desafios: do setor informal de alimentos em países em desenvolvimento.* Roma, 2011.

FERNANDES, R. A. S.; LIMA J. E.; SANTOS, C. M. A exclusão social de mulheres jovens, com idade entre 15 a 24 anos, no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 125-136, abr./jun. 2008.

FERREIRA, F. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUC-Rio, fev. 2000. (Texto para discussão, n. 415).

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. *In*: _____ (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25-54.

GARRATY, John. **Economic Thought and Public Policy**. Harper & Row, New York, 1978. p. 10.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. São Paulo: Manole, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, Roberto (org.) **Qualidade de Vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

GUIMARÃES, Georgia. P. dos S. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós - 1990**. Pró – Posições. V. 19. Nº2 (56).2008

IBGE. **Estados: Mato Grosso**. 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt#>>. Acesso em: 30 jan. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/panorama>>: Acessado em 23 de maio de 2019.

IPEA. **Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad**. Nº 160. 2013. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/> > . Acessado em 11 abr 2019.

JCOLINE. 2017. **Crise e desemprego fazem trabalho informal bater recorde**. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2017/10/08/crise-e-desemprego-fazem-trabalho-informal-bater-recorde-310515.php>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

JOSÉ, J. F. B. S. Contaminação microbiológica em serviços de alimentação: importância e controle. **Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr**, v. 37, n. 1, 2012.

KEHRIG, Ruth Terezinha. **Administração Pública Gerencial**. Santa Catarina: Dissertação Unisul, 2005.

KON, Anita, “Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro” em **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, João Pessoa, 2004.

KRAYCHETE. G. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: UCS, 1998.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social - revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1. pp. 77-104. Abril 2018.

KURZ, Robert. A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. **Folha de São Paulo**. 30.3.1997, p. 3 c. 5.

Le Clus, M. (2011). Informal Learning in the Workplace: a review of the literature. **Australian Journal of Adult Learning**, 51(2), 355-373.

LOUREIRO, F.P. —Brasil: **História da Indústria Brasileira** LCTE, 2008. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao_brasil.htm. Acesso em: 11 jul. 2017.

LUENGO, R. F. A. et al. **Pós-colheita de hortaliças**. Brasília: Embrapa, 2007. v. 1. 100 p.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação do mundo do trabalho. In: **Caderno CRH**, Salvador: CRH/EDUFBA, n.37, jul./dez. 2002.

MAGNÓLI, Demétrio. **Globalização Estado nacional e espaço mundial**. São Paulo: Moderna, 1958.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2002. 368 p.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Marina. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MEDINA, R. L. **Desemprego e força de trabalho**: uma avaliação metodológica dos conceitos utilizados no Brasil. In: CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho no Brasil**: aspectos teóricos e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1986).

MELO, H. P. TELES, J. L. **Serviços e informalidade**: O comércio ambulante no Rio de Janeiro. 2000.

MELO, Mariana Tavares. **Informalidade no Direito do Trabalho**. São Paulo. MP ed., 2009.
MENEZES, Naercio A. F. **A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho**. Instituto Futuro Brasil. São Paulo. 2001.

MORAES, P. R. S. Terceirização e precarização do trabalho humano; **Rev. TST**, Brasília, vol. 74, no 4, out/dez 2008.

MOREIRA, Ruy, **As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades**. GEOgraphia. Niterói: UFF, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. v. 3, n. 5. 2001.

MORENO, G.; HIGA, T.C.S. **Geografia de Mato Grosso**: Território, Sociedade Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MORENO, G.; HIGA, T.C.S. **Geografia de Mato Grosso**: Território, Sociedade Ambiente. 2 ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

MORIN. Os sentidos do trabalho. **RAE**, vol. 41, n. 3. São Paulo, 2001.

MOTTA, P. R.. **Transformação Organizacional** - A teoria e a prática de inovar, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MOTTA, P. R.. **Transformação Organizacional** - A teoria e a prática de inovar, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

NADAF, P. **Mato Grosso na era da globalização**. CUIÁBA: Studio Press, 1997.

NARDES, A. M. M. **Rondonópolis/MT: sua Espacialidade Reconstruída**. 1997. f. 155. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

NOVAES, A. L. **Comportamento do consumo de carne de bovina e hortaliças no Brasil: perfil dos consumidores**. 2006. 200 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Programa de Pós-graduação Multiinstitucional em Agronegócios, Consórcio entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Goiás, Campo Grande, 2006.

NUNES, J. O. C.. **Qualidade de vida e satisfação no trabalho: um estudo nas empresas hoteleiras de Fortaleza**. 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20041126101918.pdf>>. Acesso em maio de 2019.

OYAMADA. G. C. **A formação industrial do estado de Mato Grosso: do século XVII ao século XX**. Paraná: UNIOESTE, 2015.

PACHECO, Otoniel Filho. **Economia informal; Entenda a Economia Brasileira com a Informalidade**. Belo Horizonte: Blend Editora/Photo Gráfica Studio, 1995.

PASTORE, J. Como conduzir a informalidade? **Revista do Ministério do Trabalho**, 18.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Mapas temáticos; Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/mapas-tematicos.htm>>. Acesso em 09 de abril de 2018.

PEREIRA, R. da S. **Coleção a reflexão e a prática no ensino – Geografia**, Blucher, volume 7, São Paulo, 2012.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão social do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil. v.1. São Paulo. 2009.

POPPER, K. R.. **Logica das Ciências Sociais**; Tradução de Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 3º edição, 2004

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Portal do microempreendedor individual**. Acesso em: 21 de out.2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS. **Cadastro Multifinalitário – Núcleo de Geoprocessamento**, 2015. Disponível em www.rondonopolis.mt.gov.br. Acesso em 10 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS. **Economia**. Disponível em <<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/cidade/economia/>>: Acesso em 23 de maio de 2019.

RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. **Regulamento Técnico de Boas Práticas de Serviços de Alimentação**. Brasília, ANVISA, 2004.

REATTO, D. (2014). **Os processos de Aprendizagem Informal no local de trabalho: um estudo com técnicos-administrativos numa faculdade pública estadual**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.

Revista Internacional de Estatística e Geografia, México, v. 2, n.3, p. 16-31, set./dez.

ROBINSON, J. Ordinary cities. **Between modernity and development**. New York: Routledge, 2006.

RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Washington, Indes/BID, 2009, mimeo.

RÜCKERT, Aldomar A. **Reforma do Estado, Reestruturação Territoriais, Desenvolvimentos e Novas Territorialidades**. GEOUSP. São Paulo, Nº 17, pp. 79 – 94, 2005.

SANTOS, C. N. F. dos. **A cidade como um jogo de cartas** – Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editore, 1988.

SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo. 2005.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E, S. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1º edição. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2009.

SARAIVA, E. **Espaço e método**. São Paulo. Nobel, 1985

SARAIVA, E. **Políticas públicas**; coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Revista Psicologia & Sociedade**, v,19, n.spe, Porto Alegre, RS, 2007. p. 1-12.

SAUTHIER, I. L. Histoire de la définition du chômage. **Courrier des Statistiques**, n. 127, p. 5-12, mai-a-ôut 2009.

SEN, A. **Algumas Reflexões Sobre o Dia Internacional da Alfabetização**. Série Debates IV, Brasília: Edições UNESCO, 2002.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

SILVEIRA, L. B. **AGRICULTURA E INFORMALIDADE: O SEU PAPEL NO ABASTECIMENTO LOCAL DE ALIMENTOS**. UFSM. Santa Maria - RS. 2013.

SIQUEIRA, M. V. S e MENDES, A. M. **Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado**. Revista do Serviço Público. Brasília. 2009.

SOUZA, A. V.; LOVERDE-OLIVEIRA, S.; ALVES, G. B. M. Mapeamento dos Usos do Solo na Área de Proteção Permanente do Rio Vermelho (MT) e seus Reflexos sobre a Qualidade da Água. *Geografia (Londrina)* v. 27. n. 1. pp. 67 – 82, abril/2018. Disponível em:< DOI: 10.5433/2447-1747/2018.v27n1p67>. Acessado em: 30 jan. 2019.

SOUZA, Marcelo J. Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 81.

SPANHOL, C. P.; HOKAMA, A. S. **Desempenho das seções de frutas, legumes e verduras em distintos formatos varejistas**. 2005. 12 p. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2003.

STAEVIE, Pedro M. **Economia Solidaria, Informalidade e Políticas Públicas: interfaces e divergências**. UFRR. RR. s/d.

TARGINO, J. T. dos S; CORTÊS, J.M. M; CARNEIRO. M. C; SANTOS. J. P. **EMPREENDEDORISMO E CRIATIVIDADE NO SETOR INFOMAL: caso dos ambulantes da praia de Boa Viagem – PE**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende – RJ – Associação Educacional Dom Bosco. 2015.

TENÓRIO, Fernando. **Flexibilização Organizacional - mito ou realidade?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. *In: DRUCK, G; FRANCO, T. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

THEODORO, Mário. **As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000.

TOKMAN, V. Informalidade na América Latina: Equilíbrio e perspectivas de políticas. **Revista Internacional de Estatística e Geografia**, México, v. 2, n.3, p. 16-31, set./dez. 2011.

WEIL, A. G; NOGUEIRA, M. G. **OS (RE) SIGNIFICADOS DA INFORMALIDADE NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO**. Trabalho Necessário. UFF. Ano 14, n°24/2016.

XAVIER, D C R M. **O mundo do trabalho e aspectos do trabalho informal na atualidade**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL. MATINHOS 2014.

ZANDONADI, R. P. et al. Atitudes de risco do consumidor em restaurantes de auto-serviço. **Revista de Nutrição**, v. 20, n.1, p.19-26, 2007.

ANEXOS

ANEXO I: Relatos de vida dos informais (Caderno de Campo)

Durante a pesquisa de campo alguns trabalhadores informais relataram um resumo do pouco vivencia como informal, fatos de como fizeram para estar nesta atividade, mas pediram para não ser identificados. Como metodologia usamos o termo “Ator” como codinome, dessa forma uma segurança para os trabalhadores informais quanto sua identidade seria preservada, mesmo estando em locais público exercendo suas atividades.

O **ator 1**, relatou que está no ponto a mais de 30 ano, que quando chegou para expor a mercadoria a Av: Delfina Gomes (Av: Brasil), era rua de chão com poucas casas. Vem tirando deste ponto por muito tempo o sustento para as despesas da família, estudando os filhos. Mas que agora já está cansado “tenho mais 60 anos lidando com a terra, com pessoas, estou a fim de parar” sempre cansado levantando de madrugada, descansando pouco somente na segunda-feira somente das vendas, por que em casa fico no preparo de novos produtos. Tenho aqui minha família que me ajuda, não todos os dias, por que cada um tem seus afazeres, “me sinto um vitorioso, gosto do que faço, e me vejo como alguém que contribuiu para o desenvolvimento da cidade”.

Ator 2 é uma informal que fica localizada no Distrito Industrial, relatou que tira o sustento da sua família na informalidade. Ela trabalha junto com o esposo, e a caçula, que mora com eles ainda. No seu depoimento disse que não gosta do que faz por que possui curso superior com pós graduação, mas quando se formou e podia trabalhar em sua área, o marido teve um Acidente Cardio Vascular (AVC), e teve que dedicar ao trabalho informal para ajudar na despesas de casa, “pelo que eu estudei, e busquei não mereço estar aqui, quero um emprego formal na minha formação para ajudar minha família com uma dignidade melhor, já tivemos um padrão de vida muito bom, mas nada é para sempre, por isso me contento, é o que temos para hoje”.

Ator 3 em sua experiência disse “eu vendo caldo de cana por que minha aposentadoria não dá para manter meu padrão de vida e também com esta atividade me mantenho ativo, aqui eu me distraio, bato um papo com um freguês, as pessoas param aqui debaixo desta sombra para descansar um pouco, e essa oportunidade que vendo meu caldo de cana. Trabalhei em muitos lugares, até mesmo na UFMT e não penso em parar por agora, enquanto Deus me der forças estarei aqui, mesmo sabendo que estou irregular, mas não obrigo ninguém comprar meu produto”

Ator 4, trata – se de uma senhora que possui uma barraca de hortaliças próximo ao Supermercado Tropical, tem uma história interessante de luta pela sobrevivência. “Minha vida econômica gira em torno desta barraca, tenho uma filha novinha e o meu marido que me acompanha todas as vezes que estou aqui, ele sofreu um derrame cerebral e fica ai deitado como está vendo. Eu trago toda mercadoria na carretinha puxado por uma moto, e ainda minha filha e meu marido nos três na moto. Minha vida e muito dificil mas é o que eu sei fazer, tinha vontade de estudar, meu marido recebe um auxilio doença mas só os remédios vai quase todo o valor recebido, mas mesmo assim eu gosto do que faço, tenho uma freguesia assídua mas por falta de estudos e oportunidade estou na informalidade”.

Ator 5 é um engenheiro químico que trabalhava como professor em uma faculdade particular e numa empresa privada da cidade. Faça o seguinte relato, “eu trabalhava como professor em uma faculdade no período noturno, durante e durante o dia prestava numa multinacional, com a crise que se instaurou na cidade acabei sendo demitido das duas, quase que ao mesmo tempo. Mas como tenho família e um padrão de vida, precisei buscar algo novo, e foi ai que resolvi vender espetinhos na frente da igreja, o pastou me cedeu o espaço para mim ficar aqui de manhã, e no período vespertino trabalho como segurança no comércio local”. Este ator traz um relato também de preconceito e superação ao mesmo tempo onde relata “depois que fui demitido minha vida mudou muito, sofri preconceito alguns colegas passam e me vê vendendo espetinho nem me da atenção, o que me alegra e que eu prestei concurso da Petrobras e fui aprovado (único do estado), devo ser chamado a qualquer momento, isso me conforta”.

Estou sempre passando pelo local onde ele tinha o carrinho de espetinho e não vi ele mais no local, espero que tenha sido chamado para assumir a vaga.

Finalizando os relatos de alguns trabalhadores informais, encerramos com os relatos do **Ator 6** que é uma mulher que vende espetinho na Av: Presidente Médici que nos presenteou com algumas palavras da sua vivencia como informal. “Eu estou neste ponto a algum tempo vendendo espetinho no período matutino, a tarde me dedico a mim, e no período noturno faço faculdade de psicologia em uma instituição particular da cidade, gosto tanto do que faço que mesmo depois de concluir a faculdade vou continuar vendendo espetos, tenho meus fregueses assíduos e estou ocupando um lugar privilegiado. Acho interessante a vida de informal para mim por que faço meus horários, sou dono do meu próprio negócio, vendo um produto que tem boa aceitação, trabalho sozinha e mesmo por ser mulher os meus fregueses me respeitam”.

Os relatos acima mencionados pelos informais, são a prova de que as pessoas estão buscando uma forma de ganhar o seu pão, mesmo sendo na informalidade, fica nítido também pela liberdade que os mesmos têm em relação às suas atividades e o seu próprio ganho, ou seja todos os dias têm um “trocado” no bolso.

Questionário apresentado para pesquisa de campo para dissertação de mestrado.

1- Quais os tipos de alimentos que você vende?

- a) Verduras ()
- b) Frutas ()
- c) Sucos ()
- d) Salgados ()
- e) Assados ()
- f) Caldo de cana ()
- g) Água de coco ()
- h) Espetos ()
- i) Outros ()

2- Quantos funcionários? Alguém da família?

- a) 1 () b) 2 () c) 3 () d) 4 () e) 5 ()

3- Qual sua idade?

- a) Entre 18 a 30 ()
- b) Entre 31 a 40 ()
- c) Entre 41 a 50 ()
- d) Mais de 50 ()

4- Gosta do que faz?

- Sim () Não ()

5- Já trabalhou em outra atividade?

- Setor Privado () Setor Público ()

6- Qual o grau de escolaridade?

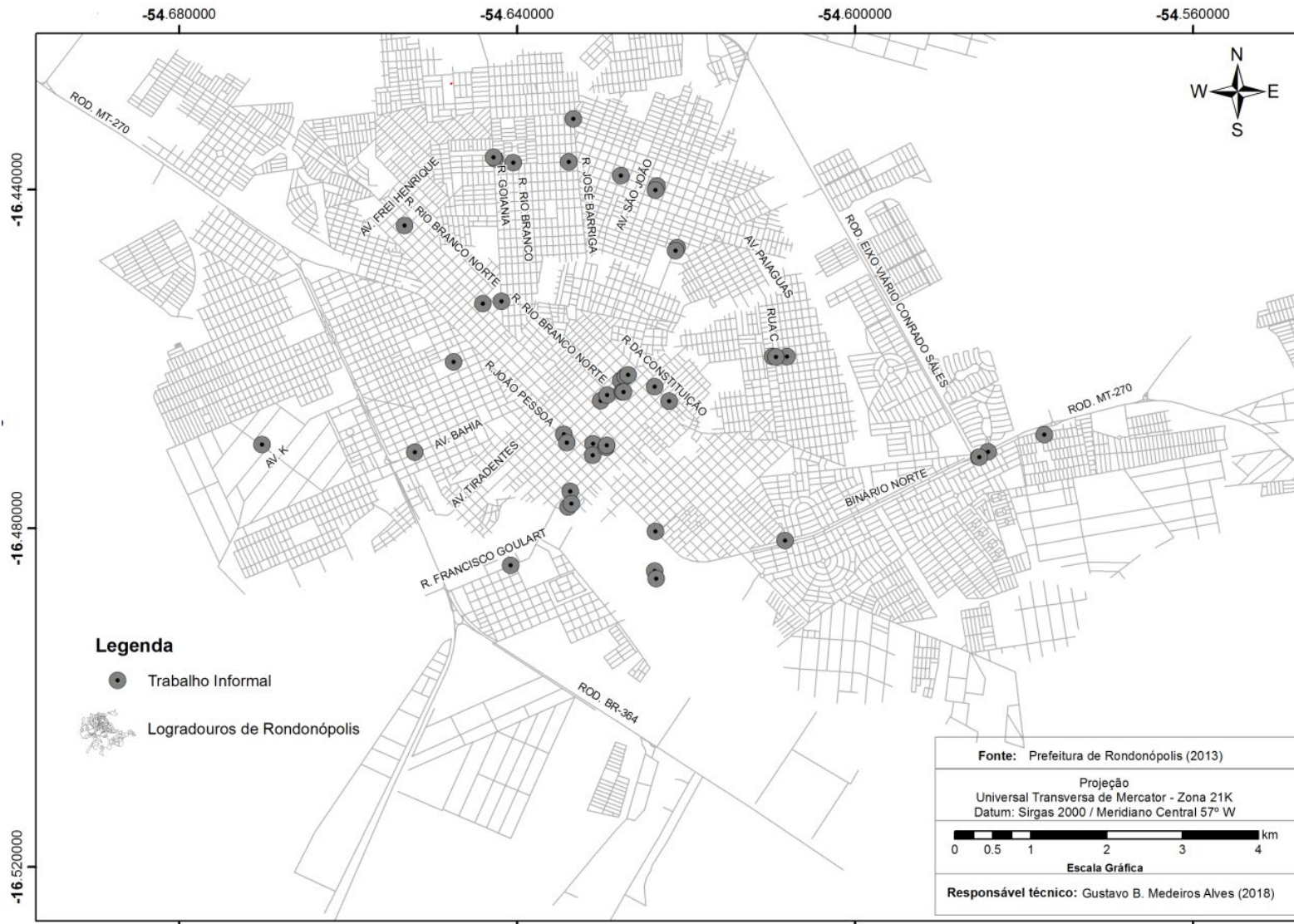
- a- () Ensino Fundamental Incompleto
- b- () Ensino Fundamental Completo
- c- () Ensino Médio Incompleto
- d- () Ensino Médio Completo
- e- () Ensino Superior Incompleto
- f- () Ensino Superior Completo
- g- () Outros

7- Possui algum curso profissionalizante?

- a- () Sim b- () Não

8- Porque você realiza esta atividade?

- a- () Desemprego
- b- () Opção Pessoal
- c- () Sem Experiência Profissional
- d- () Poucas oportunidades



ANEXO II: Localização das Ruas e Avenidas da Informalidade (referente à Figura 5).